

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



RELATÓRIO DE ESTÁGIO CURRICULAR

Elementos Singulares de Interesse Relevante

Um instrumento da Gestão de Património

(Inventariação do Património Cultural, uma abordagem teórica e prática no concelho de Cascais)

José Carlos Beato Saraiva Bravo

Mestrado em Estudos Regionais e Autárquicos

Lisboa – Cascais, 2012

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



Elementos Singulares de Interesse Relevante

Um instrumento da Gestão de Património

(Inventariação do Património Cultural, uma abordagem teórica e prática no concelho de Cascais)

José Carlos B. Saraiva Bravo

Relatório de estágio orientado pelo Professor Doutor Fernando Jorge Grilo

Mestrado em Estudos Regionais e Autárquicos

Lisboa – Cascais, 2012

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS

MESTRADO DE ESTUDOS REGIONAIS E AUTARQUICOS

Área de Gestão do Património

Estágio

Entidade de acolhimento:

Câmara Municipal de Cascais, Departamento de Cultura, Divisão de Património
Histórico-Cultural

Supervisores de Estágio:

Mestre Mário Lisboa

Dr. José António Gonçalves

Proposta:

Inventariação sistemática de Elementos Singulares de Interesse Relevante do município de Cascais, incluindo descrição, registo fotográfico e georreferenciação, a verter na Base de Dados *InPatrimonium* e no *SigWeb* da Câmara Municipal

Cascais – Lisboa, 2012

Resumo

O presente relatório é o trabalho final referente ao período de estágio curricular inserido no Mestrado de Estudos Regionais e Autárquicos, e da parceria entre a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e a Câmara Municipal de Cascais.

Pretendi que este relatório fosse mais abrangente que a mera descrição das actividades práticas do estágio propriamente dito, dando também uma envolvência teórica, começando pela evolução de conceitos e de normas. Foi também essencial fazer um enquadramento com uma descrição do território onde se desenvolveu o estudo, nas componentes da sua história, características morfológicas e climáticas, e o seu uso e ocupação pelo homem ao longo dos tempos, de modo a podermo-nos posicionar nos dias de hoje e compreender os vestígios do passado, e ainda poder tecer ideias e soluções para o futuro.

Foi também para mim essencial abordar o desenvolvimento Regional, e a importância que o turismo pode desempenhar para esse desenvolvimento que se quer sustentável. Daí a importância da protecção e salvaguarda que deve ser exigida a esses elementos patrimoniais.

Como o estágio se desenvolveu dentro dos novos métodos de registo de inventário, também foi abordado a evolução desses métodos e mais concretamente dentro do Município de Cascais.

Só depois deste enquadramento pude descrever os objectivos e métodos utilizados para a recolha e registo da inventariação, de modo a que este relatório possa ter alguma importância e utilidade para futuros intervenientes na elaboração de inventários patrimoniais, estudantes de Gestão do Património ou simples curiosos e interessados em conhecer um pouco mais sobre o Conselho de Cascais e o seu Património, o seu território e a sua História.

As actividades práticas Consistiram no levantamento e registo dos ESIR (Elementos Singulares de Interesse Relevante). A minha intenção desde o início, foi o de poder contribuir de algum modo para a elaboração deste processo tanto na qualidade do trabalho efetuado, como se possível na introdução de métodos e ideias que pudessem vir a ser implantadas para uma melhor eficácia e de resultados mais satisfatórios.

Palavras-chave: Catálogo-Inventário, Património, Identidade.

“Resulta impossível assegurar a salvaguarda eficaz do Património, se não se conhecem, previamente os bens que o integram.”

Recomendação da Assembleia Consultiva do Conselho da Europa, 1963.

Abstract

The current report is the final result of a curricular train within the framework of the Masters in Regional and Municipal Studies, a partnership between the College of Arts of the Lisbon University and the Municipal Council of Cascais.

This report is meant to be more comprehensive than the mere description of the practical activities of the train itself, once a theoretical coverage is given, thus starting with the evolution of both the concepts and the norms. Moreover, it was also essential to frame it within the description of the territory where the study took place, as well as within the components of its history, climatic and morphological characteristics, and its use and occupation by Man throughout the times, so that one might position oneself nowadays and understand the vestiges of the past, and still be able to weave ideas and solutions for the future.

One of my other main concerns was to approach Regional development and the importance tourism may play, so that such a development may be sustainable. Hence the significance of both the protection and the safeguard that must be demanded to those heritage elements.

As the train was developed according to the new methods of inventory registration, there is also an approach to the evolution of those methods, namely in the Council of Cascais.

Only after this framework was I able to describe the objectives and methods that were used to collect and record the inventory, so that this report might become useful and important not only for future actors in the elaboration of heritage inventories, but also for Heritage Management students or merely curious people and those who are interested in knowing a little more about the Council of Cascais and its Heritage, its territory and its History.

The practical activities consisted in surveying and registering the SERI (Singular Elements of Relevant Interest). My goal was, from the very beginning, to somehow contribute for the elaboration of this process not only by means of the quality of the work that was accomplished, but also, as far as possible, in the introduction of methods and ideas that might become implemented for improved efficiency and better results.

Key words: Catalogue-Inventory, Heritage, Identity.

“It is impossible to ensure the effective safeguard of the Heritage if there is no previous knowledge of its assets.”

Recommendation of the Consultive Assembly of the European Council, 1963

Agradecimentos

Ao apresentar este relatório é indispensável exprimir o meu reconhecimento a todos que ajudaram a realizá-lo e que de alguma forma puderam contribuir para a melhoria dos meus conhecimentos teóricos e práticos durante a minha vida académica. São elas: O Prof. Doutor Paulo Pereira, meu professor da cadeira de Gestão do Património que me deu o entusiasmo necessário para a escolha desta matéria para o meu Estágio de Mestrado; O Mestre Mário Lisboa e o Dr. José António Gonçalves meus supervisores no estágio que muito me ajudaram com os seus conselhos e apoiaram nas minhas decisões; à Câmara Municipal de Cascais na pessoa do Dr. António Carvalho como director do Dep.º de Cultura; e ao Professor Dr. Fernando Grilo que muito prontamente aceitou o meu convite para orientador deste relatório, e que muito agradeço o tempo que disponibilizou comigo. Para terminar não posso deixar de referir a minha família, principalmente mulher e filhos, que sofreram com a minha maior ausência e a quem dediquei menos tempo, mas que mesmo assim nunca deixaram de me apoiar e dar forças.

José Carlos Saraiva Bravo

Índice	Pág.
Resumo	1
Agradecimentos	5
Índice	6
Siglas e Abreviaturas	7
Introdução	8
1. Evolução do Conceito de Património	13
2. Os Elementos Singulares de Interesse Relevante e a sua importância para o conhecimento e desenvolvimento Regional do Património	19
3. Instrumentos Legais Portugueses de Gestão e Protecção do Património Cultural.	23
3.1 Os primeiros passos em Portugal	23
4. A importância do Inventário, as experiências passadas e o estado actual em Portugal, nomeadamente no SIPA	34
4.1 A Classificação	38
5. O papel das Autarquias na divulgação e protecção do património concelho	40
5.1 O caso de Cascais na defesa do património	42
6. O Território e as características singulares do Concelho de Cascais	45
6.1 A História	45
6.2 O Território	49
7. Estratégia e Planeamento do Estágio	62
7.1 O Projecto e seus Objectivos	65
7.2 Metodologia, Plano de actividades desenvolvidas e sua contextualização. Técnicas de recolha e produção de dados	67
7.3 A Base de Dados e o Catálogo-Inventário “In Patrimónium”	69
7.4 A “Ficha”: estrutura e composição	70
7.5 O SIGWeb	75
8. Análise e discussão dos resultados	78
9. Conclusão	80
10. Bibliografia	83
11. Anexos	88

Siglas e Abreviaturas

CMC – Câmara Municipal de Cascais

CRP – Constituição da República Portuguesa

DGEMN – Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

DGPC – Direcção Geral do Património Cultural (Fusão em 2012 do IGESPAR, IMC, e da DRCLVT)

DRCLVT – Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo

ESIR – Elementos Singulares de Interesse Relevante

GTL – Gabinete Técnico Local

ICOMOS – International Council on Monuments and Sites

IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico

IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana

IMC – Instituto dos Museus e Conservação

In Patrimonium – Base de dados contendo as fichas e dados do Património

IPA – Inventário do Património Arquitectónico

IPCE – Inventário de Protecção do Património Cultural Europeu

IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico

PDM – Plano Director Municipal

PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território

SIG-WEB – Sistema de Informação Geográfica na Web

SIPA – Sistema de Informação para o Património

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
(Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

ZGP – Zona Geral de Protecção

ZEP – Zona Especial de Protecção

Introdução

Conforme foi dito, este Relatório refere-se ao meu estágio na Câmara Municipal de Cascais inserido no Mestrado de Estudos Regionais e Autárquicos. Sendo a minha licenciatura em História, sempre tive um certo fascínio em conhecer, e saber interpretar, aquilo que o *homem* foi fazendo ao longo da sua existência e principalmente os legados que deixou, e que ainda hoje os podemos ver, ao que hoje chamamos de *Património*, sejam eles móveis ou imóveis.

A gestão desse património, as questões que se levantam sobre a conservação e as respostas às perguntas de, “o quê?, porquê?, para quê? e como?”, os problemas que se colocam de carácter financeiro e económico às entidades envolvidas na sua preservação, e a importância desse património para o desenvolvimento regional e local, levou-me a decidir, certamente com alguma influência, por um Mestrado que englobasse matérias tão distintas como *Gestão de Património, História e identidades Regionais, Geografia Humana e Planeamento Regional, Políticas Culturais* ou ainda os *Museu e Sociedade*.

A opção por fazer um Estágio em detrimento de uma Dissertação, vem dessa curiosidade de saber no terreno de como é, e como se faz, e a escolha por Cascais veio juntar duas realidades, por um lado a parceria já estabelecida entre a Faculdade de Letras de Lisboa a Câmara Municipal de Cascais e o Instituto de Cultura e Estudos Sociais, e por outro o bom conhecimento do território que compõe o Conselho pois é o local onde passei a minha infância e juventude, e com quem tenho uma afinidade emocional.

Após um primeiro encontro com as entidades envolvidas, de carácter administrativo, a reunião final foi presidida pelo Director do Departamento de Cultura da CMC o Sr. Dr.º António Carvalho e a responsável pela divisão de Gestão de Património Histórico-Cultural a Sr.ª Dr.ª Jacinta Bugalhão, que em face da minha explanação sobre o meu gosto pelo Património logo propôs que o estágio recaísse sobre inventariação dos ESIR, e que logo aceitei.

O estágio teve início em meados do mês de dezembro de 2012, e de uma maneira geral, podemos dizer que terminou em finais de Novembro, embora com grandes intervalos, mas mais concretamente, o período principal onde

decorreu o inventário, foram os meses de Janeiro, Fevereiro e Março, e metade de Abril, ininterruptos, de modo que foram efectuadas perto de 300 horas e 113 registos. Horas essas repartidas entre saídas ao exterior, com trabalho de campo, e trabalho interno, composto por todos os procedimentos necessários ao registo das fotografias tiradas, à sua localização no SigWeb, assim como ao preenchimento das fichas dos elementos estudados e referenciados. O estágio foi realizado na Divisão de Gestão de Património Histórico-Cultural da Câmara Municipal de Cascais, sob a orientação e controle de dois supervisores de Estágio nomeados para esse efeito, o Mestre Mário Lisboa e o Dr.º José António Gonçalves, em função das suas especificidades profissionais e académicas (O conhecimento do território e suas especificidades, a sua história, a arqueologia, a história da arte, o património e a sua conservação), bem como experiência neste tipo de recolha de dados e inventariação de Património.

Uma das competências da Gestão do Património consiste na realização de atividades no domínio do desenvolvimento e valorização de uma determinada área, entre elas, a verificação do cumprimento da legislação aplicada em matéria de património e a elaboração de diagnósticos que contribuam para a implementação de estratégias e políticas culturais. Mas para isso, é necessário conhecer o território a preservar, e todo o património nele inserido seja ele arquitetónico, arqueológico, paisagístico, de arte pública ou ainda de espaços urbanos históricos. Dentro destes “Patrimónios” existem uma série de elementos que não obstante passarmos por eles todos os dias, e talvez por isso mesmo, nos passam despercebidos, acabamos por não lhes dar importância mas que fazem parte da nossa memória, e se porventura, e por qualquer razão, deixarem de existir, iremos dar por falta deles pois fazem parte do nosso quotidiano e marcam uma paisagem seja ela urbana ou rural. Esses elementos fazem parte da memória coletiva da história local, e dão um valor suplementar à riqueza do seu património. Com a finalidade de não se perderem e preservar da pressão urbanística, devemos classifica-los e conserva-los. Algumas autarquias têm tido a preocupação de os identificar e registar, dando-lhes a importância devida, sendo esse o caso do Município de Cascais.

A esses elementos se deu o nome de *Elementos Singulares de Interesse Relevante* (ESIR), e a sua inventariação sistemática, faz parte fundamental da gestão do património.

Os (ESIR) revestem-se de carácter geralmente vernacular ou etnográfico e caracterizam-se pela sua grande dispersão no território, sendo uma parte integrante e importante das paisagens culturais tanto rurais como urbanas. Deles podemos compreender o modo de vida, hábitos, economia e cultura das gentes que fizeram ou fazem parte desse território, independentemente de hoje na maior parte dos casos estarem descontextualizados com aquilo que os rodeia, o que os torna por isso também, singulares.

Após a introdução desses *Elementos* numa base de dados geral, este património estará disponível não só pelo poder local como pelas entidades nacionais, pela comunidade científica e universitária, ou ainda pelo público em geral.

A *administração pública* assume, de facto, um papel vital e preponderante no processo de gestão, representação e promoção territorial, reunindo competências em matéria de ordenamento e gestão territorial.

Uma outra ferramenta para o registo do património é o Sistema de Informação Geográfica, assume-se como um instrumento indispensável quando se pensa e se leva a cabo o ordenamento do território (localização, cruzamento de informação, análises de natureza variada, recetáculo dinâmico de informação, antevisão de cenários, entre outros).

A dialética entre os SIG e turismo nasce a partir do momento em que ambos extravasam as fronteiras analíticas, de quem são objeto de estudo e de investigação e pelo facto de o vocábulo “*onde – localização*” lhes ser especialmente caro.

Os SIG podem representar um receptáculo de toda a informação do Património Cultural e simultaneamente um veículo de informação, bem como da sua disponibilização e publicação, de tal modo que pode ser um fio condutor, de comunicação quando se fala na World Wide Web, portanto acessível não apenas aos técnicos que dependem dessa informação no processo de planear a gestão do território, bem como aos simples utilizadores, e aos turistas que pretendem aceder e consumir conteúdos informativos geo-refenciados. Pode

ser encarado não apenas como uma ferramenta poderosa de trabalho, como também uma tecnologia no sentido de oferecer informação virtual via www, este canal de distribuição, no qual é passível a modificação, e atualização da informação, pode fornecer a possibilidade da construção de um mapa interativo ou de uma simples brochura eletrónica, que poderá estar sempre disponível e em constante atualização.

Os SIG podem ter definitivamente uma palavra a dizer na conservação e salvaguarda da informação respeitante ao património cultural, bem como na perpetuação e na difusão do conhecimento.

Se o cruzarmos o SIG com uma outra estrutura de informação própria, em que cada recurso patrimonial é identificado por uma ficha de detalhe /inventário com a caracterização respectiva, contendo informação alfanumérica, a que é possível agregar informação multimédia (imagens, vídeos, entre outros), o processo fica completo. A esse programa, no caso de Cascais é o “In Patrimónium”, adquirido pela autarquia numa tentativa de se actualizar e tornar o processo de inventariação mais operacional, mais completo e possibilitando a comunidade usufruir dele. Foi esta ferramenta que me ocupou e na qual trabalhei durante o meu estágio, uma vez que foi nela que registei os elementos estudados e inseri as fotos tiradas.

Esta Inventariação que se iniciou já há alguns anos na CMC, necessitou da minha parte, de seguir uma metodologia, em função das características do território a inventariar, e dos meios postos à minha disposição, de modo a cumprir os objetivos propostos.

Tomei como ponto de partida o estudo de leis e normas vigentes, nacionais e internacionais, e a evolução da definição de “Património”, de modo a compreender de que elementos estamos a tratar, desenvolver um padrão de descrição e de informação, e por fim preparar-me para dar continuidade ao inventário que já vem sendo feito na CMC, e sempre que possível acrescentar algum valor da minha parte, tanto em actualizar *Elementos* já inventariados como a inscrição de novos ainda não referenciados.

A receptividade dos serviços onde prestei este estágio, a Divisão de Património Histórico-Cultural da CMC, foi em tudo muito boa e penso que a minha estadia, foi bem aceite e bem-vinda, pois este inventário está ainda por completar, além

de dever ser constante a sua actualização, e sempre atento a novas descobertas de elementos não identificados.

As maiores dificuldades que encontrei foi na descrição dos elementos a registar, na medida em que era necessário na maioria das vezes recorrer a termos de arquitectura e de arte, a que eu estava menos preparado, de modo que tive de me socorrer de dicionários de estilos e de termos de arte apropriados ou pedir ajuda aos meus orientadores já mais familiarizados com esses termos. De maneira que foi dentro dessa área que mais conhecimentos adquiri, além de que fiquei mais sensibilizado e atento aos pormenores da paisagem urbana, às funcionalidades de alguns elementos, bem como relaciona-los e incorpora-los com a restante envolvência, e evidentemente ao maior conhecimento territorial e cultural do Concelho de Cascais.

1. Evolução dos conceitos de Património

A noção de património de um povo, que implica uma consciência de todos perante costumes, hábitos, conhecimentos, e religião, não se formou de uma forma evidente e imediata ao longo dos tempos. Este conceito que o egocentrismo próprio de cada cidadão leva a cercear perante os bens que ele defende, porque são da sua Família, dos seus Antepassados, só muito tarde tomou as proporções próprias que fazem com que este património assuma a sua verdadeira amplitude como valor de cultura de uma sociedade, de cultura de um povo.

Património afinal o que é? Memória de uma comunidade, enquanto legado que é partilhado de geração para geração? Este conceito assaz difícil de definir, poderá levar-nos por um campo tão exaustivo e quase infinito, que tenta a que afirmemos que afinal património é tudo. Mas na verdade, património será aquilo que sentimos como tal, daí que ao longo dos tempos o conceito venha evoluindo.

Observemos algumas das principais definições de *património* que a legislação europeia consagra¹. A algumas, por via da ratificação que as instâncias legislativas nacionais realizaram, Portugal está também obrigado. Apresentá-las-emos por ordem cronológica da sua aprovação original, que não coincide necessariamente com a ordem de adopção por parte de Portugal.

A **Convenção de Haia**, de 14 de Maio de 1954, destinada à *Protecção dos Bens Culturais em Caso de Conflito*, e realizada sob o patrocínio da UNESCO, definia logo no artigo primeiro, o que se deve entender por património cultural:

"Aux fins de la présente Convention, sont considérés comme biens culturels, quels que soient leur origine ou leur propriétaire:

a) Les biens, meubles ou immeubles, qui présentent une grande importance pour le patrimoine culturel des peuples, tels que les monuments d'architecture, d'art ou d'histoire, religieux ou laïques, les sites archéologiques, les ensembles de constructions, qui en tant que

¹ Veja-se a obra de FERREIRA, Jorge A. B. - *Direito do Património Histórico-Cultural. Cartas, Convenções e Recomendações Internacionais. Actos Comunitários*, CEFA, Coimbra 1998. Daqui citaremos os excertos da legislação que agora nos interessa.

tels, présentent un intérêt historique ou artistique, les oeuvres d'art, les manuscrits livres et autres objets d'intérêt artistique, historique ou archéologique ainsi, que les collections scientifiques et les collections importantes de livres, d'archives ou de reproductions des biens définis ci-dessus;

b) Les édifices dont la destination principale et effective est de conserver ou d'exposer les biens culturels meubles définis à l'alinéa a) tels que les musées, les grandes bibliothèques, les dépôts d'archives, ainsi que les refuges destinés à abriter en cas de conflit armé, les biens culturels meubles définis à l'alinéa a);

c) Les centres comprenant un nombre considérable de biens culturels qui sont définis aux alinéas a) e b), dits «centres monumentaux»."

Recordando o que a legislação portuguesa havia considerado como património no início do século, parece relevante o facto de aqui não só se incluírem as peças e os objectos mas também os próprios edifícios que albergavam as colecções e os conjuntos monumentais. A Europa recordava amargamente as destruições provocadas pelos bombardeamentos da II Grande Guerra. Este tipo de preocupações afectou também Portugal na década de 50, tendo levado inclusivamente à tomada de algumas medidas preventivas para o caso de eclodir nova guerra na Europa.

Anotemos também a **Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico**, datada de 1969 e a que Portugal aderiu em 1982. Logo no seu artigo primeiro define o que se deve entender por "*bens arqueológicos*": "(...) *os vestígios e os objectos ou quaisquer outros indícios de manifestações humanas que constituem testemunho de épocas e civilizações, cujas principais fontes de informação científica são asseguradas por escavações ou por descobertas*". Definição tão vaga quanto a linguagem que emprega, abarca quase tudo o que se quiser que abarque.

Portugal adere à **Convenção para a Protecção do Património Mundial Cultural e Natural**, datada de 1972, em 1979. O texto desta convenção define, separadamente, aquilo que se deve entender como património cultural e natural. Tal definição é necessariamente longa, mas julgamos de interesse a sua citação integral:

"ARTIGO 1º

*Para fins da presente Convenção serão considerados como **património cultural**:*

Os monumentos. - Obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos. - Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os locais de interesse. - Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

ARTIGO 2º

*Para fins da presente Convenção serão considerados como **património natural**:*

Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;

As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;

Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural."

História, arte, ciência, valores estéticos, etnológicos ou antropológicos, são pois o que está em causa nesta definição. Com excepção das referências explícitas à etnologia e à antropologia, não estamos longe do que vimos serem os aspectos defendidos pela legislação portuguesa do início do século e acrescentado na década de 60 com as observações introduzidas pelo *Regulamento Geral dos Museus de História, Arte e Arqueologia*. De facto, a

esta luz, Portugal havia já munido a sua legislação de princípios ordenadores e protectores do património com horizontes largos...

Na **Carta Europeia do Património Architectónico** (Amesterdão, Outubro de 1975), ficou definido que "*O património architectónico europeu é formado não apenas pelos nossos monumentos mais importantes mas também pelos conjuntos que constituem as nossas cidades antigas e as nossas aldeias com tradições no seu ambiente natural ou construído.*". Tal definição leva em linha de conta que a envolvente é uma importante parcela do valor cultural dos monumentos e que, como tal, deve também ser preservada. *Património* é pois algo mais vasto que apenas o monumento em si próprio, e a sua preservação engloba a necessidade de manutenção de mais que as pedras que o constituem. Uma vez mais podemos encontrar consonância da legislação portuguesa sobre esta matéria: bastará observar o que a Direcção Geral dos Edifício e Monumentos Nacionais havia feito, desde a década e 30, aquando das intervenções em monumentos, marcando áreas de protecção que defendiam o monumento em si e a envolvente architectónica e paisagística. Em 1991 Portugal adere à *Convenção para a Salvaguarda do Património architectónico da Europa*, que havia sido elaborada em 1985. Anotemos a definição aí produzida:

"Para os fins da presente Convenção, a expressão «património architectónico» é considerada como integrando os seguintes bens imóveis:

- 1) Os monumentos: todas as construções particularmente notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, incluindo as instalações ou os elementos decorativos que fazem parte integrante de tais construções;*
- 2) Os conjuntos architectónicos: agrupamentos homogéneos de construções urbanas ou rurais, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, e suficientemente coerentes para serem objecto de uma delimitação topográfica;*
- 3) Os sítios: obras combinadas do homem e da natureza, parcialmente construídas e constituindo espaços suficientemente característicos e homogéneos para serem objecto de uma delimitação topográfica, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico."*

A par do interesse artístico, histórico e arqueológico que, como vimos, povoava abundantemente a legislação portuguesa relativa a património pelo menos até à década de 60, vemos agora emergir três novos motivos de classificação: os *interesses científicos, sociais e técnicos* surgem combinados com os anteriormente e citados em pé de igualdade.

A **Charte Internationale pour la Gestion du Patrimoine Archéologique** (ICOMOS, 1990) define claramente o que se deve entender por património arqueológico. Citemos:

"Le «patrimoine archéologique» est la partie de notre patrimoine matériel pour laquelle les méthodes de l'archéologie fournissent les connaissances de base. Il englobe toutes les traces de l'existence humaine et concerne les lieux où se ont exercées les activités humaines quelles qu'elles soient, les structures et les vestiges abandonnés de toutes sortes, en surface, en sous-sol ou sous les eaux, ainsi que le matériel qui leur est associé."

Longa definição que pretende abranger uma vastidão de materiais, não descurando qualquer possibilidade. Desta forma envolvente coloca-se sob protecção legal a todo um universo de objectos e informações associadas, a que se dá a designação genérica de *património arqueológico*.

O conceito de Património alargou-se ao mesmo tempo que a “Nova História” e as novas correntes historiográficas alargavam os temas susceptíveis de serem estudados, como assuntos relacionados com actividades económicas, o trabalho, o vestuário e a alimentação, os costumes, os grupos marginais e as minorias, bem como temas científicos em constante evolução.

Muito contribuiu também a actuação das associações de defesa do património, que proliferaram no século XX, as instituições de ensino e de investigação, com vista à preservação e à reutilização de estruturas, equipamentos e tecnologias, por motivos científicos e culturais, mas também sociais e económicos.

As várias realidades contemporâneas foram incluídas no conceito de património cultural, e desdobradas em várias subcategorias, assim temos por exemplo património rural e património urbano; património científico e tecnológico; património industrial e património ferroviário; património

empresarial e património operário; património do gás, da electricidade e da água; património mineiro e património florestal; património arquivístico e património literário; património artístico e património cinematográfico; património arqueológico e património museológico, bem como o património natural. Quase que podemos concluir que tudo é património, o que resta? Mais do que extensão o importante é a sua profundidade. Passa a ser necessário decidir critérios. “Património” tornou-se, deste modo, numa categoria aberta, não só à assimilação de novos conteúdos, mas também a configurações e significados.

Depois desta explanação sobre a evolução do conceito de *Património*, não é de estranhar a preocupação em não deixar de incluir nele os ESIR, que só nos tempos mais recentes passaram a fazer parte das nossas preocupações em preservá-los e protegê-los.

Além do alargamento dos conceitos também se tornou vulgar a questão da sustentabilidade da salvaguarda dos lugares desse mesmo património, quer que se refira aos aspectos culturais, sociais e económicos. Será resultado de uma tomada de consciência dos direitos e deveres de uma comunidade perante o espaço que ocupa. Não é só um problema de mera conservação dos valores históricos e artísticos, a partir de agora também se solicita a participação das populações nos processos de gestão patrimonial.

“A ideia de património foi-se alterando ao longo do tempo e continua a alterar-se em conformidade com as diferenças de cultura, políticas, sociais e económicas que separam as épocas, países e regiões.”²

² François Choy, *Património e Mundialização*, Évora, Casa do Sul Edições, 2005.

2. Os Elementos Singulares de Interesse Relevante e a sua importância para o conhecimento e desenvolvimento Regional do Património

A importância do Património para a Identidade das populações e o desenvolvimento das comunidades locais. O resgate da sua memória colectiva e a criação de uma identidade comum.

.....tentam eles próprios responder a estas perguntas: de onde vimos? qual é o nosso património? quem somos? qual é na nossa história? O que fizemos para melhorar a comunidade em que nos inserimos? quais os nossos valores socioeconómicos, políticos e educativos? Devemos procurar e descobrir as soluções para estas questões e tantas outras de índole social que se lhe colocam no dia-a-dia.”³

As culturas Ocidentais integraram um ideal, o ideal do património. O da necessidade de um património cultural herdado. A existência deste ideal, traduz uma aspiração profunda. Trata-se no fundo da possibilidade objectiva e nostálgica de resgatar o passado.

“ De facto o mundo contemporâneo vive uma permanente tensão entre modernidade e tradição. Aquilo a que poderemos chamar o projecto «moderno» nasce praticamente ao mesmo tempo que a ideologia do património.” (PEREIRA, Paulo, 1999)

Na Introdução tentei dar uma explicação o que são os ESIR e a sua integração na definição de Património, a importância de os referenciar, dos inventariar e dos preservar. O PDM de Cascais que está de momento em processo de revisão, irá contemplar mais pormenorizadamente a definição de ESIR. Para clarificar esta definição, posso adiantar, com o risco de poder ser alterado, na versão final, podemos encontrar na versão preliminar o seguinte:

“1 – Por Elementos Singulares de Interesse Relevante entende-se pequenas peças arquitectónicas representativas de factos ou situações características de um período histórico que simboliza a cultura local, a memória de um feito ou personagem ou ainda as marcas do quotidiano das antigas populações, designadamente

³ Nunes, Graça Maria Soares, *A História Regional e Local – Contributos para o Estado das Identidades Locais*, Cadernos de Sociomuseologia nº8, 1996.

Aquedutos, Cruzeiros, Tanques, Chafarizes, Fontes, Lavadouros, Marcos, Minas de água, Noras, Pontões, Caminhos Rurais, Estátuas, Monumentos evocativos e Coretos. 2 – Os Elementos Singulares de Interesse Relevante, designadamente os identificados no número anterior, devem ser preservados, não sendo permitida a sua demolição, deformação ou destruição, excepto por razões de manifesto interesse público na sequência de deliberação da Câmara Municipal.”

Os ESIR não têm uma protecção legal mas a simples razão de estarem inventariados, já é em si uma protecção, na medida em que antes de qualquer alteração urbanística ou paisagística, implica uma análise por parte das entidades responsáveis. O próprio PDM da CMC já contempla estes ESIRs na protecção do património cultural.

Irei agora debruçar-me sobre a importância de dar a conhecer o Património e do seu contributo para o desenvolvimento local e regional.

A sua preservação assume por isso cada vez maior relevo, uma vez que a “*promoção do aumento do bem-estar social e económico*” dos cidadãos e o “*desenvolvimento regional e local*” constituem duas das principais finalidades do património (Artigo 12º da Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro).

A cultura pode, deste modo, promover a imagem do território e potencializar as capacidades dos seus próprios habitantes.

O Legado Cultural de uma comunidade, é um bem que pode e deve ser aproveitado como uma oferta turística, respeitando-se os princípios de conservação e sustentabilidade social e cultural, levando os indivíduos da mesma a uma melhoria na sua qualidade de vida, tendo o Turismo como promotor e fomentador de empregos e rendimentos.

Pode-se considerar o património cultural de uma população como um recurso ao serviço do desenvolvimento sustentável, pois o património tem valor por si

só, pois constitui ao mesmo tempo a memória colectiva da população e um potencial recurso para o seu futuro.

Para considerarmos o legado Cultural de uma comunidade como um Produto Turístico apoiamo-nos em ANDRADE (1998, p. 98) que define produto turístico como um composto de bens e serviços diversificados e essencialmente relacionados entre si, tanto em razão da sua integração com vistas ao atendimento da demanda quanto pelo factor de unir os sectores, primário, secundário e terciário de produção económica.

O desafio actual é como integrar melhor a protecção e a valorização do património numa abordagem local de desenvolvimento. Os Defensores do património e os actores do desenvolvimento local, são parceiros.

Os programas de desenvolvimento devem integrar na sua abordagem a valorização do património, travar as ameaças que o põem em perigo e valorizá-lo tanto quanto possível. Reciprocamente, os defensores do património devem ter em conta as necessidades do desenvolvimento local e aproveitar todas as oportunidades de sinergia que apresentam.

O Internacional Council on Monuments and Sites (ICOMOS) na sua Carta de Turismo Cultural (1984), identifica o turismo cultural com a visitação a monumentos e lugares de interesse patrimonial, e mais tarde em 1999, sublinhou a relação dinâmica entre património e turismo, aconselhando a que as receitas geradas sejam aplicadas na preservação e conservação de monumentos e lugares de interesse patrimonial.

Em Portugal, cerca de um terço dos turistas estrangeiros que nos visitam têm uma forte motivação cultural, e os portugueses têm vindo a interessar-se cada vez mais pelo nosso património, desde monumentos singulares a conjuntos edificados, arqueológicos e museus, seja em meio urbano ou rural, programando as suas férias em touring ou no excursionismo, já contando com estas visitas, mostrando que as preparam e estudam, graças às novas tecnologias.

A dificuldade de integração de alguns elementos patrimoniais em cadeias de valor de produtos turísticos, é uma realidade mas deve-se combater criando

percursos alternativos e diversificados, tanto para automobilistas como para os pedestres, cuja modalidade está num crescente expressivo.

Os espaços rurais e as suas singularidades são hoje roteiros turísticos procurados por um cada vez maior número de visitantes. Deve-se apostar nos “nichos de mercado”, como é o caso da Madeira e as caminhadas pelas “levadas” altamente procuradas por turistas da zona Norte da Europa.

Sobre as Aldeias Históricas como sublinha Maria Alexandra Lousada, *“construi-se uma nova imagem para antigos lugares, através de ícones e marcas onde se fundem de modo ambivalente e algo paradoxal patrimónios urbanos e rurais. As antigas vilas são transformadas em aldeias históricas, lugares turísticos, que são uma produção social”*.⁴

As novas tecnologias, nomeadamente os sistemas de informação geográfica, representam um contributo na optimização da definição estratégica do planeamento turístico de um dado território, dado que levam a cabo de uma forma criteriosa, uma infinidade de análises múltiplas através do cruzamento de informações de natureza distintas, e ao permitir uma visualização geográfica das soluções encontradas.

Informar, os turistas com informações detalhadas e válidas e de uma forma sedutora, capaz de estimular a sua visita e permanência no concelho, mas também os técnicos responsáveis que necessitam da informação para melhor poderem intervir e decidir sobre o futuro do território e das actividades que nele se desenrolam.

Inventariar, organizar, estruturar, analisar, divulgar e promover serão certamente as palavras de ordem que devem imperar, quando se pensa em vender um produto turístico perante um cenário cada vez mais exigente e uma concorrência cada vez mais feroz.

É imprescindível ter um conhecimento profundo do território e das suas mutações, estimular a pesquisa e análise da informação, disponibilizar os recursos em ambiente intranet e Internet, para que se possa tomar decisões

⁴ Lousada, M. Alexandre, Antigas, Aldeias Velhas, Novas Aldeias: A Paradoxal Identidade das Aldeias Históricas de Portugal. Turismo, Inovação e Desenvolvimento: Actas do I Seminário – Turismo e Planeamento do Território / coord. CAVACO, Carminda, Lisboa; Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 2008, p. 143-174.

recorrendo ao cruzamento de toda a informação actualizada, diminuindo e rentabilizando desta forma o factor temporal.

A administração local assume um papel preponderante no fomento e desenvolvimento da actividade turística, daí que, tem a seu cargo a responsabilidade de gerir e planear criteriosamente o processo de desenvolvimento do turismo. Também os impactes da actividade turística se repercutem de uma forma notória e incisiva à escala local, pelo que as diversas políticas de actuação terão que ser pensadas e direccionadas à mesma escala. Torna-se imperioso fomentar sinergias entre os várias entidades competentes e intervenientes na actividade turística e na gestão do território, de modo a que se disponibilize e partilhe toda a informação para melhor avaliar, decidir e intervir.

Á que reabilitar o “velho património”, construir o “novo património” no quadro de uma intervenção territorial integrada.

Finalizava esta temática fazendo menção aos planos de ordenamento do território existentes que são os instrumentos do processo de desenvolvimento e ou planeamento que, após ratificação e conseqüente publicação, consubstanciam as estratégias a aplicar sobre determinada porção de território, constituindo deste modo documentos de referência.

3. Instrumentos Legais portugueses de Gestão e protecção do Património Cultural

3.1 Os primeiros passos em Portugal⁵

A primeira noção de uma necessidade de observar a guarda dos “*Monumentos antigos que havia, & se podião descobrir no Reyno, dos tempos em que nelle dominarão os Phenices, Gregos, Penos, Romanos, Godos, & Arabios*” aparece no primeiro diploma que reveste uma vertente patrimonial de protecção, e que era o alvará de D. João V, de 20 de Agosto de 1721, passado a favor da Academia Real de História Portuguesa, Eclesiástica & secular. Este documento acaba por ser um alargamento do conceito de património da altura, que para lá

⁵ Veja-se a obra de Lopes, Flávio, *Património arquitetónico e arqueológico- Noção e normas de protecção*, Lisboa, Caleidoscópio Edição e Artes Gráficas, SA, 2012.

dos Edifícios, engloba igualmente “Estátuas, Marmores, Cippos, laminas, Chapas, Medalhas, Moedas, & outros artefactos”. Ficou ainda determinado que as “*Camaras das cidades, & Villas deste Reyno tenham muito particular cuidado em conservar, & guardar todas as antiguidades sobreditas, & de semelhante qualidade*”. Deu igualmente conta das penalidades a aplicar aos infractores.

No século seguinte, Alexandro Herculano, anonimamente, irá dar à estampa do jornal *O Panorama*, o conhecido *jornal litterario e instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, em 1838-1839, quatro artigos fundamentais sobre a questão do património.⁶

Estes textos de Herculano destacam-se pelo desafio que levantam e acções ulteriores sobre o património que levam a desencadear-se:

- *Sensibilizando*, pela primeira vez, a opinião pública nacional para a importância da salvaguarda dos “monumentos pátrios”;
- *Denunciando o vandalismo*⁷, os economicistas, a incúria das instituições e principalmente pelos eleitos “os carros, as cavalgadas, e os vereadores passam tranquilamente sobre os ossos do passado”⁸;
- *Defendendo* a criação de uma “associação” de defesa do património;
- *Sugerindo* que se redigisse “uma lei de monumentos”;
- *Chamando* a atenção para o valor económico dos monumentos;
- *Afirmando* de modo incrivelmente actual, que os monumentos não devem ser encerrados em museus;
- *Criando* uma “escola”, que teve sucessores nomes como, Almeida Garrett, Mendes Leal, Luciano Cordeiro, Latino Coelho, entre outros.

Perto do fim da monarquia o mais relevante foi a introdução de diplomas legais da noção de monumento nacional e o início de um trabalho de inventariação no

⁶ *O Panorama*, respectivamente nos n.º 69 e 70 de 1838, pp. 266-268 e 275-277; e n.º 93 e 94 de 1839, pp. 43-45 e 50-52.

⁷ Este termo é criado, e pela primeira vez empregue, pelo abade Gregório em 1794, “comme atteinte criminelle au patrimoine”.

⁸ “Mais um Brado a Favor dos Monumentos II”, in *O Panorama*, vol. IV (94), 1839, p. 50.

qual colaboram Câmaras Municipais e são feitos levantamentos em 1894, envolvendo questionários destinados a obter conhecimento de edifícios e objectos com valor arqueológico, histórico e artístico. Só em 16 de Junho de 1910 por Decreto se publica uma lista oficial em que classifica como monumentos nacionais cerca de quatrocentos e cinquenta edifícios.

O trabalho da Primeira República passou mais pela acção educativa e depuradora de conceitos como os de “obra de arte” ou “objecto arqueológico”. Em 1915 João de Barros distribui uma circular em que pede aos directores e professores, “o melhor empenho em despertar e manter no espírito dos alunos [...] o **respeito por todos os monumentos**, e pela própria **paisagem nacional**, e [...] procurar dar aos outros o **conhecimento conveniente da origem e valor histórico de tais monumentos**, de maneira a firmar nos educandos o carácter cívico e patriótico, ao mesmo tempo que se lhes desenvolve o gosto e amor pela arte”.

Durante o Estado Novo pode dizer-se conforme Luís Raposo, “*se dá corpo a toda uma política de enquadramento legal e institucional do património cultural*”⁹. Em 1929 nascem, ao mesmo tempo e pelo decreto 1638, de 9 de Janeiro, a Junta da Educação Nacional e a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, com quatro repartições, uma das quais com atribuições específicas respeitantes aos Edifícios e Monumentos Nacionais, que se vai reger nas primeiras duas décadas de existência, por uma valoração das obras mais simbólicas da nação, em processo de reconstituição meticulosa. Em 1932 publicam-se alguns textos legais que, durante décadas, irão constituir a tessitura básica da organização administrativa do País na área patrimonial: a criação das comissões Municipais de Arte e Arqueologia, a revisão do conceito e dos mecanismos de classificação dos monumentos nacionais e a primeira disposição legal moderna regulamentando a prática de escavações arqueológicas.

Com o 25 de Abril de 1974 surge um maior interesse pela questão patrimonial pela população em geral nomeadamente com o florescimento das associações

⁹ Em *A estrutura administrativa do Estado e o património cultural*, Luís Raposo, Vértice, nº 54, 1993, pp. 38-45.

de Defesa do Património, acompanhando as preocupações existentes neste domínio a nível internacional, sobretudo no âmbito da UNESCO.

É a Constituição da República de 1976 que impõe ao Estado Português “a obrigação de preservar, defender e valorizar o património cultural do povo português” (art.º 78).

A necessidade de promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum nacional e de revogar o regime jurídico existente, originou a redacção da primeira Lei de Bases do Património Cultural Português: **Lei 13/85, de 6 de Julho**.

Nesta lei encontramos reflectidos alguns dos princípios orientadores das Convenções internacionais existentes até à data, incluindo o alargamento da noção de património cultural (artigos 1º, 8º e 9º) e das formas de protecção (artigos 7º, 19º), a descentralização de competências de salvaguarda (artigos 3º, 4º, 5º, 6º e 9º), a importância e condicionalismos das zonas de protecção (artigos 18º, 22º e 23º), a conservação integrada em planos de gestão urbanística (artigo 44º) e a formação e acção educativa (artigo 49º), entre outros.

Este instrumento legal vem clarificar as formas e regimes de protecção ao património cultural material (móvel e imóvel) e imaterial. No entanto, torna-se primordial analisar apenas os princípios relacionados com o património imóvel e o seu regime específico.

Muitos artigos remetem para a necessidade de criação de instituições que tenham como missão a conservação e defesa do património cultural, não deixando de realçar que esta tarefa incumbe a todos os cidadãos, especialmente ao Estado e órgãos administrativos (artigos 2º a 6º), conforme os artigos 9º e 66º da CRP.

Reflexo da Convenção do Património Mundial (UNESCO, 1972), surgem as diferentes classificações do património imóvel (monumentos, conjuntos e sítios: art.8º) e a necessidade de definir a importância de cada bem, de modo a que seja realizado um *“enquadramento orgânico, natural ou construído”* que não *“afecte a percepção e leitura de elementos e conjuntos”* (artigo 7º, n.º3).

As normas constantes na Lei de Bases do Património Cultural Português apresentam um conjunto de regras e princípios relativos à defesa e conservação do património:

- O princípio de integração no ordenamento do território e na planificação a nível nacional, regional e local dos valores de protecção, conservação, valorização e revitalização do património cultural;
- O princípio de afectação de fundos e outras verbas nos orçamentos da Administração Central, Regional e Local com o objectivo de ocorrer à protecção, conservação, valorização e revitalização do património cultural;
- O princípio da participação financeira das entidades públicas nos trabalhos realizados para a defesa e conservação do património, seja ele público ou privado;
- O princípio da consagração legal de promoção de regimes fiscais específicos e próprios, tendo em vista a defesa do património cultural que se encontra na posse de particulares;
- O princípio de apoio governamental a acções de formação e de fomento do interesse e respeito público pelo património cultural.

Para além dos princípios enunciados subsistem ainda regras de índole genérica, mas de grande relevância. Em primeiro lugar, a defesa e conservação do património cultural incumbe obrigatoriamente a entidades públicas e é um dever de todos os cidadãos. Em segundo lugar, os meios de defesa passam pelo inventário e classificação dos bens culturais, sujeitando o direito fundamental da propriedade privada a determinadas e diversas restrições de ordem pública que são:

- A proibição de demolição ou obras de restauro sem parecer favorável das entidades competentes;
- A execução, por parte dos particulares, de todas as obras que os órgãos competentes considerem necessárias para assegurar a sua salvaguarda;
- A expropriação dos bens quando, por responsabilidade do proprietário, se corra o risco de degradação.

Além disto, em função do valor do bem em termos de espaço territorial, compete ao Estado, Regiões Autónomas, autarquias locais, pessoas singulares

ou colectivas, a intervenção, fiscalização e adopção dos meios indispensáveis à defesa e conservação do património. Assim:

- Os imóveis classificados ou em vias de classificação carecem de cuidados especiais por parte dos seus proprietários ou detentores, tendo em conta os problemas específicos na luta contra a poluição e os efeitos dela decorrentes;
- Os imóveis classificados ou em vias de classificação podem ser expropriados, como consequência da omissão ou acção grave do seu proprietário;
- Poderão ainda ser expropriados bens imóveis situados em zonas de protecção dos bens classificados, desde que prejudiquem a boa conservação destes ou ofendam e desvirtuem as suas características;
- No que diz respeito à alienação dos bens classificados, é atribuído o direito de preferência ao Estado e autarquias;
- O arrendamento dos imóveis classificados é sujeito a um regime especial, de modo a evitar a sua degradação.

Sendo os centros históricos património mundial inseridos em zonas de protecção e sendo de especial relevância a sua conservação e reabilitação, estes princípios e regras têm, obrigatoriamente, de ser tidos em conta. E, como tal, a elaboração de regulamentos específicos e a existência de regulamentos de planos urbanísticos que consagrem a intervenção nestes conjuntos é primordial.

Com a Lei de Bases do Património Cultural, a preocupação relativa à salvaguarda de valores naturais e culturais estendeu-se aos decretos-lei que regulamentam a elaboração dos instrumentos de gestão territorial, pondo-se, assim, em prática a conservação integrada regulamentada pelo artigo 44º n.º1 da Lei 13/85 e por diversas normas e directivas internacionais. Entre os elementos constituintes desses instrumentos passaram a figurar as áreas protegidas classificadas ou em vias de classificação, as áreas de interesse arqueológico, histórico ou cultural e os imóveis classificados e respectivas zonas de protecção:

- “Os PROT têm por objectivo: (...) estabelecer normas gerais de ocupação e utilização que permitam fundamentar um correcto zonamento, utilização e

gestão do território abrangido, tendo em conta a salvaguarda de valores naturais e culturais.” (Decreto-Lei n.º 176–A/88, de 18 de Maio, artigo 3º, al. c) e “o relatório do PROT incluirá peças escritas e gráficas e terá em conta, necessariamente, os seguintes elementos: (...) áreas protegidas classificadas ou a classificar (...), áreas de interesse arqueológico, histórico ou cultural (...), imóveis classificados e zonas de protecção de bens culturais (...)” (Decreto-Lei n.º 176–A/88, de 18 de Maio, artigo 9º, n.º2, al. b), d) e i);

- *“Os planos de salvaguarda e valorização para as zonas de protecção de imóveis, ou conjuntos classificados previstos na Lei 13/85, de 6 de Julho, serão objecto de regulamentação especial” (Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março, artigo 2º, n.º2);*

- *“A elaboração, aprovação e execução dos planos municipais são operadas de forma a garantir os seguintes princípios: (...) a compatibilização da protecção e valorização das áreas agrícolas e florestais e do património natural e edificado, com a previsão de zonas destinadas a habitação, indústria e serviços (...)” (Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março, artigo 5º, n.º1, al. c);*

- *“(...) a planta actualizada de condicionantes assinala as servidões administrativas e restrições de utilidade pública, incluindo as decorrentes da Reserva Agrícola Nacional e da Reserva Ecológica Nacional, áreas classificadas, as áreas submetidas ao regime florestal, as áreas de protecção a imóveis classificados (...)” (Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março, artigo 10º, n.º6)*

Depois da revisão constitucional de 1997, surge Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo (**Lei 48/98, de 11 de Agosto**) e estabelece-se um novo regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial: **Decreto-Lei 380/99, de 22 de Setembro**.

Estes para além de definirem o regime de coordenação de âmbitos nacional, regional e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso e ocupação do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial, passam a consagrar a participação de todos os interessados na elaboração desses instrumentos conforme princípio consagrado na Constituição. Este decreto-lei vem reafirmar, em artigos

próprios, a necessidade de identificar os recursos patrimoniais e naturais e promover a sua salvaguarda.

Como princípios da política de ordenamento do território e do urbanismo são apresentados:

- O princípio da sustentabilidade e solidariedade intergeracional, assegurando às gerações futuras espaços correctamente organizados;
- O princípio da coordenação das políticas de ordenamento com as políticas económicas, sociais e culturais;
- O princípio da equidade na repartição de encargos e benefícios decorrentes da aplicação dos instrumentos de gestão territorial;
- O princípio da participação e discussão pública;
- O princípio da responsabilidade perante as intervenções efectuadas;
- O princípio da segurança jurídica.

Como objectivos específicos desta Lei encontramos:

- A melhoria da qualidade de vida das populações e a distribuição equilibrada de valores naturais, culturais, económicos e sociais;
- A criação de oportunidades de trabalho como meio de fixação de populações em áreas menos desenvolvidas;
- A preservação e defesa dos solos;
- A rentabilização das infra-estruturas, racionalizando redes e perímetros urbanos;
- A reabilitação e revitalização dos centros históricos e dos elementos de património cultural classificados;
- A recuperação de áreas degradadas e a reconversão de áreas urbanas de génese ilegal.

A par da adopção destes diplomas para regular a elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial, surge nesse mesmo ano, a **16 de Dezembro, o Decreto-Lei 555/99** que vem fazer a revisão dos regimes jurídicos do licenciamento municipal de loteamentos

urbanos e obras de urbanização e de obras particulares, alterado recentemente pelo **Decreto-Lei n.º177/2001, de 4 de Junho**.

As operações de loteamento urbano e obras de urbanização, tal como as obras particulares, concretizam e materializam as opções contidas nos instrumentos de gestão territorial, não se distinguindo tanto pela sua natureza quanto pelos seus fins.

A necessidade deste documento surge do facto de a legislação em vigor até então não conseguir compatibilizar as exigências de salvaguarda do interesse público com a eficiência administrativa a que aspiram os cidadãos. Os regimes jurídicos que regiam a realização destas operações não eram coerentes entre si e o procedimento administrativo era muito moroso.

Relativamente às áreas classificadas e protegidas, os Municípios *“no exercício do seu poder regulamentar próprio, aprovam regulamentos municipais de urbanização”* (artigo 3º, n.º1). As operações urbanísticas de *“reconstrução, ampliação, alteração ou demolição de edifícios classificados ou em vias de classificação (...) e (...) em zonas de protecção de imóvel classificado ou em vias de classificação ou em áreas sujeitas a servidão administrativa ou restrição de utilidade pública”* estão sujeitas a licença administrativa concedida pela Câmara Municipal (artigo 4º, n.º2, al. d).

“Estão isentas de licença ou autorização as obras de conservação” (artigo 6º, n.º1, al. a), *“as obras de alteração de edifícios não classificados ou suas fracções que não impliquem modificações da estrutura existente dos edifícios, das cérceas, das fachadas e da forma dos telhados”* (artigo 6º, n.º1, al. b) e *“as operações urbanísticas promovidas pelas câmaras municipais (...) em área abrangida pelo plano municipal”* (artigo 7º, n.º1 al. a).

A **8 de Setembro** surge a **Lei 107/2001**, onde se estabelecem as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, revogando-se a Lei 13/85 de 6 de Julho. No entanto, a fundamentação para a existência de GTL's e de regulamentos específicos de intervenção nos centros históricos de património mundial mantêm-se, sendo mesmo reforçados.

O conceito de património cultural é alargado e, entre os vários elementos que constituem o património cultural português, são referidos pela primeira vez os *“bens que como tal [património cultural] sejam considerados por força de*

convenções internacionais que vinculam o Estado português (...)” (artigo 2º, n.º5). Além disso, refere também como parte integrante do património cultural “*os respectivos contextos*” dos bens materiais e imateriais de interesse cultural. No artigo 13º são apresentadas as componentes específicas que devem integrar a política do património cultural:

- a) *“definição de orientações estratégicas para todas as áreas do património cultural”;*
- b) *“definição, através de planos, programas e directrizes, das prioridades de intervenção ao nível da conservação, recuperação, acrescentamento, investigação e divulgação do património cultural”;*
- c) *“definição e mobilização dos recursos humanos, técnicos e financeiros necessários à consecução dos objectivos e das prioridades estabelecidas”;*
- d) *“definição das relações e aplicação dos instrumentos de cooperação entre os diversos níveis da Administração Pública e desta com os principais detentores de bens culturais e com as populações”,* existindo mesmo um aumento dos benefícios de contrapartidas: para além dos incentivos fiscais, passam a beneficiar de apoio técnico;
- e) *“definição dos modelos de articulação da política do património cultural com as demais políticas sectoriais (...)”.*

Nesta lei surgem novos princípios gerais que orientam a actuação das entidades competentes: a necessidade de assegurar “*que os instrumentos e recursos mobilizados e as medidas adoptadas resultem de uma prévia e adequada planificação e programação*”; a articulação e compatibilização do “*património cultural com as restantes políticas (...) em especial as políticas de ordenamento do território (...)*”; a eficiência no cumprimento de objectivos e imposições vigentes; a “*inspecção e prevenção, impedindo (...) a desfiguração, a degradação ou perda de elementos integrantes do património cultural*”, incluindo o condicionamento da “*afixação ou instalação de toldos, de tabuletas, de letreiros, de anúncios ou de cartazes, qualquer que seja a sua natureza e conteúdos (...)*” (art.º 41º); responsabilidade relativa às intervenções que possam afectar a integridade do património (artigo 6º); e, a necessidade de os projectos, obras e intervenções serem “*elaborados e subscritos por técnicos de qualificação legalmente reconhecida ou sob a sua responsabilidade directa*” (artigo 45º, n.º1).

Em caso de venda ou dação o direito de preferência é alterado: se antes o Estado era privilegiado, agora perde o seu lugar em detrimento dos comproprietários (art. 37º).

Nas zonas de protecção *“não podem ser concedidas licenças para obras de construção e para quaisquer trabalhos que alterem a topografia, os alinhamentos e as cercas e, em geral, a distribuição de volumes e coberturas ou revestimento exterior dos edifícios sem prévio parecer favorável da administração do património cultural competente”* (artigo 43º, n.º4), excluindo-se as obras que alterem o interior dos imóveis (artigo 43º, n.º5), consagrando, deste modo, base legal para a existência de regulamentos que orientem as construções e alterações nos centros históricos de acordo com as suas características específicas.

A defesa da qualidade ambiental e paisagística consagrada nos planos directores municipais e nos regulamentos específicos aplicáveis aos centros históricos vem regularizada no artigo 44º: *“para os efeitos deste artigo, o Estado, as Regiões Autónomas e as autarquias locais promoverão, no âmbito das atribuições respectivas, a adopção de providências tendentes a recuperar e valorizar zonas, centros históricos e outros conjuntos urbanos (...) integrados na paisagem”* e *“relativamente aos sítios e conjuntos, a legislação de desenvolvimento estabelecerá especialmente (...) os parâmetros a que devem obedecer os planos, os programas e os regulamentos aplicáveis”*.

Em conformidade com o Decreto-Lei 380/99, de 22 de Setembro, referente aos instrumentos de gestão territorial, o artigo 53º, nº3 da Lei 107/2001 estabelece, para além do disposto nesse regime jurídico, o conteúdo dos **planos de salvaguarda**, que passam a ser obrigatórios a partir da entrada em vigor desta nova Lei:

- a) *ocupação e usos prioritários;*
- b) *as áreas a reabilitar;*
- c) *os critérios de intervenção nos elementos construídos e naturais;*
- d) *a cartografia e recenseamento de todas as partes integrantes do conjunto;*
- e) *as normas específicas para a protecção do património arqueológico existente;*
- f) *as linhas estratégicas de intervenção, nos planos económico, social e de requalificação urbana e paisagística.”*

4. A importância do Inventário, as experiências passadas e o estado actual em Portugal, nomeadamente no SIPA¹⁰

É sem dúvida através do Inventário a única possibilidade de conhecermos o património existente e a sua localização exacta, as suas características, como também o seu estado de conservação e de todas as intervenções feitas nesse sentido.

Desde cedo se percebeu a sua importância e as primeiras iniciativas de inventariação do património arquitectónico em Portugal poderão recuar, pelo menos em termos legislativos e de programa intencional, ao início do século XVIII e ao século XIX, ainda que pouco se tenha feito na primeira centúria e na segunda estas se tenham praticamente limitado ao arrolamento dos principais espaços conventuais e das sés (Paula Noé 2010). Foi no entanto só no século XX que se evolui em termos inventariação do edificado, inicialmente com o objectivo de proceder à classificação e ou à sua conservação e, posteriormente, de acompanhar a própria evolução do conceito de património. Poderemos considerar o alvará de D. João V de 1721 como a primeira acção relativa à defesa do património e à sua inventariação, que incumbe a Academia Real de História de proceder à salvaguarda de todos os (...) *monumentos antigos, que havia, e se podião descobrir no Reyno, dos tempos, em que nelle dominarão os Phenices, Gregos, Persos, Romanos,, Godos, e Arabios (...)*. O alvará deixa subentender que a Academia deveria proceder à inventariação de todos os achados e antiguidades; no entanto tal acabou por não ser feito. A primeira lista conhecida, intitulada *Monumentos Nacionais e padrões históricos e comemorativos de varões ilustres e que são elementos apresentáveis para o estudo das artes em Portugal*¹¹, surge em 1880 de uma comissão eleita para o efeito, e sob a presidência de José Silvestre Ribeiro, da Real associação dos Arqueólogos Portugueses fundada por Joaquim Possidónio Narciso da Silva. No entanto em 1890 é criado o Ministério da Instrução Pública e das Belas Artes, para a qual passa o *Serviço de inventariação, Guarda e Exposição dos Monumentos Históricos Nacionais e a Superintendência sobre a sua Conservação e Restauração*.

¹⁰ A maioria das informações obtidas para este capítulo são da IHRU e da ex-DGEMN.

¹¹ *Diário do Governo*, 19 (Mar.) 1881, nº 62, pp. 694-697.

Inicia-se então uma transferência de competências, no âmbito da inventariação e de salvaguarda do património arquitectónico, entre o Ministério das Obras Públicas e instituições que viriam a estar sob a alçada do futuro Ministério da Instrução Pública e Belas-Artes, e vice-versa, que se prolongará até aos nossos dias, nos ministérios que lhes sucederam.

Em 1932, o regime geral dos imóveis classificados foi de novo revisto pelo decreto-lei nº 20 985, da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, que constitui até 1985, o diploma base do património em Portugal. Nele é determinado a organização do Inventário de móveis e imóveis que possuam valor artístico, histórico, arqueológico ou numismático digno de inventariação.

As primeiras tentativas de Inventário da DGEMN surgem como resposta às suas atribuições na área da conservação e do restauro, começando a recolher documentação e informação elementar de suporte às intervenções que realiza em imóveis classificados e em edifícios ocupados por organismos estatais (Registo dos Prédios do Estado 1938-39). Em 1940 foi elaborado o “Mapa Geral dos Edifícios do Estado”. Em 1941, vários desenhadores procederam ao levantamento planimétrico de edifícios. Este inventário vai sendo complementado e actualizado, como o feito por António Palha Faustino de 1966 a 69, e a criação da Secção de Cadastro no final desse ano. Em 1975 é concluído o *Inventário Preliminar dos Imóveis Classificados*, com uma compilação exaustiva dos imóveis de interesse nacional, e actualizado manualmente ao longo da década de 1980. O objectivo deste primeiro catálogo era (...) *o de servir de ponto de partida, de trave mestra, para o Inventário de Protecção do Património Arquitectónico (ou cadastro) (...) e o país é dividido em quatro regiões correspondentes às áreas das direcções externas dos Monumentos Nacionais. Para o Inventário de Protecção do Património Arquitectónico foi criado duas fichas, uma para “sítios” e outra para “monumentos” com as normas para a redacção, baseada nas recomendações do Conselho de Cooperação Cultural do Conselho da Europa.*

O tipo de registo destes vários inventários também foi sendo melhorado ao longo dos tempos, desde registos manuais em livros, passando pela criação de fichas individuais em tamanho A4 de 1947, com vários campos, e numerados para poderem corresponder ao arquivo dos desenhos do mesmo imóvel. Os vários campos destas fichas continham informações de: *Designação,*

Classificação, Localização, Acesso, Propriedade, Aplicação ou Utilização actual e Observações. Continua, ainda, agregadas fichas ou folhas com: *Resumo Histórico-Arqueológico* do imóvel, com breves notas cronológicas, *Zona de Protecção*, onde se elencava a lista dos prédios existentes na zona de protecção e a indicação dos respectivos proprietários, *Notas Diversas* e *Bibliografia*.

Vão sendo introduzidas melhorias como arquivo de fotografias, plantas e alguma publicação bibliográfica. Organizaram-se também arquivadores com artigos de jornal sobre os imóveis, intervenções da DGEMN e sobre o património em geral. Em 1977 a DGEMN concebe a primeira ficha de inventário, à semelhança das desenvolvidas pelos demais países, visando a criação do Inventário de Protecção do Património Cultural Europeu (IPCE). Conforme Paula Noé “*o objectivo deste inventário não era o conhecimento científico, nem a investigação histórico-arqueológica, mas a protecção jurídica e a acção de salvaguarda por parte da sociedade e do Estado. Baseados no critério definido pelo Conselho da Europa, entende-se que a identificação do património artístico nacional se podia escalonar em: 1. Inventário preliminar; 2. Inventário de protecção (ou cadastro); 3. E, finalmente, o inventário científico*”. “*Os critérios e métodos para o preenchimento das fichas IPCE foram depois adaptados como norma de preenchimento da ficha portuguesa*”.¹²

Durante a década de 80 intensifica-se a colaboração das Autarquias e em 89 os inquéritos já continham a indicação de que os dados seriam utilizados e destinados à informatização do inventário.

A partir de 1990 o inventário ganha um novo incremento e passou a denominar-se Inventário do Património Arquitectónico (IPA) e as fichas e os métodos sofrem uma profunda evolução. Em 1993 a DGEMN passou a disponibilizar o seu inventário através do site [WWW.monumentos.pt.](http://WWW.monumentos.pt), e no ano seguinte, é introduzida uma base de dados informática com uma mudança do aspecto gráfico da ficha. Em 95 o IPA passa a proceder à inventariação sistemática do património, englobando imóveis não classificados, de todas as tipologias, épocas cronológicas e estilos, “*procurando dar prioridade à*

¹² Noé, Paula, *As experiências do IHRU, da ex-DGEMN e dos seus antecessores* A inventariação do Património arquitectónico em Portugal no séc. XX, in: Monumentos nº 31, IHRU, Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, Abril 2011.

*inventariação da arquitectura civil e de expressão vernacular, em resultado do alargamento do conceito de património, que se vinha operando desde a década de 1970*¹³.

A partir de 2000 com o desenvolvimento do sistema SIG é possível o armazenamento, a sobreposição, o cruzamento e a disponibilidade de grandes mananciais de informação, e permite ainda aferir dados provenientes de várias bases de dados, desde os imóveis individualizados, conjuntos urbanos e unidades de paisagem. A ficha passa de trinta e um campos para quarenta e oito campos.

À que destacar o papel desempenhado pelo Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA), desenvolvido, desde 2007, pelo Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), o qual herdou, por força da aplicação do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado, as atribuições que a extinta Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) detinha na área da intervenção do património.¹⁴

O SIPA integra o inventário com o levantamento patrimonial mais sistemático e exaustivo em termos nacionais, acompanhando, a larga abrangência do actual conceito de património, existindo actualmente na base de dados SIPA cerca de 30 000 registos (Paula Noé 2010). Neste momento a sua estratégia passa por desenvolver a nível nacional uma rede de recursos e parceiros com o objectivo de promover a normalização e a qualificação técnico-científicas dos conteúdos e dos sistemas de informação e documentação patrimonial que o venham a integrar, cooperação entre parceiros SIPA (entidades que intervêm no território e que produzem conteúdos sobre o património Arquitectónico, urbanístico e paisagístico nomeadamente os municípios). O futuro do sistema passará, pois, por criar uma plataforma informática que permita o upload de dados a partir do exterior pelos parceiros ou público em geral que queiram contribuir para o inventário nacional.

¹³ Idem, *Ibidem*

¹⁴ Decreto-Lei nº 223/2007, de 30 Maio, p. 3604.

4.1 A Classificação

O Património construído é um universo em permanente expansão:

- p. paisagístico
- p. associativo
- p. difuso
- p. disperso
- p proximidade
- p. espectáculo
- p. industrial
- p. arqueológico
- p. de contextos
- p. "obra de arte" e de génio civil
- p. séc. XX: modernismo, Contemporâneo
- acrescenta-se o desafio colocado pelas formas **intangíveis** de património¹⁵

A **classificação do património português** é o acto final do procedimento administrativo do registo de um património Cultural.

O organismo encarregue pela classificação e protecção do património é o IGESPAR- Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, na dependência do Ministério da Cultura.

O organismo competente propõe ao Ministério da Cultura, que procede ou não à respectiva homologação, a classificação que considera adequada para um certo bem do património cultural português, de forma a proteger e a conservar o seu valor histórico e arquitectónico, bem como o da sua envolvente.

O processo de inventariação e atribuição da classificação aos bens móveis ou imóveis portugueses é regido pela "Lei de bases do património" e seguida por uma série de Leis e Decretos-Lei, sendo o último Decreto-Lei nº 309/2009 de 23 de Outubro que regulamenta os procedimentos de classificação desde a abertura do processo à sua aprovação ou não, e classifica o interesse cultural do bem imóvel bem como o regime jurídico das zonas de protecção e do plano de pormenor de salvaguarda. Sendo os seus domínios, os seguintes:

- a) Histórico;
- b) Paleontológico;
- c) Arqueológico;
- d) Arquitectónico;

¹⁵ Texto de apoio da disciplina de Gestão integrada do património, regida pelo Prof. Dr. Paulo Pereira.

- e) Artístico;
- f) Etnográfico;
- g) Científico;
- h) Social;
- i) Industrial;
- j) Técnico¹⁶

Consoante o seu valor relativo, os bens imóveis de interesse cultural podem ser classificados como de "*Interesse Nacional*" (com a designação de MN, "*Monumento Nacional*"), "*Interesse Público*" ou "*Interesse Municipal*" (classificação camarária).

A lei procedeu ainda a uma outra diferenciação, definindo as categorias de "*Monumento*", "*Conjunto*" e "*Sítio*" (segundo as convenções internacionais).

De acordo com os critérios e os pressupostos de classificação previstos na Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização cultural, os bens imóveis possuidores de um relevante interesse cultural, nomeadamente histórico e arquitectónico.

Imóvel de Interesse Público

Um bem considera-se de interesse público quando a respectiva protecção e valorização represente ainda um valor cultural de importância nacional, mas para o qual o regime de protecção inerente à classificação como de interesse nacional se mostre desproporcionado. Dos bens móveis pertencentes a particulares só são passíveis de classificação como de interesse público os que sejam de elevado apreço e cuja exportação definitiva do território nacional possa constituir dano grave para o património cultural (classificação sob a forma de portaria)¹⁷ (Art.15º,16º,18º)

IIP - Imóvel de Interesse Público (antiga)

MIP - Monumento de Interesse Público

CIP - Conjunto de Interesse Público

SIP - Sítio de Interesse Público

¹⁶ Decreto Lei nº 309/2009 de 23 de Outubro art.º 21 Interesse Cultural

¹⁷ Lei de bases do património, 107/2009

Imóvel de Interesse Municipal

Consideram-se de interesse municipal os bens cuja protecção e valorização, no todo ou em parte, representem um valor cultural de significado predominante para um determinado município. Só é possível a classificação de bens móveis de interesse municipal com o consentimento dos respectivos proprietários¹⁸ (Art.15º,16º)

IM - Imóvel de Interesse Municipal (antiga) - (Nota: IIM nesta wikipédia)

MIM - Monumento de Interesse Municipal

CIM - Conjunto de Interesse Municipal

SIM - Sítio de Interesse Municipal

Ainda à que referir as zonas de protecção:¹⁹

ZGP – Zona Geral de Protecção

ZEPP – Zona Especial de Protecção Provisória

ZEP – Zona Especial de Protecção

5. O papel das Autarquias na divulgação e protecção do património concelhio

As autarquias do nosso país desdobram-se em diversas acções no sentido de dinamizarem ao máximo as suas áreas geográficas, os seus encantos naturais, os seus produtos, os seus serviços e, principalmente, os seus monumentos históricos e vestígios arqueológicos. Esta preocupação é facilmente compreensível uma vez que é de primordial importância no desenvolvimento dos concelhos a sua “auto-promoção”, a sua “auto-divulgação”, no sentido de atrair a si a atenção e o interesse do público em geral, quer numa lógica de promoção do território, quer na defesa dos valores e identidade locais.

É o património construído que gera e possibilita uma maior visibilidade em termos de promoção dos próprios concelhos. Num país como Portugal em que

¹⁸ Idem, ibidem

¹⁹ Decreto-lei nº 309/2009 de 23 de Outubro art.º 36º zonas de protecção

é necessária uma urgente acção pedagógica relativamente à salvaguarda do património construído, urge responsabilizar o poder político, a comunidade escolar e os próprios cidadãos no sentido de uma efectiva defesa dos sítios arqueológicos e monumentos históricos; relativamente ao papel que deve ser desempenhado pelo poder político, toma particular destaque a acção das autarquias, pois estas para além de um conhecimento mais profundo, têm capacidade e autonomia para apoiarem a salvaguarda do património do próprio concelho.

Apesar de, na maior parte das vezes, se tratar de um investimento com retorno a longo prazo e isso desencorajar o poder autárquico, vão-se verificando cada vez mais iniciativas de salvaguarda e dinamização de um património que é um testemunho fundamental da cultura e história da comunidade de uma região.

Verifica-se mesmo situações em que são os próprios órgãos do poder local que tomam a iniciativa de cativar a comunidade científica e universitária no sentido de dinamizar os locais arqueológicos e de estudar o seu património.

Com a crescente consciencialização por parte do cidadão comum da necessidade e importância da preservação do património não só pelo lado cultural e de identidade como pela sua importância económica, a sua pressão sobre o poder local tem obrigado as autarquias a colocar a defesa do património nas suas prioridades. Facilmente se conclui que as autarquias devem ter um papel activo no apoio ao estudo e divulgação do património concelhio: para além de uma obrigação é sobretudo uma mais-valia de inegável importância de promoção do próprio concelho e por conseguinte um melhor e maior bem estar da sua população.

Para veicular informação acerca do património local, as autarquias utilizam diversas formas como a elaboração de roteiros, guias, desdobráveis, sinalização adequada, exposições monográficas entre outras. No entanto a internet como meio de comunicação e informação é aquele que, devido às suas inúmeras potencialidades melhor serve as autarquias e que de momento, umas mais do que outras, têm investido neste meio de comunicação e de divulgação do seu património. Nos tempos de hoje é cada vez maior o número de pessoas que antes das suas férias, as preparam, e utilizam a internet para conhecer os locais para onde desejam deslocar-se e quando lá chegam, já sabem onde devem ir e o que pretendem ver.

Só é possível uma correcta e consciente valorização quando se conhece; e quando se conhece há que partilhar essa informação, não só com a comunidade científica, por natureza já interessada, mas, sobretudo, com a população em geral.

É através da informação e da divulgação que se alcança o conhecimento, é o conhecimento que desencadeia estratégias de protecção e preservação.

5.1 O caso de Cascais na defesa do património

Desde a publicação do alvará joanino de 20 de Agosto de 1721, todos os normativos, emanados do poder central, sobre o património, corresponderam a matrizes legislativas unitárias, nacionais, vinculando, em igualdade de circunstâncias, todos os municípios portugueses. No entanto só em 1949 foram fixadas as condições relativamente à classificação, pelas autarquias, de *“todos os elementos ou conjuntos de valor arqueológico, histórico, artístico ou paisagístico, existentes nos seus concelhos”* que constaram na disposição da Base I da Lei nº 2032, de 11 de Junho de 1949²⁰. Nos termos deste diploma, caberia às câmaras municipais assegurar a promoção da classificação daqueles elementos ou conjuntos como *“monumentos nacionais”* ou *“imóveis de interesse público”*. Deverá ser realçado o sentido verdadeiramente inovador e percursor da inclusão dos conceitos de conjunto e de valor paisagístico.

No que respeita aos municípios, ficou a possibilidade da propositura da classificação de imóveis como sendo de *“valor concelhio”* mais tarde de *“interesse municipal”*. Em termos práticos, as classificações com origem nos processos autárquicos ficaram na categoria mais baixa da respectiva grelha, composta por quatro níveis: *Tesouro nacional, monumento nacional, imóvel de interesse público e imóvel de interesse municipal*. *“Consideram-se de interesse municipal os bens cuja protecção e valorização, no todo ou em parte, representem um valor cultural de significado predominante”*.²¹

Independentemente da Convenção da UNESCO, aprovada em Paris, em 1972, tenha influenciado as políticas locais de salvaguarda e de valorização do património, partilho da mesma opinião de outros que o “marco fundador” de

²⁰ Este diploma, composto numa página, conquanto nunca tivesse sido objecto de regulamentação, somente veio a ser revogado pela Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro que “estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural”.

²¹ Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro de 2001.

uma “nova consciência” das autarquias sobre o papel da sua herança histórica terá, resultado bem mais da influência do movimento associativo dos cidadãos do que das medidas de protecção e de classificação instituídas pela UNESCO ou pelo próprio Governo. Segundo a minha opinião foi a consciência cada vez mais vigilante dos cidadãos organizados em associações específicas que, a dado passo, levou os municípios a melhor cuidarem do património herdado. As associações mais antigas já vêm dos finais do século XIX mas foi após 1974 que foram criadas a maioria das que hoje existem. Em Cascais conforme vem anunciado no site da Câmara *“No concelho de Cascais existe cerca de meia centena de coletividades/associações com atividade na área da Cultura. As mais antigas foram fundadas no final do século XIX. Estas coletividades/associações encontram-se distribuídas por um espaço geográfico diversificado, onde a variedade da paisagem urbana se modifica radicalmente, no sentido interior - litoral: de um interior quase rural, classificado como “saloio”, a uma costa litoral, de veraneio e turística. Pelo meio estão novos pólos de crescimento urbano, muitos deles nos limites do concelho. Inserido nesta realidade, o conjunto das coletividades/associações traduz a história dos lugares e das suas gentes, perpetuando as tradições e as práticas culturais”²².*

Importa ainda referir que, o aparecimento destas associações foi gradual e não ocorreu em todos os Municípios.

O Município de Cascais é um casos interessante, pois foi um dos que desde cedo se preocupou com o seu património e se muniu de instrumentos legais para a sua defesa, com a *Classificação* e a *inventariação* do seu património.

O PDM instituiu a figura do *Catálogo-Inventário* como principal instrumento operativo da salvaguarda do património a desenvolver pelo Município, em primeiro lugar porque obrigou à elaboração de inventários de património e à ratificação formal pelos órgãos autárquicos competentes e, em segundo lugar, porque consagrou um conjunto de normas de salvaguarda muito específicas para os imóveis inventariados. Outro dos aspetos essenciais nesta estratégia consistiu na possibilidade de atualizar todos os Catálogos-Inventário em função do progressivo conhecimento do território. Assim, através do PDM, o Município

²² CMC, associações culturais. [consult. 25 Outubro 2012] Disponível na internete <<http://www.cm-cascais.pt/sub-area/associativismo-cultural>>.

de Cascais logrou operacionalizar de forma muito bem-sucedida, o conceito de bem imóvel inventariado, objectivo insuficientemente conseguido na então lei geral.

O inventário foi assim sendo constituído paulatinamente, abrangendo o Património Arquitectónico (que integra tipologias de arquitetura religiosa, militar, modernista e de veraneio, bem como *Quintas Históricas*), *Arqueológico*, *Espaços Urbanos Históricos*, *Arte Pública*, *Património Natural*, *Arquitetura Vernacular* e ainda *Elementos Singulares de Interesse Relevante*.

Em 2004, o Município de Cascais adquiriu um sistema de gestão integrada de informação para bens culturais móveis e imóveis, o (InPatrimonium e o Sigweb) que tem permitido não só uma sistematização e melhor gestão do processo de inventário, como a associação a uma ferramenta essencial: o sistema de informação geográfica. Actualmente a autarquia disponibiliza online ao público, além do SIG (sistema de Informação Geográfica) com a localização exacta do património nas suas diferentes tipologias, uma parte dos conteúdos de inventário²³.

Aos imóveis classificados, imóveis em vias de classificação e às respetivas zonas de protecção: zona geral de protecção (ZGP), zona especial de protecção provisória (ZEPP), e *zona especial de protecção* (ZEP), que correspondem a uma servidão administrativa de protecção²⁴. Nestes imóveis e áreas, qualquer projecto ou operação urbanística carece de aprovação prévia do Ministério da Cultura.

A nível do licenciamento municipal, em Cascais, os projetos ou operações urbanísticas são submetidos a parecer específico do Departamento de Cultura/Divisão de Património e Museus (antigo divisão Histórico-Cultural). O Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de Junho (que regulamenta as intervenções sobre bens classificados) determina que estes estudos, projetos e obras devem obedecer aos princípios da prevenção (garantindo a apreciação prévia), planeamento (assegurando programação prévia e qualificada), graduabilidade (adequando valor/exigência técnica), acompanhamento e informação

²³ CMC Serviços, SIG. [consult. 30 Maio 2012] Disponível na internet <<http://sig2.cm-cascais.pt/WebClient2/>>.

²⁴ Decreto Lei nº 309/2009 de 23 de Outubro art.º 36º zonas de protecção

(promovendo a divulgação para fins histórico-documentais, de investigação e estatísticos).

Actualmente o Município de Cascais tem quarenta e nove imóveis classificados dentro dos quais trinta foram classificados entre 1990 e a presente data e encontrando-se em vias de classificação mais dezanove imóveis.

6. O Território e as características singulares do Concelho de Cascais

6.1– A História

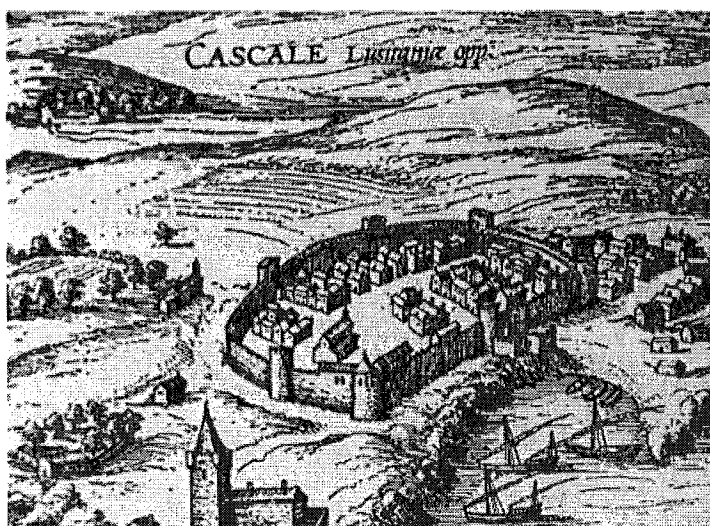


Figura 1 – Planta de Cascais no início do séc. XVII. Fonte: SILVA (1988), pág. 21.

Cascais começa a desenvolver-se com a reconquista cristã do território, e com a passagem dos navios que se dirigiam a Lisboa, tornando esta aldeia em porto de escala, e inclusive o próprio abastecimento de pescado e produtos agrícolas a Lisboa. No entanto existindo povoamento na sua região desde tempos remotos da Pré-história, sendo do Neolítico Final e Calcolítico os testemunhos mais notáveis da ocupação antiga do concelho. As grutas naturais de Porto Covo (Quinta do Pisão) e Poço Velho (Cascais), bem como as artificiais de Alapraia e S. Pedro do Estoril, foram usadas como necrópoles em que os inumados eram acompanhados de abundante espólio votivo e objectos de adorno pessoal. A par destas grutas existem muitos locais com vestígios Pré Históricos e de épocas posteriores como o período Romano com propriedades agrícolas (*Villae*) como na Villa romana de Freiria (Polima) ou do Alto do Cidreira (Carrascal de Alvide) e mesmo a ocupação árabe com fontes

escritas onde se destaca o poeta Ibn Mucana, que, nascido no início do século XI, se referiu à sua vivência agrícola e aos seus moinhos de vento:

*«Ó tu que vives em Alcabideche
Oxalá nunca te faltem
Nem grãos para semear,
Nem cebolas, nem abóboras.*

*Se és homem de decisão
Precisas de um moinho
Que funcione com as nuvens
Sem necessidade de regatos.»*

Poema do poeta Ibne Mucane (séc. XI) sobre Alcabideche

Já nestes dois últimos períodos o território de Cascais está em estreita relação com a cidade de Lisboa, assumindo uma vocação agrícola em torno da cidade. Na segunda metade do século XII, Cascais era uma pequena aldeia de pescadores. O território era sobretudo habitado no interior, denunciando a hegemonia das actividades agrícolas e o receio dos ataques dos piratas mouros e normandos, continuando a ocupar os mesmos lugares, nos vales férteis das ribeiras, nos aglomerados urbanos que correspondem às aldeias que se mantêm até à actualidade. Dependia no entanto, administrativamente de Sintra, território a Norte, de cujo termo fazia parte. O crescimento e a sua relação com o mar e com Lisboa, vai afastando-a de Sintra de modo que em 1364, os homens bons de Cascais solicitam a D. Pedro I que os liberte da sujeição a Sintra e torne Cascais vila, com jurisdição civil e crime própria, o que lhes foi concedida a Carta de Vila, a troco de 200 libras, para além do que lhes rendiam os direitos que já anteriormente detinha em Cascais. Contudo, apenas a 8 de Abril de 1370, no reinado de D. Fernando, seria atribuído termo a Cascais, dotando a vila de território rural.

O movimento da baía cresce no período inicial dos Descobrimentos e Expansão, e em 1488, deu-se ordem para a edificação de uma torre defensiva.

Após a restauração da independência, em 1640, procede-se à edificação de uma vasta linha defensiva no litoral concelhio, ampliando-se e restaurando-se as fortificações existentes e construindo-se mais de uma dezena de fortalezas, para a defesa da barra do Tejo, ganhando assim uma importância estratégica com o imperativo da defesa de Lisboa e da respectiva barra.

Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras e depois Marquês de Pombal, apresentou-se como um dos principais defensores da vinha e do vinho de Carcavelos, devendo-se-lhe, ainda, a concessão de benefícios para a edificação da Real Fábrica de Lanifícios de Cascais, em 1774.

Após o terramoto de 1755 cascais entra em uma certa estagnação, e só se liberta no séc. XIX quando a Família Real decide tomar banhos de mar em Cascais, adaptando os aposentos do Governador da Cidadela a Paço Real. Os fidalgos e a alta burguesia, acompanha o Rei e o gosto pela praia, pelo que as antigas povoações do interior tendem a secundarizar-se, fenómeno a que se associam, mesmo, sedes de freguesia como Alcabideche e São Domingos de Rana.

O subúrbio Lisboaeta viu assim o seu território sendo ocupado por casas de veraneio da nobreza e, ainda por vilas campestres oriundas de uma classe endinheirada que procurava então estabelecer ela própria o seu retiro de veraneio.

Cascais ganha nova vida com as “soirés” de fim de verão, com a inauguração da Praça de Touros em 1873, com a criação do Sporting Club da Parada, o casino da Paia, e a construção de elegantes moradias que transformam o rosto da vila. Em 1872, foi instalada em Carcavelos, zona de fronteira do Concelho, a primeira “Estação de Cabo Telegráfico Submarino”. Este movimento tinha sido iniciado pelo Visconde da Luz, Director das Obras Públicas, que entre os anos de 1859 a 1874, tinha promovido a melhoria das estradas que ligavam Cascais a Oeiras e Sintra. De sinalar ainda a inauguração em 1889 da linha férrea entre Pedrouços e Cascais que irá constituir um eixo decisivo para a edificação ao longo do seu percurso, e num dos mais dinâmicos núcleos de veraneio.

É no entanto no século XX com a figura de Fausto Figueiredo que vai surgir o Estoril, localidade que se converterá em cartão-de-visita da “Riviera Portuguesa” transformando definitivamente o modesto Santo António do Estoril, em centro de turismo.

Durante todo o período da II Guerra e já no pós-guerra, por aqui passaram políticos, escritores, artistas, negociantes e muitos outros nacionais e estrangeiros que vieram consolidar a sua importância como destino de férias e residência, bem como na rota dos refugiados da guerra que colocam a linha de Cascais em porto de abrigo para a aristocracia europeia exilada, que aqui fixaram residência por alguns anos como o caso do Rei de Espanha, de Victor Manuel de Itália entre outros.

A “Estrada Marginal” que liga Cascais a Lisboa, a eletrificação da linha férrea e outras infraestruturas, levaram a um enorme aumento demográfico e ao desenvolvimento e modernização do concelho, de tal modo que hoje a luta e grande preocupação da autarquia passa por minimizar os danos negativos que essa pressão demográfica tem sobre o território, tirando muita qualidade de vida aos seus habitantes.

Cascais, independentemente de se ter modernizado, consegue ainda aliar uma atmosfera cosmopolita com as características típicas da povoação piscatória e de veraneio na cidade e do mundo rural no seu interior.

Este passado áureo da construção de habitação de veraneio de grande qualidade e criatividade ainda se conserva hoje à custa dos esforços da CMC e do departamento de gestão do património que o vem classificando e pondo-a sobre protecção, fazendo parte do catálogo-Inventário, a arquitectura de Veraneio, além de que nos últimos anos, a autarquia tem vindo a adquirir edifícios de valor ímpar, reabilitando-os para fins culturais ou de serviços para uso das populações, como os casos da *Casa de Santa Maria*, *Casa Verdades de Faria*, entre outros ou a *Casa Sommer* que futuramente vai albergar o Arquivo histórico Municipal.

A principal actividade económica do concelho é sem dúvida o turismo e os serviços a ele relacionados. Directa ou indirectamente emprega mais de metade da população activa. A actividade industrial é pequena mas ainda tem algum significado encontrando-se junto à nova via, a Autoestrada, e ao longo do concelho. Já a agricultura por sua vez perdeu a importância de outrora mantendo-se no entanto a vinha, encontrando-se neste momento uma grande vontade em fazê-la desenvolver. Infelizmente muitas das suas freguesias, principalmente as mais próximas de Lisboa, transformaram-se nestes últimos trinta anos em grandes dormitórios de população que se desloca diariamente

para a capital onde aí tem o seu local de trabalho. No entanto, à que reconhecer, que mesmo assim, se encontra uma certa qualidade de vida que já não existe noutros grandes centros urbanos da periferia de Lisboa.

6.2- O Território

“Os casais rurais e saloios, disseminados em todo o território municipal, encontram-se em Cascais lado a lado com palacetes fidalgos e modestas casas de pescadores. Cascais é assim uma terra de pescadores; mas também de saloios; e de agricultores; e de lavradores; e de artífices; e de moleiros; e de fidalgos da corte; e de reis; e possivelmente também, como resultado de toda esta mistura, de Cascalenses verdadeiros (HENRIQUES, 1997: 85).”

Geograficamente caracteriza-se por uma costa com arribas baixas alternadas de praias com areal a Sul e arribas mais altas a Poente. A Norte o seu limite é a Serra de Sintra e a Nordeste Vales com algumas ribeiras.

A área do interior, é representada na sua maioria, pelas freguesias de Alcabideche e de S. Domingos de Rana. Nas restantes freguesias num total de seis, restam pequenos espaços já rodeados pela vivência urbana. Encontram-se ainda visíveis as suas características e tradições rurais, dispersa pelo concelho, mesmo com a pressão urbana, exercida mais intensamente nas três últimas décadas. A assimilação dos campos em favor de zonas urbanas, sem planeamento na maioria das vezes, trouxe rapidamente um aspecto degradado às zonas recentemente urbanizadas, degradação essa de vários níveis.

“Entre o homem e o espaço existem dialécticas sempre em movimento: se o espaço contribui para moldar o homem, este último, pela sua visão, pelos seus gestos e pelo seu trabalho, não cessa de transformar o espaço.”

“Quer se trate de um indivíduo ou de um qualquer conjunto humano (civilização, igreja, nação), as suas percepções, as suas concepções do espaço, fabricam-se e modificam-se através das experiências.”

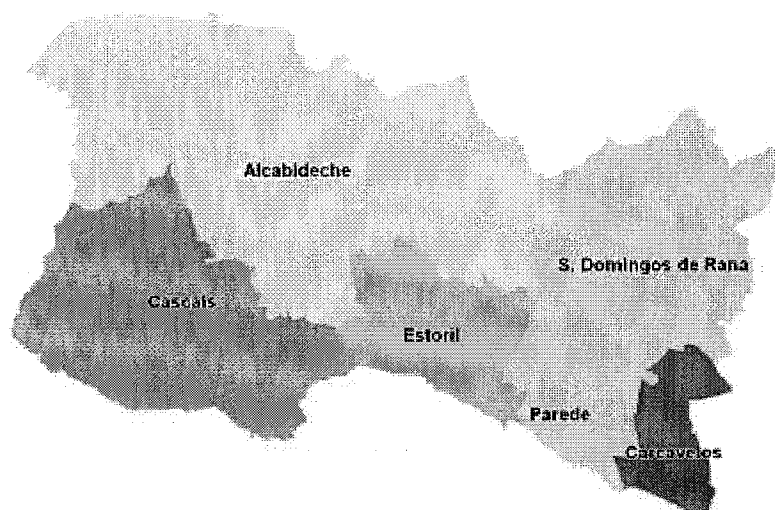


Figura 2 – Concelho de Cascais e as seis freguesias

Quadro 1 – População residente no concelho de Cascais entre 1960 e 2009

Concelho	1960	1970	1981	1991	2001	2009
Cascais	59.617	92.907	141.498	153.294	170.683	189.606

Fonte: INE

“*O recúo do espaço rural*”. Deste embate resulta uma situação de crise, espaços mistos, urbanos e rurais, com hortas, terrenos agrícolas cercados ainda por muros de pedra, Largos e Praças ainda com chafarizes ou fontes. Predomina o minifúndio, apesar de ainda existirem antigas quintas com alguma dimensão. Bem adaptado ao ambiente e à sua funcionalidade, o “Casal Saloio” merece a maior atenção. Em torno de um pátio interior, outrora lajeado, havia a casa “senhorial”, geralmente de dois pisos, caiada, arestas assinaladas, forno acoplado à cozinha de telha portuguesa e poucas aberturas. O “casal saloio” é ainda hoje em Polima, Charneca, Malveira da Serra, Zambujeiro, Janes, Birre, na Torre em Alcabideche e em Manique de Baixo, uma distinta nota na paisagem, e foi maioritariamente cerealina.

A melhoria das condições de vida e a diversidade de alternativas profissionais proporcionadas aos residentes contribuiu, para além do crescente fascínio pelos modos de vida tipicamente urbanos, para o abandono, por parte das

novas gerações, das actividades tradicionais, como a agricultura, procurando outras ocupações nos meios urbanos de maior dimensão. Este abandono, a par com o desenvolvimento urbano aqui verificado e com a expansão de novas actividades, sobretudo ligadas ao terciário, provocou na região saloia a

“...introdução de alguns traços culturais estranhos, quer na arquitectura, quer no traje, na linguagem ou nas manifestações lúdicas [estando] as comunidades rurais a ser objecto de constante aculturação, mercê dos movimentos populacionais e dos meios de comunicação, que neutralizam as distâncias topográfica, temporal e social (MATOS, 1993: 101).”

Perdeu-se assim a dinâmica que ao longo de séculos contribuiu, através da relação harmoniosa do homem com o meio, para a construção / manutenção do mosaico paisagístico que ainda hoje podemos observar em vastas zonas do território do PNSC, daqui resultando a degradação da paisagem e uma progressiva descaracterização dos aglomerados rurais.

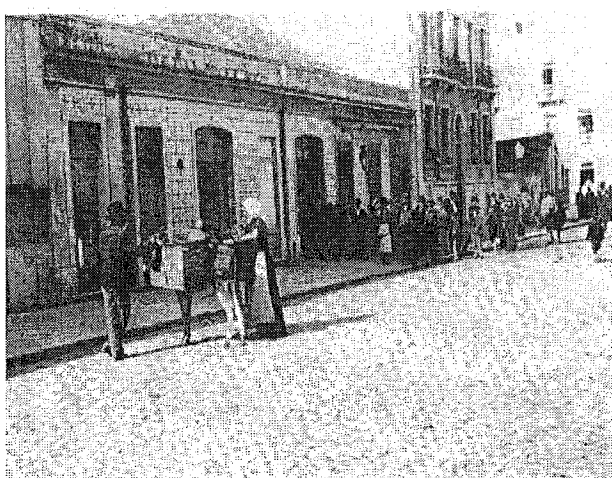
Os Saloios

Como foi possível constatar ao longo da perspectiva histórica antes traçada, as gentes saloias assumiram uma importância primordial na evolução deste território, importando conhecer um pouco melhor o modo de vida que lhes permitiu manter até aos nossos dias uma vincada identidade cultural.

Figura 3 – Traje saloio.



Figura 4 – Saloios vendendo os seus produtos na capital.



Fonte: Etnografia da Região Saloia, 1993.

Os saloios caracterizavam-se por apresentar modos de vidas bastante característicos, com especificidades muito próprias nos costumes, na linguagem, no vestuário ou mesmo na alimentação, lidando de uma forma muito própria com o trabalho, em que se revelavam incansáveis, independentemente das condições do meio, dispendo de um sentido comunitário muito vincado e um forte apego à terra. Demonstrando grande capacidade de observação e adaptação aos ritmos da natureza, fruto, dada a sua reduzida instrução, de conhecimentos sobretudo empíricos, assentavam a sua actividade no amanho da terra, procurando garantir a auto-subsistência e comercializando os excedentes.

Muitas vezes olhados de soslaio pela fama de rudes e teimosos, SANTOS e CABRAL (2003) lembram mesmo a designação de “Marroquinos” para os de Alcabideche ou de “Malveirões” para os da Malveira de Serra, áreas onde no concelho de Cascais, se encontravam as maiores comunidades de gente saloia, em resultado das influências árabes que aí deixaram marcas evidentes.

Para além de rudes e teimosos, BOLÉO (1973: 94) refere a sua fama de bastante económicos, senão mesmo avarentos, para além da comumente referida “esperteza saloia”,

“... tentando constantemente enganar a pessoa com quem fala, embora bastas vezes fique, por fim, enganado. É bastante desconfiado, só acreditando no que lhe dizem quando vê, ou quando lhe levam dinheiro por informações. Este último caso regista-se imensas vezes nas repartições públicas, onde quando um funcionário o informa gratuitamente sobre determinado assunto, não o acredita, e vai procurar outro, que lhe leve dinheiro, no sentido de obter a prova da verdade. Então, fica descansado.”

Como salienta GASPAR (1993), nunca foi feito um estudo sistemático sobre a verdadeira delimitação do território saloio, para além de que, apesar da existência de diversos aglomerados de características rurais nos arredores dos

centros urbanos, apenas aos habitantes dos arredores de Lisboa foi dada a designação de saloios.

BRANCO (1993) argumenta que tal se fica a dever ao facto de a designação não reflectir apenas o contraste rural / urbano, mas também as diferenciações psicológicas, económicas, sociais e culturais existentes entre uma Lisboa, já no período muçulmano um burgo cosmopolita, terra de comerciantes, de contacto das gentes de diferentes origens, e os arredores, sítio de agricultores, de vivências algo fechadas e horizontes limitados. Com tais disparidades de comportamentos, que se terão ainda acentuado após a reconquista, mas com um contacto frequente derivado das constantes deslocações dos camponeses a Lisboa para vender os produtos, mais se fizeram sentir os contrastes, instituindo a designação. Segundo o autor antes referido, assim se explica o facto de os habitantes da Ericeira, terra de pesca e não de agricultura, não se considerarem saloios apesar da sua localização na região saloia; ou de os habitantes da margem sul, de características semelhantes às populações rurais a norte do Tejo, também não serem apelidados de saloios, uma vez que não se deslocavam com frequência à capital para vender os produtos logo, não existia, por parte de ambos os meios, uma percepção dos contrastes.

Explicam-se assim as razões para a longa persistência, até aos nossos dias, da identidade cultural e da expressão territorial que caracteriza a cultura saloia, que se individualiza claramente não só de Lisboa mas também dos outros locais. Também GASPAR (1993) destaca a proximidade a Lisboa como influência decisiva na evolução da cultura saloia, produzindo a valorização e, por consequência, manutenção de alguns arcaísmos, no sentido em que o convívio próximo e permanente com o modo de vida urbano levava o saloio a não sentir necessidade de uma integração plena na sua cultura, ao contrário de elementos originários de áreas mais distantes que, quando chegavam à região de Lisboa, rapidamente procuravam apropriar-se do *modus vivendi* da capital. Por outro lado, o cidadão da capital, também com um contacto permanente com as gentes do meio rural, e sobretudo com os seus produtos, acaba por ter do saloio, segundo este autor, uma imagem valorativa, conferindo uma valia especial ao que é por estes produzido.

A importância dos saloios para a cidade advinha dos produtos por eles produzidos e ali vendidos, mas também da diversidade de serviços que forneciam à cidade, como seja a lavagem de roupa ou outras tarefas em que funcionavam como intermediários entre o meio urbano e o campo, desenvolvendo as tarefas de carreiros, estafetas, almocreves e bufarinheiros, dando origem, por exemplo, a diversas empresas de camionagem que actualmente povoam o território saloio (GASPAR, 1993).

Entre os saloios, as crianças desde cedo acompanham os pais nas tarefas, tomando contacto com os ritmos da natureza e com a forma de desenvolver as tarefas, mesmo que mais tarde não se venham a dedicar às actividades do campo. A mulher, por seu turno, para além de também trabalhar nas actividades agrícolas, em especial no tratamento das hortícolas, tinha normalmente a seu cargo o tratamento dos animais, o fabrico do pão e a venda dos produtos (SANTOS e CABRAL, 2003), deslocando-se primordialmente

“...à sede de concelho ou à capital para vender os produtos agrícolas ou da pequena indústria da manteiga, queijo, animais vivos, etc...(BOLÉO, 1973:95)”, enchendo “...de colorido e poesia os bairros da cidade, apregoando manteiga crua, leite, queijos, natas, queijadas e requeijões, toda chibante na sua carnação sadia e na garridice do traje alegre e aparatoso (FELGUEIRAS, 1993: 345)”.

HENRIQUES (1997: 63), numa alusão à comunidade saloia de Cascais, destacando a sua especificidade e influência no território, refere o facto de se encontrarem

“...vestígios desta autêntica cultura saloia em quase todas as acções do quotidiano do mais sofisticado dos habitantes de Cascais ao mais humilde dos jornaleiros da mais pequena das aldeias rurais cascalenses. Os seus termos, formas de agir, artesanato, gastronomia, religião e costumes, demonstram assim a forma perene com que estes saloios edificaram uma civilização, baseando a sua interacção com o meio envolvente em premissas de singeleza e de respeito pela comunidade e pela natureza.”

Com o desenvolvimento da circulação marítima, e o aumento da importância do porto de Cascais, os produtos de origem saloia, de Cascais ou mesmo de Sintra, encontraram aqui uma porta de saída para escoar os excedentes, que se complementou com o antigo costume da venda ambulante nos mercados e feiras (SANTOS e CABRAL, 2003).

O património cultural da região saloia é bastante rico e diversificado, composto por diversas manifestações que, através de rituais de tipo religioso ou profano, reflectem as suas crenças, temores, vivências e aspirações, revelando a postura do grupo perante a vida e o contexto social vigente.

Entre este património que contribui para conferir uma especificidade muito própria à região, encontra-se a sua literatura popular que, passando de geração em geração, espelha o modo de vida da comunidade ou, como refere MATOS (1993: 102), “...os sistemas de comportamento padronizados”, apresentados com recurso a uma elevada carga simbólica.

Num meio social em que as pessoas possuíam pouca ou nenhuma instrução, os diversos adágios ou ditos populares detinham grande importância, servindo muitas vezes de referência para a realização das actividades quotidianas, como sejam as relacionadas com a alimentação, a medicina, a natureza ou o calendário de execução das tarefas agrícolas, instituindo-se como “*regras de ouro*” por todos respeitadas.

Também na arquitectura popular se encontra um dos mais ricos legados da tradição saloia. Para além das obras da engenharia mourisca, como os engenhos hidráulicos e de moagem, de que pouco resta hoje em dia, há a considerar as próprias habitações, embora também estas sejam vítimas da descaracterização que tem existido nos povoados saloios nos últimos anos.

Cascais tem uma grande tradição moageira, podendo ainda hoje encontrarmos azenhas e moinhos de vento, alguns ainda em bom estado, ficando o maior núcleo na Freguesia de Alcabideche.

A região saloia é, ainda (e talvez sobretudo) nos tempos actuais, um dos refúgios mais procurados pelas gentes da cidade, em busca da qualidade de vida que os principais centros urbanos muitas vezes não conseguem proporcionar. Como refere GASPAR (1993: 14), a região saloia representa um voltar à natureza, sendo

“...sinónimo de alternativa para o refúgio mítico. No fundo, a terra saloia representou sempre para o lisboeta de todas as classes, a satisfação de uma série de ansiedades míticas: o ar puro, a água límpida e leve, a comida viva e abundante, o vinho puro e inofensivo do lavrador – o quadro dos prazeres simples e naturais.”

Como tivemos oportunidade de verificar antes, nos últimos anos a comunidade rural saloia começou a aderir a um conjunto de novas ocupações, fruto do aparecimento de outras actividades bastante mais rentáveis e da falta de competitividade da agricultura desta região. Porém, tanto em Sintra como em Cascais, mesmo com as novas formas de ocupação profissional, ainda são muitos os que não perderam totalmente a ligação à terra, mantendo a dedicação em relação à lavoura, ainda que muitas vezes a tempo parcial (GASPAR, 1993). Não podemos deixar de mencionar uma das actividades agrícolas que teve um grande peso económico, principalmente após o incremento dado pelo Marquês de Pombal, que foi o da vinha, mais tarde conhecido por *“vinho de Carcavelos”*. Este vinho com características próprias, pode encontra-se ainda hoje em algumas das quintas com alguma dimensão, espalhadas pelo concelho, e que de momento encontra uma grande vontade por parte dos seus proprietários em voltar a desenvolver-se, e que a própria autarquia tem vindo a incentivar. Estas quintas e as suas habitações são também alvo de estudo e inventariadas para que possam ser preservadas bem como a paisagem que elas criam, fazendo parte no Catálogo-Inventário na classe de Quintas Históricas. Estas quintas que eram na sua maioria propriedades com carácter de recreio e lazer, associadas a uma actividade agrícola, foram-se fragmentando e urbanizando e hoje quase que só restam as suas habitações e jardins. *“As quintas mais afamadas relacionam-se diretamente com a produção do Vinho de Carcavelos. Hoje em dia, as vinhas centram-se nas Quintas da Ribeira e dos Pesos, situadas em Caparide, na Quinta da Samarra, no Livramento, e na Quinta do Marquês (Instituto Nacional de Recursos Biológicos, antiga Estação Agronómica), em Oeiras. Em Carcavelos situam-se ainda outras quintas de relevo: a Quinta do Barão, classificada como imóvel de interesse público e ligada à produção do Vinho de*

Carcavelos até à década de oitenta do século XX, possui um solar com uma capela ornada por magníficos exemplares de azulejaria rococó. No jardim encontram-se diversos exemplares azulejares representando motivos de flora e fauna, as adegas e lagares, símbolos da sua produção vinícola. A Quinta da Alagoa, com um edifício de fundação, pelo menos seiscentista, remodelado e ampliado no século XIX, ostenta ainda uma antiga adega, uma nora, uma mina de água e uma lagoa, que evoca o gosto do século XIX tardio. A Quinta Nova ou de Santo António, imóvel em vias de classificação, teve a sua produção de vinho durante séculos, estando documentada desde meados do século XV.”²⁵

A melhor forma de garantir a manutenção da paisagem e a preservação dos valores naturais passará, de forma inevitável, por encontrar mecanismos de valorização das actividades tradicionais, tornando-as economicamente viáveis, motivando assim as pessoas a não deixarem os campos ao abandono.

Resumindo, poderemos hoje ao percorrer estes territórios do interior do concelho de Cascais compreender melhor a arquitectura ainda existente destes tempos e modos de vida, mesmo os elementos patrimoniais desgarrados, e descontextualizados, que se tentam preservar com o seu registo e inventário para que não só a memória se apague como se preserve a identidade de um povo, aproveitando também a sua existência para a promoção turística e desse modo se conseguir uma melhoria das condições económicas e sustentáveis.

Mas Cascais é também Mar, Praias, Pescadores, Defesa de costa, estância Termal, e Estância Balnear. Passa a Estância Balnear com a vinda para Cascais da família real e mais tarde como Estância Termal com o aproveitamento de duas nascentes de águas quentes com propriedades termais cloretadas sódicas, sulfatadas e bicarbonatadas contendo lítio em bastante quantidade, no Estoril e em S. João do Estoril. Estas águas eram procuradas pelas suas virtudes na cura de doenças de pele. São aproveitadas desde 1835 pelo seu proprietário que as abriu ao povo e A Misericórdia solicita ao governo a sua exploração, tendo tomado posse por alvará de 1843 de D.

²⁵ CMC “Quintas Históricas” [consult. 10 de Outubro] Disponível na internet <<http://www.cm-cascais.pt/quintas-historicas>>.

Maria II. (As termas estiveram fechadas durante muitos anos e só nos dias de hoje foram novamente aproveitadas e reabertas com novas instalações no Estoril. As de S. João, foram fechadas, sendo hoje um infantário). Estas duas vertentes vão servir para alavancar a região como polo turístico no início do século. Só com a vontade e a visão de um grande empresário como Fausto Figueiredo foi possível transformar este local, e projectá-lo internacionalmente. De tal modo que durante a II Guerra Mundial, aliando as suas condições de localização e climatérica e da neutralidade de Portugal em face da guerra, esta foi escolhida por muitas pessoas ilustres e para alguns refugiados como o caso do conde de D. Juan de Battenberg e Bourbon (pai do Rei D. Juan Carlos), o Rei Humberto II de Itália, Carol II da Roménia, os arquiducos da Áustria e Hungria, a família real dinamarquesa, a Grã-Duquesa Charlotte do Luxemburgo, entre outros.

O concelho assumiu-se assim como centro turístico de qualidade, que se mantém até aos dias de hoje.

Como Centro de Pesca com alguma importância, foi determinante no percurso histórico da existência de Cascais, garantindo a subsistência da vida das populações e dos pescadores por muitos anos.

O relacionamento entre pescadores e os homens que trabalham a horta, complementaridade necessária, embora se registassem dificuldades de relacionamento entre ambos, não só ao nível dos traços culturais, mas também ao nível dos relacionamentos comerciais, foi sendo feito com processos de troca entre produtos do mar e produtos da terra, contactos comerciais e culturais importantes, que se tornaram factores determinantes numa vivência comum, marcada naturalmente por territórios distintos.

Nos dias de hoje, independentemente de ter uma actividade piscatória mais reduzida, ainda se pode assistir à faina e ao movimento das embarcações, aos apetrechos da pesca, e reparar nas características próprias dos pescadores.

A sua posição estratégica como entrada na barra de Lisboa, foi determinante na defesa da capital, e na sua costa foram construídas muitas edificações de defesa marítima e vigia da entrada da foz do rio Tejo.

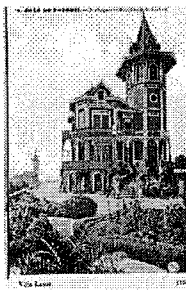
Na zona de Cascais estão localizadas ao longo da costa um relevante conjunto de *fortificações*, perto de vinte²⁶, que se encontram bem identificadas e já inventariadas, que fazem parte de uma faceta do património de Cascais, a “*Defesa de Costa*”.

Uma outra categoria de Património também ele relevante no PDM e fazendo parte do Catálogo-Inventário associado ao conceito de conjunto é o *Espaço Urbano-Histórico*, que abrange actualmente “45 perímetros urbanos e onde se tiveram-se em conta as peças arquitetónicas que se considera terem melhor contribuído para a identidade dos locais, vilas, aldeias ou lugares.(...) que se alarga a várias peças de arquitectura de veraneio e arquitectura modernista dos anos 30 e 40. O Município dedica grande atenção a esta “*Arquitectura de Veraneio*”, pois é sobre este património que existe grande pressão por parte dos seus proprietários, no sentido que, pretendem, ou alterações, que podem desvirtuar as suas características ou mesmo a sua demolição, que corresponderia á perda de um património que dá uma particularidade especial a todo a zona costeira do concelho e por conseguinte da sua identidade como zona de veraneio desde o século XIX.

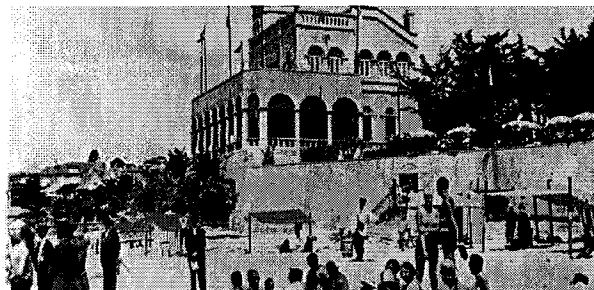
Como acabámos de descrever, é de múltiplas características, que se compõe o concelho de Cascais, e por essa razão que tenta acima de tudo, reorganizar-se em termos urbanos, sociais e mesmo patrimoniais, diligenciando manter uma individualidade histórica, com uma educação patrimonial, de modo a poder-se projectar a nível nacional e internacionalmente, numa perspectiva de Turismo Cultural, que é uma das formas de sustentabilidade da própria preservação do seu património.

²⁶ BOIÇA, Joaquim Manuel Ferreira, BARROS, Maria de Fátima Rombouts, RAMALHO, Margarida de Magalhães, *As Fortificações Marítimas da Costa de Cascais*, Quetzal Editores, 2001, p. 20

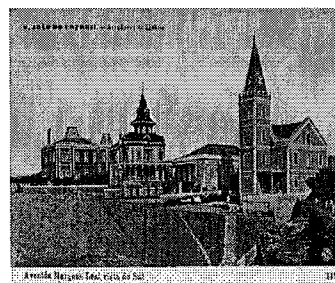
Exemplos de arquitectura de Veraneio



F. 5 - Viv. Laura, S. J. do Estoril



F.6 - Praia do Tamariz, Estoril



F.7 - Moradias sobre a praia da Azarujinha

Exemplos de Arquitectura Rural “Saloia

Imagens retiradas de http://www.cascaisnatura.org/Files/Billeder/Natura/docs/Cascais_Estrutura_Ecologica_Estudo_Preliminar_FINAL_Abril10.pdf



Figura 8 – Casal tradicional saloio Charneca



Figura 9 – Casal saloio em Outeiro de Polima



Figura 10 - Casa tradicional saloia, Manique

Centro Histórico

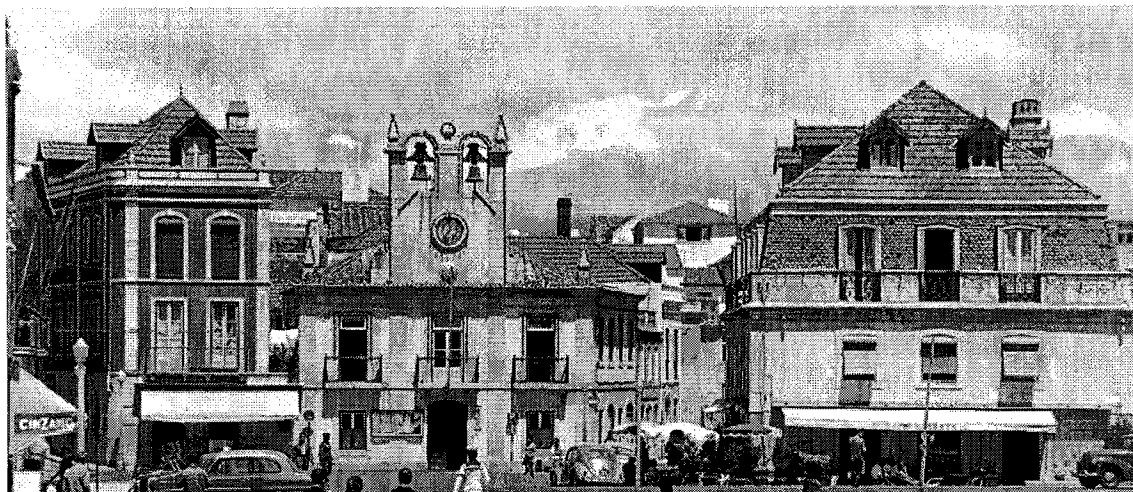


Figura 11 - "Praça 5 de Outubro, edifício antigas finanças" Cascais anos 50

Exemplos de arquitectura Hoteleira e Termal

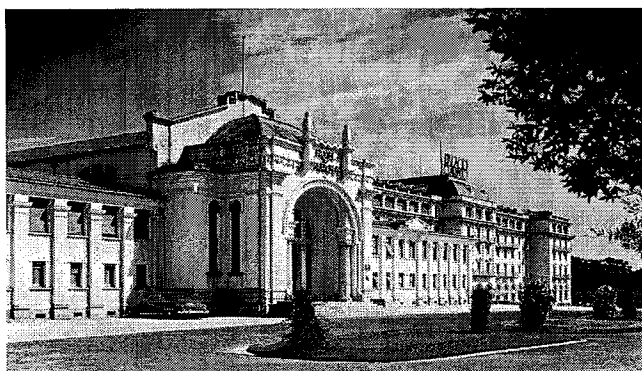


Figura 12 - "Hotel Parque e Palácio Hotel" Estoril anos 50

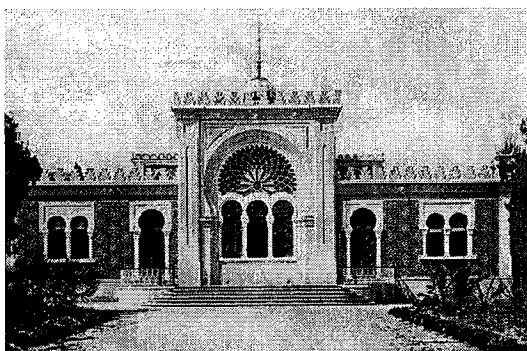


Figura 13 - "Termas do Estoril" 1911



Figura 14 - Noroeste de Cascais 0699-IGP Cartoteca 21 DP4-3 de 1850?

7. Estratégia e Planeamento do Estágio

A entidade de acolhimento foi a Câmara Municipal de Cascais e o estágio decorreu na Divisão de Gestão Patrimonial (DGEP), hoje após a remodelação, *Divisão de Património e Museus Municipais* (DPAM), dentro do departamento de Cultura (DEC). De acordo com o ROSM (regulamento de organização dos serviços municipais), salientaria as seguintes competências específicas do DEC:

- b) Promover a investigação e a elaboração de estudos que suportem uma iniciativa municipal criteriosamente fundamentada e tecnicamente evoluída;*
- c) Colaborar com as Direcções Municipais e os demais Departamentos no sentido de assegurar uma adequada cobertura do território municipal com equipamentos colectivos de cultura e lazer e promover as acções necessárias à respectiva aquisição ou construção;*
- d) Assegurar a defesa do património histórico e natural do Município;*
- f) Promover a edição de publicações de interesse relevante relativas às áreas da cultura e gerir a livraria municipal;*
- h) Desenvolver uma política activa de promoção das actividades culturais do Município;*
- i) Manter actualizados os estudos resultantes do Programa Cascais-Cultura, desenvolvidos em estreita colaboração com o Observatório das Actividades Culturais, nomeadamente o volume relativo à Cartografia Cultural do Concelho de Cascais;*
- j) Promover acordos de cooperação e protocolos com Universidades e outras instituições e entidades que prossigam fins idênticos, através das unidades orgânicas competentes que integram o DEC.*
- k) Coordenador a gestão do Espaço Memória dos Exílios.*

E no que se refere à Divisão de Gestão Patrimonial, destacaria as seguintes competências:

1 — No âmbito do património imóvel:

- a) Organizar e manter actualizado o cadastro e inventário dos bens imóveis do Município e promover todos os registos relativos aos mesmos;*

b) *Assegurar os procedimentos administrativos relativos à gestão do património imóvel e apoiar as negociações a efectuar e assegurar os procedimentos necessários à aquisição, oneração e alienação de bens imóveis;*

e) *Proceder à gestão centralizada do património imóvel municipal, em estreita colaboração com outros Departamentos, e propor à Câmara as correspondentes de gestão fundiária e patrimonial.*

2 — *No âmbito do património móvel:*

a) *Manter actualizado o inventário valorizado do património móvel existente e a sua afectação aos diversos serviços;*

e) *Assegurar a conservação e manutenção dos bens patrimoniais móveis, salvo os que, pela sua especificidade se encontram sob a responsabilidade de outros serviços;*

É dentro destas competências que se rege e se estrutura a Divisão de Gestão patrimonial, e se implantou os sistemas de inventariação e georreferenciação do património do concelho de Cascais.

A directora da Divisão, na altura do acordo, a Arqueóloga Dr.^a Jacinto Bugalhão, nomeou dois supervisores para me acompanhar no estágio, o arqueólogo Dr.^o Mário Lisboa, e o Historiador de Arte, Dr.^o José António Gonçalves.

O planeamento deste estágio foi elaborado de modo a dar continuidade ao inventário e registo do património na categoria patrimonial dos *Elementos Singulares de Interesse Relevante*, dentro da área do concelho de Cascais.

Foi posto à disposição para esse efeito, um lugar com computador, de modo a ter acesso aos programas de registo, o “*In Patrimonium*” e o “*SigWeb*”, uma máquina de fotografar para fixar imagens dos elementos a catalogar, e uma viatura com condutor para me poder deslocar dentro do Concelho.

A estratégia adoptada que foi combinada comigo e com os serviços foi a seguinte:

Saídas ao exterior para localizar, fotografar e tomar apontamentos das características dos elementos já referenciados antecipadamente, ou para elementos novos para o caso de se encontrarem elementos ainda não inventariados. Intercaladas com estas saídas para o exterior, tinha dias dedicados exclusivamente para organizar o material recolhido (como as fotos e

apontamentos), e depois poder lançar e registar nos programas as características e outros dados.

Ficou ainda combinado que não se introduziria nenhum texto sobre as características dos elementos inventariados no programa sem serem previamente vistoriados por um dos supervisores, para que não se registassem dados incompletos ou que fugissem das regras estabelecidas na medida em que eu ainda não me encontrava com a experiência necessária para o fazer sem ajuda.

As minhas maiores dificuldades foram na descrição dos elementos, na sua vertente arquitectónica e de arte, pois faltava-me conhecimentos sobre o léxico e termos de Arte, e por essa razão, tive de me socorrer de dicionários próprios ou da ajuda dos supervisores.

Esta dificuldade foi-se atenuando ao longo do estágio, e fui ganhando mais confiança dos meus supervisores e eu próprio fui sentindo mais à vontade na elaboração dessas descrições, bem como de todo o processo de registo.

Uma das tarefas importantes era o da preparação das saídas para o exterior, pois ao preparar o plano da volta, com os elementos a referenciar bem determinados, munido de plantas de ruas mais pormenorizadas e com imagens se já existentes, podemos otimizar o tempo da sua localização, do percurso a seguir, e da própria descrição. De referir que alguns dos ESIR que tinham sido referenciados em anos anteriores, mas sem fichas, não foram encontrados, por já terem sido destruídos pela pressão urbanística, ou por mera insensibilidade de proprietários ou mesmo dos residentes locais, o que mais confirma a necessidade urgente de continuar esta inventariação para que se possa proteger esse património.

Manteve-se esta estratégia em todos os seus pontos até ao final do estágio, tentando sempre que possível melhorar um ou outro ponto, ou adaptando-o às circunstâncias que foram surgindo. Tenho a certeza que se atingiu os objectivos propostos e a qualidade necessária que o projecto obriga, de modo que me sinto satisfeito com o trabalho realizado.

7.1 – O Projecto e seus Objectivos

“A salvaguarda do património histórico imóvel em Cascais formulou-se nas últimas duas décadas com base na legislação específica do Património Cultural Português, recorrendo nomeadamente ao instrumento da classificação e, de forma muito própria, ao da inventariação. Esta “originalidade” assume maior interesse se considerarmos que a mesma foi formalizada no Regulamento do Plano Director Municipal publicado em 1997, ainda antes da consagração da inventariação como forma de protecção dos bens culturais, a par da classificação.”²⁷

Destas circunstâncias nasceu o projecto de inventariação da CMC, a que eu me propus associar e contribuir com o meu empenho, e contribuir para a sua permanente actualização, e acrescentar, de algum modo, algo de novo e com métodos que possam melhorar a sua eficiência.

A realização deste estágio e a vontade de participar nele, partiu da minha parte, após as aulas teóricas do Mestrado, por me ter apercebido da sua real importância e pelo gosto de “conhecer” através da experiência vivida, e ainda de querer ser útil à sociedade, neste caso em ajudar na actualização do Catálogo-Inventário, mais propriamente dos ESIR.

Foi encarado com profissionalismo, e compreendendo a importância de o elaborar com toda a minúcia, e procurando que as informações contidas sejam as mais completas, para que possam ser utilizadas por terceiros.

Integrar uma equipa de trabalho na sua totalidade é uma experiência fundamental para uma formação, tanto a nível profissional como pessoal. É do diálogo entre os vários intervenientes e técnicos especializados, que podemos melhorar sempre métodos, de modo a obter resultados com mais qualidade.

Pude por conseguinte pôr à prova as minhas capacidades, e a humildade de aceitar todas as opiniões dos meus supervisores, de modo a aplicar as teorias às práticas, sem nunca esquecer em melhorar os métodos e obter melhores resultados.

A inventariação tem como finalidade a salvaguarda desses mesmos elementos, a sua recuperação ou restauro, o seu enquadramento no território e inclusão no PDM, o seu estudo nas suas várias vertentes, tanto históricas como

²⁷ CMC departamento de Cultura [consult. 10 Outubro 2012] Disponível na internet < <http://www.cm-cascais.pt/sub-area/patrimonio>>.

antropológicas, de arquitectura e arte. Estas finalidades são tanto para uso interno e Municipal como para o exterior dando possibilidade à comunidade seja ela universitária e científica, ou do público em geral, não só para a conhecer, como para estudá-la mais profundamente e poder contribuir com valor acrescentado.

Tem por objecto este inventário a classificação do património imóvel dentro dos chamados *Elementos Singulares de Interesse Relevante* (Fontes, Chafarizes, Marcos, Cruzeiros, Placas toponímicas, etc.), que poderá ser acrescentado com exemplos de equipamento urbano (de jardim, de rua, de estrada, vicinal, memorial) e ainda património natural (árvores e arbustos ou de espécies raras). A sua *selecção, identificação e caracterização*, devem reunir em si atributos que justifiquem a sua inventariação.

O estágio baseou-se essencialmente na inventariação de *Elementos* já referenciados em anos anteriores e constantes em base de dados rudimentares e incompletos e ainda não registados no novo programa Catalogo-Inventário "In Patrimonium".

Foi necessário fazer tudo de novo, ou seja, partir do pressuposto que só sabíamos que esse *Elemento* tinha existido, e era necessário certificarmo-nos que ele ainda existia, identifica-lo, conhecermos o seu estado de conservação, as suas características, o seu passado, contextualiza-lo na sua envolvente e localiza-lo correctamente.

A duração deste estágio teve as 240 horas exigidas como mínimo, mas acabou por se prolongar um pouco mais e ir às 300 horas, perfazendo quase quatro meses, pois o horário escolhido foi o da tarde por razões de logística e disponibilização de meios de transporte.

Não foram postos objectivos quantitativos na medida em que a importância da qualidade das informações e descrições, associadas às fotografias tiradas dos elementos referenciados, se sobrepunha à quantidade, além de se estar sempre dependente da logística, e à demora que um ou outro elemento pudesse provocar na sua localização.

Tenho a certeza que se atingiu os objectivos propostos e a qualidade necessária que o projecto obriga, de modo que me sinto satisfeito com o trabalho realizado.

7.2– Metodologia, Plano de actividades desenvolvidas e sua contextualização. Técnicas de recolha e produção de dados

A metodologia seguida foi escolhida em função da existência de uma lista já elaborada em anos anteriores que não puderam passar para o actual Catálogo-Inventário por se encontrarem incompletos, sem referências fotográficas e de localização a confirmar.

Por essa razão a inventariação foi centrada nesses elementos não obstante dever-se aproveitar as saídas para referenciar novos elementos encontrados. De seguida definiram-se roteiros em função da localização desses elementos, de modo a maximizar as saídas ao exterior, com um mínimo de perda de tempo nos percursos. Os roteiros consistiram em percurso de ida e volta, com um número de Elementos a referenciar compatível com o tempo disponível para a saída, (que foi na maioria dos casos entre as duas e meia e as três horas), e se possível dentro da mesma zona ou muito próximas.

Com a experiência, esses roteiros foram sendo aperfeiçoados e adaptados às freguesias a visitar, na medida em que estes elementos patrimoniais estão disseminados e espalhados pelo Concelho de Cascais sendo este bastante vasto. A freguesia mais distante, a de S. Domingos de Rana, e o seu ponto mais periférico a dez quilómetros ou mais do ponto de partida que foi o Centro Cultural, onde estão sediados os serviços de gestão de Património.

Na preparação para as saídas deveria ter em conta, não só a lista de Elementos a referenciar, como levar mapas pormenorizados dos locais, e ainda preparar a máquina fotográfica, certificando-me se tinha a bateria carregada.

Para rentabilizar as minhas deslocações, a minha atenção também se centrava na procura de outros elementos não identificados, para poder enriquecer o catálogo-Inventário e contribuir assim para a sua preservação, o que acabou por acontecer algumas vezes.

Resumindo, a selecção deverá ser feita no terreno por uma equipa da área do património, com um levantamento prévio ou não, bem preparados para a

descrição de características arquitectónicas e de arte, alguns conhecimentos do território e da sua história, de modo a poder satisfazer com a maior precisão possível os requisitos da ficha do Catálogo-Inventário.

Os critérios subjacentes, em relação aos quais os elementos seleccionados devem satisfazer pelo menos um, são:

- Qualidade arquitectónica ou tipológica
- Qualidade paisagística
- Qualidade urbanística
- Qualidade construtiva / decorativa
- Significado cultural – Funcional
 - Simbólico
 - Histórico
 - Arqueológico
- Com potencialidades de:
 - Valorização cultural
 - Valorização turística
 - Restauro
 - Recuperação
 - Reconstrução
 - Gestão museológica

Deverá assegurar-se as diversas épocas de construção e respectivas tendências estéticas, a sua funcionalidade, e integra-las no meio onde estão edificados. De notar que por vezes em alguns elementos específicos eles poderão ter sido deslocados da sua posição inicial.

A identificação dos elementos faz-se pela marcação da sua localização na cartografia, no caso de Cascais através do programa especial de georreferenciação, o “SigWeb” que analisaremos mais adiante, e através de um número que corresponde à sua posição na ordem sequencial dos elementos inventariados. Por seu lado a caracterização faz-se através do preenchimento de uma “*ficha de caracterização*” e seus anexos fotográficos.

7.3– A Base de dados e o Catálogo-Inventário “In Patrimonium”

Como já foi descrito em capítulos anteriores, esta ferramenta conjuntamente com o Sigweb fazem parte do registo e Inventário do património Imóvel do concelho de Cascais.

O catálogo-Inventário contempla as seguintes áreas:

- a) Núcleos urbanos históricos
- b) Património Classificado e em vias de Classificação
- c) Património Arqueológico
- d) Património Arquitectónico
- e) Elementos Singulares de Interesse Relevante e Arte Pública
- f) Parques, Jardins e Quintas Históricas
- g) Património Natural

Os critérios de seleção dos imóveis a integrar no Catálogo-Inventário procuraram ter em conta, entre outros factores de ordem técnica, a relevância dos mesmos na identidade dos locais, vilas, aldeias ou lugares do concelho, bem como o estado de conservação dos imóveis e a sua recuperação/adaptabilidade futura. Por essa razão foi incluída algumas casas de arquitetura popular, nomeadamente casas saloias torreadas localizadas no interior do concelho, que se encontram mais degradadas (embora ainda recuperáveis), mas que representam exemplares únicos de um importante período da história do concelho.

É dentro do Catalogo-Inventário que aparece a categoria patrimonial dos Elementos Singulares de Interesse Relevante onde estão integrados:

- monumentos ou elementos comemorativos
- esculturas
- pontes
- chafarizes e fontes
- depósitos, lavadouros, poços, tanques, aquedutos e minas de água
- painéis, placas e marcos
- cruzeiros
- eiras

- fornos
- muros
- portais e portões

O processo de inventariação sistemática deste conjunto patrimonial permitirá futuramente a aprovação do correspondente Catálogo-Inventário Municipal de Proteção e Valorização e conseqüente implementação de regulamentação específica.

No que respeita à protecção, o PDM de Cascais, previu dois níveis para os bens inscritos no Catálogo-Inventário no que se refere ao património Imóvel:

*“o **Nível 1**, que protege os edifícios na sua totalidade, preservando as suas características arquitetónicas, forma e ocupação do espaço e todos os elementos que contribuem para o singularizar como membro integrante do património arquitetónico, no qual foram contemplados 237 imóveis; e o **Nível 2**, que protege as características do edifício definidoras da sua presença na envolvente, preservando os elementos arquitetónicos que definem a sua forma de articulação com o exterior, no qual foram abrangidos 928 imóveis.”²⁸*

Conforme descrevi em capítulos anteriores os ESIRs por sua vez, não tendo uma protecção legal de momento, irão ser contemplados no novo PDM que está já em vias de aprovação, com uma regulação específica.

7.4- A “Ficha”, estrutura e composição

As bases de dados do inventário e a própria ficha de inventário e os respectivos métodos de inventariação sofreram uma profunda evolução. Desde as fichas dactilografadas com 31 campos dos anos noventa com imagens reduzidas e coladas, até à base de dados informática que permitiu a mudança de aspecto gráfico da ficha, o aumento do número de campos, aumentando o

²⁸ Texto retirado da CMC, inventário do património [consult. 11 de Novembro] Disponível na internet <http://www.cm-cascais.pt/inventario-do-patrimonio>.

espaço dos campos textuais e a introdução de imagens digitalizadas. Actualmente é ao Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA), desenvolvido desde 2007 pelo Instituto da Habitação e reabilitação Urbana (IHRU), que herdou da extinta Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), que cabe a tarefa de manter e actualizar a base de dados de inventário de património arquitectónico, de paisagem e conjuntos urbanos, carta de risco do património arquitectónico, arquivos de arquitectura e artes associadas, e a biblioteca especializada nas áreas da habitação, reabilitação urbana e património arquitectónico. “O SIPA integra o inventário com o levantamento patrimonial mais sistemático e exaustivo em termos nacionais. As fichas de inventário, em constante actualização, são as mais extensivas e as que permitem o registo do maior volume de informação no panorama dos inventários nacionais.”²⁹

As fichas são abertas a várias bases de dados de modo a poder ser enriquecido com uma melhoria na qualidade de informação.

No caso do Município de Cascais este adquiriu em 2004 a base de dados “In Patrimonium”, um sistema de gestão integrada de informação para bens culturais móveis e imóveis e foi com ele que o estágio se processou.

A ficha aplicada corresponde às exigências que se colocam a um levantamento sistemático de património imóvel, às particularidades da região e em função do sistema informático aonde esses elementos e suas características serão lançados, como é o caso da base de dados InPatrimonium e do SIGWEB.

Ela terá necessariamente de ser abrangente para servir de suporte ao levantamento dos elementos que constituem as diversas categorias e grupos tipológicos estabelecidos e suficientemente detalhada na medida em que comporta todos os elementos considerados adequados à identificação e caracterização das espécies a inventariar. Por fim ela deve estar de acordo com a Recomendação nº R (95) 3 do Conselho de Ministros da Europa (Coordenação dos Métodos e dos Sistemas de Documentação em Matéria de Monumentos Históricos e de Edifícios do Património Arquitectónico), e com as

²⁹ Noé, Paula, “As experiências do IHRU, da ex-DGEMN e dos seus antecessores” A inventariação do Património arquitectónico em Portugal no séc. XX, in: Monumentos nº 31, IHRU, Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, Abril 2011.

instituições como a IHRU, o SIPA, o IGESPAR dentro da nova DGPC, e dos planos directores municipais gerais de urbanização e de salvaguarda.

A ficha de inventário tenta corresponder às exigências que se colocam a um levantamento metódico pelo que tem uma abrangência conceptual, dado que também o património cultural encerra em si uma pluralidade de matérias.

Campos que compõem a Ficha do Catálogo-Inventário

1. Nº de Imóvel (Identificação ID – chave primária)
2. Nº de Registo (identifica em código o objecto)
3. Tipo Imóvel (*Identifica o tipo*)
 - 3.1 Arte Pública
 - 3.2 ESIR
 - 3.3 Núcleo Urbano
 - 3.4 Património Arquitectónico
 - 3.5 Sítio Arqueológico
4. Imóvel Pai (nos conjuntos, relaciona-o com um imóvel dominante ou aglutinador)
5. Designação (identifica a designação ou o nome pelo que é conhecido)
6. Descrição Geral (descrição do objecto em torno de todos os elementos e aspectos relevantes para a sua caracterização e apresentação)
7. Autorias
 - 7.1 Alterado em
 - 7.2 Alterado por
 - 7.3 Criado em
 - 7.4 Criado por
 - 7.5 Notas
 - 7.6 Tipo Autoria
8. Cronologia (cronologias referentes ao objecto)
 - 8.1 Data Final
 - 8.2 Data Inicial
 - 8.3 Data Textual
 - 8.4 Época
 - 8.5 Justificação

- 8.6 Notas
- 8.7 Parte Descritiva
- 9. Disposições Legais
 - 9.1 Documento
 - 9.2 Data
 - 9.3 Notas
- 10. Estados (identifica, de acordo com parâmetros genéricos (ruína, mau, razoável e bom)
- 11. Heráldica
- 12. Incrições
 - 12.1 Grafia
 - 12.2 Idioma
 - 12.3 Posição
 - 12.4 Técnica
 - 12.5 Texto
 - 12.6 Tipo de Incrição
 - 12.7 Tradução
- 13. Inventariantes
- 14. Localizações (Freguesia, Lugar, Rua, Código Postal)
 - 14.1 Tipo de Localização
 - 14.2 Topónimo
- 15. Coordenadas - Hayford - Gauss / Datum 73 (identificação das coordenadas cartesianas e geográficas)
 - 15.1. Cartesianas (coord. Plana)
 - 15.1.1. X –
 - 15.1.2. Y –
 - 15.1.3. Z –
 - 15.2. Geográficas
 - 15.2.1. Latitude – X
 - 15.2.2. Longitude – Y
- 16. Materiais (Tipo de Material)
- 17. Medidas (Tipo medida, unid. Medida, Valor)
- 18. Numerações

19. Propriedade (identificação se possível a natureza de propriedade, se pública ou particular)(nº Matriz, nº Registo, proprietário, Rep. Finanças)

20. Técnicas

21. Tipologias

22. Utilização

23. Valores

24. Fichas Relacionadas

24.1 Dados Inf. Específica

Todos os outros campos como, Característica Particulares, Restauros / intervenções, Época Histórica, Utilização actual do objecto ou do passado, o Tipo de protecção e Classificação e o seu grau, contactos ou outras informações úteis podem ser descritas em espaços de Notas existentes em todos os campos.

A Documentação Complementar, Documentação Gráfica, Bibliografia e Documentação de Referência, Documentação Fotográfica e Informações complementares são colocados nas Fichas Relacionadas

Certamente que o preenchimento desta ficha, passa pela competência da entidade em inventariar, recolher, inserir e validar toda a informação respeitante ao património cultural. Isto porque, o trabalho exposto por meio destas páginas apenas pretende ser um modesto contributo para os futuros utilizadores desta ferramenta a poderem conhecer mais em pormenor e refletirem individualmente sobre as temáticas teóricas que foram explanadas e integra-las na realidade vivencial da inventariação patrimonial e da própria gestão do património.

De Ressalvar também que a ficha serve para qualquer tipo de Património, arqueológico, paisagístico ou outros e por essa razão ela é mais abrangente e contem elementos específicos para cada um desses patrimónios.

O inventário dos elementos naturais e de paisagem por exemplo, devem iniciar-se com a identificação de valores geológicos, naturais e de paisagem, recorrendo a processos de cartografia.

É importante conhecer o território em todas as suas componentes, a sua história, a sua morfologia, vias terrestres ao longo dos últimos séculos, hábitos

das suas gentes e fontes de sustento, pois é através destes dados que juntamente com o património edificado, se pode estudar a identidade cultural de um local e do povo que a habita. É também do conhecimento do seu património e da sua preservação e valorização que uma região se pode desenvolver, tanto a nível cultural como económico, dado as potencialidades que este património comporta.

É por essa razão que o inventário do património é tão importante ao nível local como nacional.

Para este projecto de inventariação, que foi feito em termos de estágio de Mestrado, e por conseguinte voluntário e não remunerado, foi encarado com profissionalismo, e compreendendo a importância de o elaborar com toda a minúcia e procurando ainda que as informações contidas sejam as mais completas, para que possam ser utilizadas por terceiros.

A sistematização continua deste inventário é muito importante, permite a recolha de novos elementos e a sua fiscalização em termos de conservação.

7.5 – O SigWeb

Neste capítulo procurar-se-á identificar e problematizar as principais aplicações dos SIG ao nível do Património Cultural, encarando-os como ferramentas vantajosas para a gestão e análise dos elementos patrimoniais, apresentando-se também, de forma sumária, a aplicação no registo dos ESIR, praticado neste estágio, como exemplo de uma boa aplicação dos SIG para o Património, e a estrutura do programa “SigWeb” adquirido e usado pela CMC.

No contexto autárquico, a utilização de informação geográfica, constitui um elemento indispensável, assistindo-se cada vez mais, à sua aptidão para efectivar tarefas no quotidiano dos serviços municipais.

As aplicações de SIG vocacionadas para a gestão e o planeamento municipal podem fornecer colecções sistematizadas, actualizadas e processadas de informação geográfica capaz de assegurar uma noção da realidade de um território, possibilitando um mais correcto uso dos seus recursos.

A informação geográfica assume, deste modo, no planeamento, o meio visual de comunicação, de armazenagem, partilha e comparação dos dados entres os

serviços para as diferentes funções. Todavia, nem todos os utilizadores de dados espaciais têm as mesmas necessidades face a este tipo de informação, mas todos têm necessidades de utilização de cartografia de base actualizada.

O conhecimento, a preservação e a dinamização do Património de Cascais tem sido uma aposta da Câmara Municipal, indo ao encontro de um desenvolvimento sustentável e integrado do concelho. Esta preocupação com o Património resulta da afirmação de uma sociedade mais consciente dos valores que definem a sua própria identidade, sejam eles materiais ou imateriais. É, neste sentido que as ideias e as preocupações passam para um plano mais físico, procurando solucionar as dificuldades e preservar os testemunhos do passado que constituem o nosso presente e o nosso futuro.

Os SIG enquanto Ferramentas para a Gestão e Análise dos Recursos Patrimoniais

Muitos países, à escala regional e nacional, desenvolveram sistemas para registar e proteger os vestígios arqueológicos, sobretudo face às contínuas pressões e ameaças que se abatem sobre o meio urbano e rural, tornando-se numa ferramenta necessária para a gestão e planificação territorial.

Para a realização e actualização dos inventários regionais e nacionais de bens culturais, mais do que um mero registo numa base de dados é também necessária uma correcta e precisa georeferenciação dos sítios, pois é impossível proteger-se aquilo que não se conhece, e uma parte essencial do conhecimento dos bens patrimoniais reside em saber onde estão, que espaço ocupam e em que tipo de contextos se localizam. As bases de dados convencionais permitem o registo de determinados atributos de elementos patrimoniais, mas estão limitadas no que refere ao registo das componentes espaciais e topológicas.

Outra dificuldade reside no armazenamento da informação, como por exemplo, a que se refere a áreas arqueológicas sensíveis, pois as bases de dados não podem expressar as componentes espaciais e topológicas inerentes.

Os SIG oferecem uma aproximação muito mais compreensiva e eficiente para a protecção do património arqueológico, pois permite superar algumas das limitações impostas pelas bases de dados alfanuméricas não espaciais, embora efectivamente os SIG não resolvam todos os problemas e, muitas

vezes, a transferência de informação de um nível para o outro pode resultar num processo bastante complicado e moroso.

Antes da adopção das tecnologias SIG eram muito frequentes os *dot maps*, mapas de pontos sem qualquer tipo de georeferenciação e/ou a indicação das coordenadas dos sítios, persistindo actualmente essa tendência, particularmente no que respeita aos estudos arqueológicos. Em contraste, os SIG implicam uma correcta e precisa georeferenciação dos sítios, quer através da utilização de cartografia detalhada, quer através do uso de GPS (*Global Positioning System*).

Uma outra questão bastante importante é a necessidade de standardização internacional dos sistemas de projecção de coordenadas e também do vocabulário e símbolos cartográficos adoptados, no sentido de se avançar para uma plataforma comum no que refere à gestão patrimonial, pelo menos em relação ao espaço europeu, o que ainda infelizmente não foi conseguido.

Em alguns inventários baseados em SIGs como no caso do "SigWeb" os vários patrimónios aí referenciados podem ser representados como polígonos, e não como meros pontos com um par de coordenadas, algo que é bastante útil para propósitos relacionados com o planeamento e a protecção patrimonial, pois, assim, tem-se em consideração a forma e o tamanho dos sítios, se bem que se deve ter em conta as dificuldades inerentes à delimitação de um sítio arqueológico, sendo possível também acrescentar-se um *buffer* à volta do perímetro do sítio, de forma a minimizar-se possíveis afectações futuras.

Podemos agora perceber que esta ferramenta interligada com a base de dados do Catálogo-Inventário "In Patrimónium" onde consta a descrição do objecto (uma paisagem, um conjunto ou um imóvel) mais o arquivo fotográfico a ele relacionado, tem por objectivo conseguir uma integração da informação que é indissociável, de modo ao utilizador ter acesso não só uma ficha de caracterização e localização do objecto mas também poder relaciona-lo e contextualiza-lo com o espaço e o território onde ele se encontra, ou seja enquadra-lo geograficamente.

É sem dúvida um meio bastante completo de registar o Património Cultural e dar a possibilidade de a qualquer momento ser acrescentado, corrigido ou alterado, aliando também a possibilidade de ser consultado de forma rápida e comoda, por todos os interessados exteriores à autarquia, como por exemplo o

meio académico para estudos mais específicos e aprofundados, ou simplesmente para curiosos e poderem conhecer não só o património como todo o território, neste caso o do Concelho de Cascais.

O SigWeb de Cascais premeia o utilizador com informação geoespacial de base actualizada anualmente sendo possível aceder a informação temática como educação, urbanismo, património, cultura, desporto e ambiente.³⁰

Para finalizar; é sem qualquer dúvida, um instrumento de apoio imprescindível às políticas de ordenamento do território, de reabilitação urbana e como acabei de descrever, para a salvaguarda e valorização do património cultural.

8. Análise e discussão dos resultados

É chegada a hora de analisar os resultados e verificar se os objectivos foram cumpridos. Partindo daí, podemos avançar para uma discussão de modo a tirarmos conclusões e compreender o que correu bem e o que correu mal, para que de futuro se possam fazer melhorias.

Resultados

Nº de dias – 60

Nº de horas – 60 X 5h = 300h

Nº de saídas ao exterior – 25

Nº de horas por saída – 2h/2,5h

Nº de registos – 113

Não houve à partida um objectivo quantitativo, para dar espaço à qualidade dos registos, no entanto, após verificarmos a quantidade de Elementos registados (113), tem-se a percepção de que este número foi muito bom. Sabendo que o número de saídas ao exterior foi de 25, e que estas demoravam por volta de 2 a 2,5 horas, dão-nos uma média de 4,5 elementos por saída. Se abatermos nas 2 horas, o tempo gasto na deslocação e localização, podemos calcular que, a análise ao elemento e as várias fotografias tiradas a cada um deles,

³⁰ CMC Sig-sistema de informação geográfica [consult. 10 de Novembro 2012] Disponível na internet <http://sig2.cm-cascais.pt/WebClient2/>.

demoraram uns 15 minutos para cada. Isto prova que o método escolhido foi aprovado, bem como a determinação posta no aproveitamento do tempo gasto. Penso também que este resultado foi conseguido porque não houve imprevistos de maior, pois tirando alguns dias que não foi possível efectuar saídas por razões de logística por parte da viatura disponível pela CMC, ou da minha parte por razões de saúde, tudo correu conforme previsto e a metodologia foi seguida até ao fim.

O resto do tempo dentro do Gabinete Técnico foi gasto com a passagem das fotografias para o disco rígido do computador e a sua identificação, para se poder ajustar cada grupo de fotos a um Elemento e ao seu nº de registo. Após este trabalho fiz previamente em ficheiro Word, uma descrição sumária de cada elemento identificado para poderem ser verificadas e aprovadas pelo supervisor antes de iniciar o registo e preenchimento das fichas na base de dados no programa informático "In Patrimonium" e à introdução das fotos respectivas a cada um deles.

Como reflexão final, posso destacar, que o essencial para a uma boa execução, seja ele qual for o método escolhido, é a sua preparação prévia, seguindo os objectivos e a metodologia definida. A escolha e o estudo prévio do Roteiro a seguir, é essencial para um melhor aproveitamento do tempo disponível. É também importante saber alterar ou adaptar a metodologia escolhida, caso surjam alguns contratemplos não previstos.

Consciencializámo-nos de que o património se tornou uma matéria de vasto alcance, não se confinando apenas à observação da Antiguidade e da História, mas permitindo igualmente a sensibilização para um conjunto de sinais físicos e vestígios imateriais deixados e reunidos pelo ser humano. São esses indícios, as Memórias dos indivíduos e das colectividades, que consideraremos como indispensáveis para o entendimento global do passado, permitindo assim a concepção e a caracterização de uma Identidade própria do lugar.

A conjugação de todos os factores referenciados potenciou a consciência de um valor social, tornando-se o Património uma importante causa para a consolidação de um valor maior: o da cidadania.

Foi por todas essas razões que este estágio me deu um grande prazer de o realizar e a satisfação final de dever cumprido, sabendo que fui útil à Câmara Municipal de Cascais, ao departamento de Património e à sociedade, ao contribuir para a defesa do seu património ou seja à sua memória.

Para mim pessoalmente, foi também muito gratificante, tudo que pude aprender e compreender melhor, para de algum modo num futuro utilizar esses conhecimentos adquiridos ou poder transmiti-los a outros que venham a deles necessitar.

9. Conclusão

Em suma, a análise das Cartas, Recomendações e Convenções adoptadas pelas organizações nacionais e internacionais, em matéria de protecção, conservação, salvaguarda e valorização do património cultural comum vem demonstrar a necessidade urgente de olhar o património, não como peças isoladas de uma longa lista de bens imóveis e móveis de valor relevante, mas sim como partes integrantes de um envolvente, natural ou construído. Posto isto, e se *“por um lado assistimos a uma rápida transformação urbana e a um crescimento das cidades e a profundas alterações na paisagem rural, por outro lado, os meios técnicos, humanos e financeiros não surgem com a rapidez da produção intelectual de abordagens e conceitos acerca desta matéria”*³¹.

Tal como descrevi anteriormente, este trabalho serve unicamente como exercício inicial à gestão do Património e mais concretamente a um estágio de inventariação e classificação de património Imóvel, que se realizou no Concelho de Cascais. Pretendi abordar os assuntos e temas que me farão falta e para me preparar o melhor possível na tarefa de *Inventariação Sistemática de Elementos de Interesse Relevante*.

Pretendi que este trabalho enquadrasse as teorias de Património e as bases legais que estão subjacentes a um inventário, não esquecendo as suas vantagens e utilizações que são a sua razão de ser.

³¹ Cf. LOPES, Flávio (Coord) – Cartas e Convenções Internacionais – IPPAR. Coleção Informar para Proteger.

Os capítulos do *Método* e do *Plano* utilizado bem como o conhecimento prévio do que é uma *Ficha* de inventário, são os mais práticos e que poderão ser apresentados e propostos a qualquer instituição que queira elaborar um Inventário Sistemático de Património de Elementos Singulares de Interesse Relevante.

Em relação ao estágio efectuado na CMC, posso referir que:

- Fui bem integrado;
- Beneficiei de um bom ambiente e condições de trabalho;
- Foi-me disponibilizada ajuda (quer por dos técnicos que me supervisionaram e orientaram quer por parte dos outros técnicos e funcionários);
- Foi-me dada formação inicial do uso dos programas utilizados como a base de dados "In Património" e a georreferenciação "SigWeb".
- Foram-me disponibilizados todos os meios técnicos para a realização do inventário, (gabinete, computador pessoal, máquina fotográfica, viatura com motorista para as deslocações e documentação).

Os desafios colocados e os correspondentes ensinamentos, foram bastantes e situaram-se ao nível do:

- Inventariação e uso das ferramentas informáticas para o realizar
- Património e História de Cascais
- Conhecimento "in loco" do território do concelho de Cascais
- Descrição dos elementos a nível de termos de arquitectura e de arte
- Trabalho em equipe

Contudo, os desafios a que me propus, colocaram-me algumas dificuldades, nomeadamente a pouca familiaridade com os programas informáticos, e com as descrições mais técnicas dos elementos inventariados.

O balanço é todavia, francamente positivo, tanto em termos profissionais e científicos, como humanos, e por isso agradeço vivamente à Câmara Municipal de Cascais, mais propriamente ao Núcleo Técnico do Património e Arqueologia, nas pessoas do Dr.º Mário Lisboa e ao Dr.º José António Gonçalves meus supervisores, pela disponibilidade, a atenção e os muitos ensinamentos que comigo partilharam, e ao Dr.º António Carvalho do

Departamento de Cultura que me recebeu inicialmente e disponibilizou os serviços.

Para terminar direi ainda que para a elaboração deste relatório encontrei muita biografia para os aspectos teóricos, mas nada ou quase nada sobre os ESIR e sobre métodos a seguir para um Inventário Sistemático, o que me colocou a responsabilidade de contribuir para que este trabalho sirva para alunos de Gestão do Património ou futuros Técnicos de inventariação do Património, sendo esta a mais valia que trago do meu estágio.

6. BIBLIOGRAFIA

Geral

AA.VV.

Um Olhar Sobre Cascais Através do Seu Património, III Vol., Cascais, Associação Cultural de Cascais, 1989.

ALARCÃO, J.

Introdução ao estudo da História e do Património locais. Coimbra. FLUC.,Ed. Instituto de Arqueologia. 1987.

BARROS, Luís Aires

Património Cultural, Novos Enfoques e Paradigmas in: Património, Território e Sociedade – Actas dos X Cursos Internacionais de Verão de Cascais (30 de Junho a 5 de Julho de 2003), Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 2004, vol. 2, pp. 7-26.

BOLÉO, José de Oliveira

Sintra e seu termo (estudo Geográfico), Lisboa, 2ª edição (1ª edição 1940), 1973

BONVALOT, Maria Teresa

Cascais, janela da Europa, Editora Sopa de Letras e Câmara Municipal de Cascais, 2002.

BRANCO, Fernando Castelo

A problemática do conceito de Saloia, in: Etnografia da Região Saloia – A terra e o Homem, Instituto de Sintra, Sintra, comunicações apresentadas no I Colóquio de Etnografia da Região Saloia (Sintra), 4 a 6 Junho de 1987), 1993, pp. 169-184.

CHOAY, Françoise

A Alegoria do Património, Lisboa, Edições 70, 2000.

Património e Mundialização, Évora, Casa do Sul Edições, 2005.

CONNERTON, P.

Como as Sociedades Recordam, Oeiras, Celta Editora, 1999.

ESPERANÇA, Eduardo José

Património, Comunicação, Políticas e Práticas Culturais, Lisboa, Veja, 2000.

FEATHERSTONE, Mike

Culturas globais e culturas locais in: FORTUNA, Carlos (org.) Cidade, Cultura e Globalização – Ensaios de Sociologia, Celta, Oeiras, pp.83-104.

FELGUEIRAS, Guilherme

Ensaio para um índice-Roteiro da bibliografia sobre o Saloio, in: Etnografia da Região Saloia – A terra e o Homem, Instituto de Sintra, Sintra, comunicações apresentadas no I Colóquio de Etnografia da Região Saloia (Sintra), 4 a 6 Junho de 1987), 1993, pp. 345-359.

FILIFE, Joana

Colocar as regiões na rota do turismo in: *Arquitecturas: o jornal de negócios do mercado das cidades*, nº 4, AboutGreen – Comunicação, Lda., Lisboa, Setembro de 2005, pp. 4-5.

GUILLAUME, Marc

A Política do Património, Porto, Campo das Letras Editores S.A., 2003

JORGE, Vítor Oliveira, Susana Oliveira

Conservar para quê?, 8ª Mesa-Redonda de Primavera da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto-Coimbra, 2005.

LOPES, Flávio; Correia, Miguel Brito

Património Arquitectónico e Arqueológico, Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais, Livros Horizonte, 2004.

(Coord) – Cartas e Convenções Internacionais – IPPAR. Coleção Informar para Proteger.

MALTA, P. A.

Das relações entre tempo livre, lazer e turismo, in: Cadernos do Noroeste Série Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Vol. 13, N.º 1, 2000.

MIRANDA, Jorge

Notas sobre Cultura, Constituição e direitos culturais, Universidade de Lisboa, 2006.

NETO, Maria João Baptista

Perspectivas Actuais do Património Arquitectónico, Conceitos, Critérios e Intervenções in: Actas dos X Cursos Internacionais de Verão de Cascais (30 de Junho a 5 de Julho de 2003 – Cascais), Vol. 2, Câmara Municipal de Cascais, 2004, pp.29-40.

NUNES, Graça Maria Soares

A História Regional e Local, Contributos para o estudo das identidades Locais, Lisboa, Cadernos de Sociomuseologia nº 8, 1996. pp. 71-81.

PEREIRA, Paulo

Reutilização de imóveis classificados, Que utilizações para o Património Construído? Cadernos SPPC, nº3, Évora, 1996.

POLLAK, M.

Memórias e Identidade Social, in: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol. 5, nº10, Edições São Paulo –, 1992.

RAMOS, Manuel João (coord.)

A matéria do Património: Memórias e Identidades, Edições Colibri, DepANT-ISCTE, Lisboa, 2003.

RAPOSO, Luis

A estrutura administrativa de Estado e o património cultural, Vértice nº54, 1993.

RATO, Vasco Moreira

Conservação do Património Histórico Edificado / Sistematização de princípios gerais, 3º ENCORE, LNEC, Lisboa, 1990.

RIBEIRO, Rui

A gestão da Cultura em cascais: Novos desafios, Arquivo de Cascais, nº9, 1990, p. 9-10

SANTOS, Conceição e **CABRAL**, João (coord.)

Exposição: Patrimónios de Cascais, Câmara Municipal de Cascais, Cascais, 2003.

SILVA, Raquel Henriques da

Cascais, Colecção Cidades e Vilas de Portugal, Editora Presença, Lisboa, 1988.

Específicos:

ANDRADE, Ferreira

Cascais – Vila da Corte, Oito Séculos de História, Edição Câmara Municipal de Cascais, 1990.

ANICO, Marta

Património, Turismo e Políticas Culturais autárquicas. Conflitualidade ou convergência de interesses? Doc. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade técnica de Lisboa.

ALMEIDA, C.A.F.

Património – O seu Entendimento e sua Gestão. Paços de Ferreira. Edições Etnos. 1998.

CABRAL, João, **SANTOS**, Conceição

Patrimónios de Cascais, Edição da Câmara Municipal de Cascais, 2003.

CAETANO, Maria Teresa

Etnografia da Região Saloia – a Diversidade do Quotidiano, Instituto de Sintra, Câmara Municipal de Sintra, 1999.

CARVALHO, António,

Instrumentos de protecção e delimitação de Centros históricos: O caso de Cascais, in: Monumentos nº 31, IHRU, Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, Abril 2011.

DIAS, João Alves

Para a História da Iconografia de Cascais, Arquivo de Cascais – Boletim Cultural do Município, nº 11, 2006.

FERNANDES, José Manuel e JANEIRO, Maria de Lurdes

Arquitectura vernácula da região Saloia, enquadramento na área Atlântica, Lisboa, I.C.L.P., colecção identidade: cultura portuguesa, 1991

GASPAR, Jorge

“Território dos Saloios”, in Etnografia da Região Saloia – A terra e o Homem, Instituto de Sintra, Sintra, comunicações apresentadas no I Colóquio de Etnografia da Região Saloia (Sintra), 4 a 6 Junho de 1987), 1993, pp. 9-18.

HENRIQUES, João Aníbal

História Rural Cascalense, Cascais, Junta de Freguesia de Cascais, 1997.

LOPES, Flávio

Património Arquitectónico e Arqueológico, Noção e Normas de Protecção, Lisboa, Caleidoscópio, 2012.

NOÉ, Paula

“As experiências do IHRU, da ex-DGEMN e dos seus antecessores” A inventariação do Património arquitectónico em Portugal no séc. XX, in: Monumentos nº 31, IHRU, Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, Abril 2011.

SILVA, Margarida Sousa e COUTINHO, Maria Teresa

“Subsídio para o levantamento das estruturas rurais ligadas ao fabrico do pão, um olhar sobre Cascais através do seu património”, Vol. I, Cascais, CMC e Associação Cultural de Cascais, 1989.

De Referencia

Lucie-Smith, Edward, Dicionário de Termos de Arte, do Círculo de Leitores, 1990

Ching, Francis D. K., Dicionário Visual de Arquitectura, de, Martins Fontes, Lda, 1999

Vários documentos:

Câmara Municipal de Cascais (1997): *Plano Director Municipal de Cascais*, Cascais.

Câmara Municipal de Cascais (2012): *Ante Projecto do PDM do Concelho de Cascais– Plano Director Municipal*, Cascais.

“Classificação de bens imóveis”, Critérios, Secretaria-geral da Cultura, IPPAR

Dec. Lei 107 de 8 de Setembro de 2001

Dec. Lei 138 de 15 de Junho 2009

Dec. Lei 140 de 15 de Junho 2009

Dec. Lei 307 de 23 Outubro de 2009

Dec. Lei 308 de 23 Outubro de 2009

Dec. Lei 309 de 23 Outubro de 2009,

Dec. Lei 115 de 5 de Dezembro de 2011

Exposição – “*Patrimónios de Cascais*”, CMC, 2003, p.64 e p.70;116

Inventário Património Imóvel dos Açores, Lages-Pico, Direcção Regional da Cultura dos Açores, Instituto Açoriano de Cultura, 2003

MOREIRA, Carla, *O entendimento do Património no contexto Local*, Revista Oppidum nº1, Câmara Municipal de Lousada, 2006
<http://www.cm-lousada.pt/NR/rdonlyres/EDB9C476-2B39-4DD1-AB36-CD92556EE82E/22133/127140.PDF>.

Vocabulário de termos e conceitos do ordenamento do território, Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Colecção Informação, Lisboa, 2005.

Fontes electrónicas, Links consultados

● Câmara Municipal de Cascais, SigWeb
<http://sig2.cm-cascais.pt/WebClient2/>

● Câmara Municipal de Cascais
<http://www.cm-cascais.pt/>

● Fundação Cascais, Plano Director Municipal de Cascais: Análise Estrutural e Funcional da Fundação Cascais, Cascais.
http://geocities.com/fc_pdm

● ICOM
<http://www.icom-portugal.org/>

● ICOMOS PORTUGAL: Documentos de referência
<http://icomos.fa.utl.pt/documentos/documentos.html>

● IGESPAR, *Cartas e Convenções Internacionais*. (Colecção Informar para Proteger)
<http://www.igespar.pt/pt/>

- IHRU, SIPA – Sistemas de Informação para o Património Arquitectónico
http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SitePageContents.aspx?id=8937d1d0-e95b-40aa-9f23-c2aea86119b4
- Instituto dos Museus e da Conservação
http://www.imc-ip.pt/pt-PT/o_imc/ContentDetail.aspx
- Repositorio da Universidade de Lisboa
<http://repositorio.ul.pt/>
- UNESCO, Comissão Nacional, *Convenções, Recomendações e Resoluções da UNESCO*. Lisboa, 1992.
<http://www.unesco.org>
- Site do Governo
<http://www.portugal.gov.pt>

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



RELATÓRIO DE ESTÁGIO CURRICULAR

Elementos Singulares de Interesse Relevante

Um instrumento da Gestão de Património

Uma abordagem teórica e prática no concelho de Cascais

ANEXOS

José Carlos B. Saraiva Bravo

Lisboa – Cascais, 2012

ÍNDICE

	Pág.
Mapa do Concelho de Cascais com a ocupação do solo	2
Organigrama do DEC – Departamento de Cultura	3
Organigrama do DPAT – Divisão de Património Histórico Cultural	4
Mapa da evolução da população do Concelho de cascais	5
Lista de ESIR registados, por “nº de Imóvel”	6
Lista dos ESIRs por Designação	7
Descrições dos Elementos registados	8
Ficha “tipo” do Catálogo-Inventário “In Patrimonium”	26
Exemplo de páginas do SigWeb	27
Planta do “SigWeb” Concelho de Cascais com os ESIR referenciados	28
Exemplo de Ficha de ESIRs inventariados e algumas fotografias que fazem parte dessa mesma ficha.	29

Sistema Urbano

Ocupação do Solo Urbano



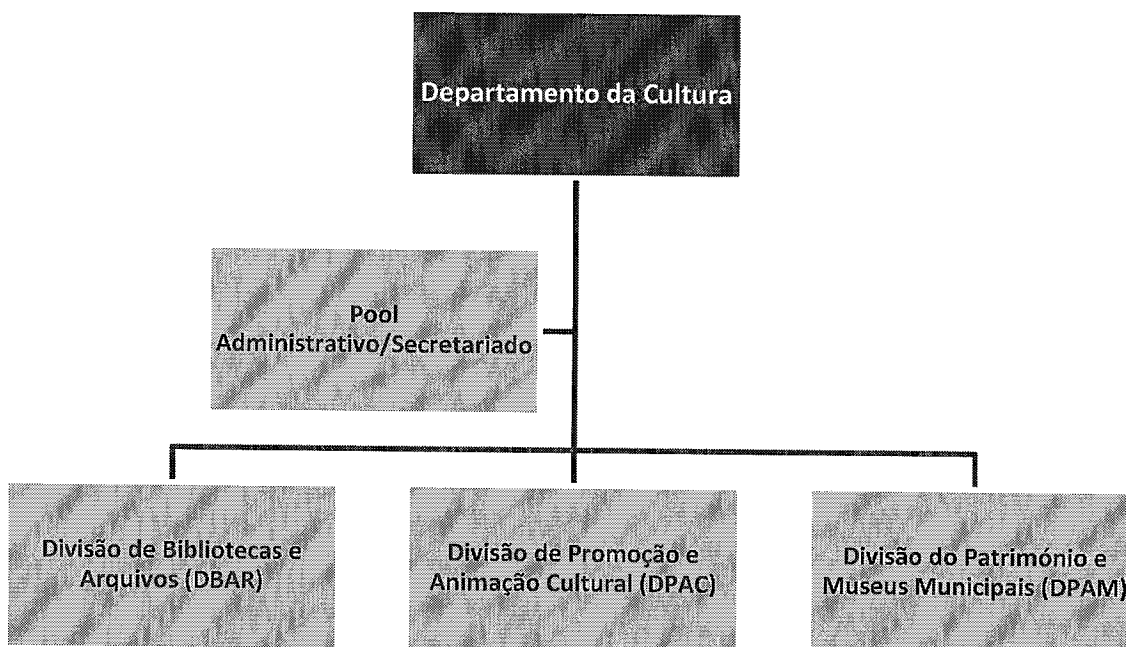
Imagem retirada de

http://www.cascaisnatura.org/Files/Billeder/Natura/docs/Cascais_Estrutura_Ecologica_Estudo_Preliminar_FINAL_Abril10.pdf

f

DEC – Departamento da Cultura

ORGANIGRAMA



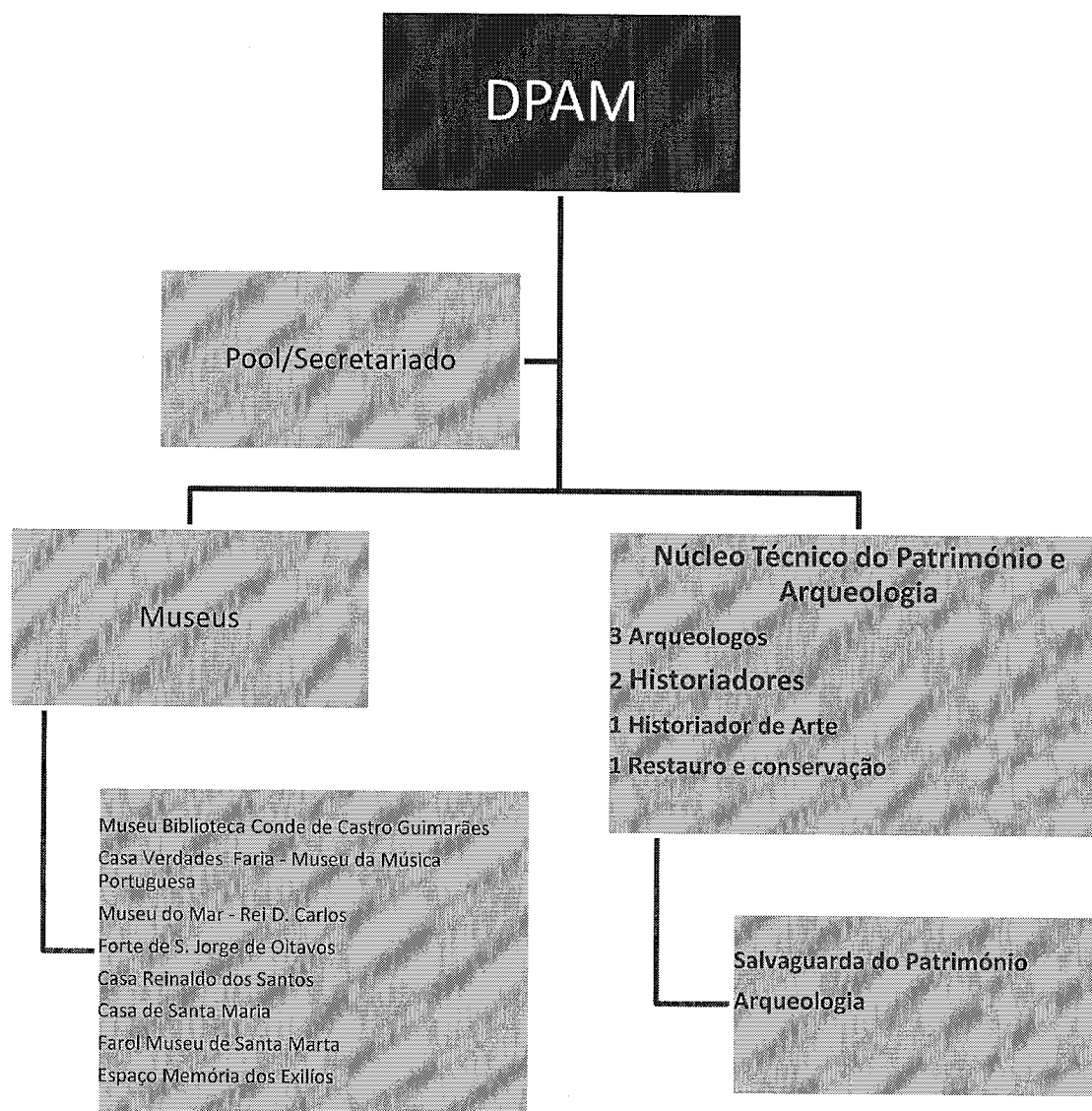
ROSM – Regulamento de Organização dos Serviços Municipais

Publicado no *Diário da República*, 2.ª série — N.º 242 — 20 de Dezembro de 2011

DPAM – Divisão de Património e Museus Municipais

ORGANIGRAMA

(Estrutura organizativa interna da Divisão)



Dentro das competências do DPAM e nomeadamente do Núcleo Técnico do Património e Arqueologia, saliente:

- g) Promover a participação e co-responsabilização da comunidade no processo de defesa do património arquitectónico, histórico, natural e cultural municipal.
- h) Gerir, manter e actualizar o inventário georreferenciado do património histórico-cultural concelhio (incluindo Catálogo – Inventário e Carta Arqueológica) nas suas vertentes materiais e imateriais, quer esteja localizado em meio rural ou urbano, no solo, subsolo ou em meio subaquático, integrando-o no sistema de informação dos bens culturais de Cascais;
- i) Articular o inventário municipal referido na alínea h) com o cadastro de propriedade, bem como com os instrumentos municipais de gestão patrimonial e territorial;
- j) Colaborar com a DPGU na elaboração dos regulamentos de salvuarda e ou Planos de Pormenor necessários à preservação e valorização de Espaços incluídos nas classes Cultural e Natural e Urbano Histórico,
- m) Emitir parecer nos processos respeitantes à gestão, valorização e salvuarda do património referenciado no PDM bem como articular a intervenção do Município com as entidades da tutela;
- n) Emitir parecer sobre os pedidos de informação prévia e nos processos de natureza pública ou privada sujeitas a licenciamento municipal que, segundo os parâmetros da legislação aplicável, impliquem transformação da topografia ou da paisagem, do leito ou subsolo de águas interiores ou territoriais, e que possam afectar contextos arqueológicos incluídos ou não no inventário referido na alínea h);
- o) Assegurar o acompanhamento técnico de obras em áreas de interesse histórico-cultural;



Mapa do Concelho de Cascais com as suas seis freguesias: <http://i45.tinypic.com/xc6ru1.png>

Evolução da População por Freguesia de 1970 a 2001

Freguesia*	População Residente				variação	Densid.	Km2
	1970	1981	1991	2001	%	2001	
Alcáideche	17195	25473	26897	31801	84,94	795	40
Carcavelos	7170	12888	18014	20037	179,46	4453	4,5
Cascais	20735	29389	27741	33255	60,38	1654	20,1
Estoril	15440	24312	23962	23769	53,94	2701	8,8
Parede	13950	20094	20742	17830	27,81	4953	3,6
São Domingos de Rana	18140	29342	35938	43991	142,50	2189	20,1
Concelho de Cascais	92630	141498	153294	170683	84,26	1758	97,1

Fonte:INE, Censos 1970, 1981, 1991 e 2001; CMCascais-Divisão de Estatística

Elementos registados no "In Patrimónium" por José C. Bravo no ano 2012

P.	Nº Registo		P.	Nº Registo		P.	Nº Registo	
1	5769	X	44	6049		87	6226	
2	5813	X	45	6055		88	6237	X
3	5814	X	46	6075	X	89	6238	X
4	5821		47	6078	X	90	6239	X
5	5826	X	48	6081		91	6240	
6	5829	X	49	6082		92	6243	X
7	5830	X	50	6088		93	6244	
8	5833		51	6089		94	6245	
9	5835	X	52	6094		95	6247	
10	5865		53	6100	X Y	96	6257	
11	5870		54	6108		97	6259	
12	5877	X	55	6117		98	6261	
13	5968		56	6124		99	6262	Y
14	5971		57	6125		100	6265	
15	5972	X	58	6126		101	6269	
16	5976		59	6127		102	6270	
17	5979		60	6128		103	6271	
18	6000		61	6129		104	6273	
19	6005		62	6144		105	6274	
20	6008		63	6170	X	106	6275	
21	6009		64	6172	X	107	6283	
22	6010		65	6173	X	108	6285	
23	6013		66	6174	X	109	6286	X
24	6014		67	6176	X	110	6287	
25	6015		68	6177	X	111	6290	
26	6016		69	6178	X	112	6575	
27	6017		70	6179	X	113	6175	
28	6018		71	6181	X	114	5828	
29	6019		72	6182	X			
30	6020		73	6183	X			
31	6021		74	6184	X			
32	6022	X	75	6202	X			
33	6024		76	6204				
34	6028		77	6207				
35	6029		78	6208				
36	6030	X	79	6210				
37	6035		80	6214	X			
38	6039		81	6216	X			
39	6043	X	82	6217	X Y			
40	6044	X	83	6218	X			
41	6045		84	6220				
42	6046	X	85	6221				
43	6047		86	6225				

X - Sem registo no SigWeb
Y - Sem registo no inventário

ESIR - Elementos Singulares de Interesse Relevante

Elementos Localizados, fotografados e Descritos durante o Estágio, por Designação:

DESIGNAÇÃO Elementos Registados	Nº de Elm.	Elementos não encontrados ou já destruídos
Muros de pedra	33	4
Portal	18	
Chafariz	7	1
Pontão e Pontes	6	
Eira	6	
Fontes	4	
Forno de Cal	2	2
Relógio de Sol	5	
Cruzeiro	3	1
Placa Troponómica	8	
Mina de água e nascente	4	
Poço	1	
Aeromotor	2	
Tanque	1	
Reservatório de água	2	
Bomba de água	1	
Calçada	1	
Carranca	1	
Conjunto de Aqueduto	2	
Lavadouro	1	
Forno de pão	1	

Descrições dos ESIR com levantamentos feitos por José C. S. Bravo

Janeiro a Abril de 2012

Freguesia de Cascais

5813 – Chafariz da Charneca

Largo do Chafariz, Charneca

Chafariz com planta em “L”, composto por espaldar, tanque e banco de espera. O espaldar é de alvenaria rebocada e caiado de amarelo, é rematado no topo com frisos pintados a azul. O friso do espaldar é composto por duas volutas contra curvadas, que convergem para um frontão triangular emoldurado, a coroar o topo. Abaixo e ao centro do frontão tem uma pequena lápide em pedra, com letras incisas pintadas de preto, com a seguinte inscrição: “C.M.C/23-11-1913”. Do lado direito, tem uma bica de pedra almofadada, descentrada em relação ao eixo do espaldar, fazendo supor a existência de uma outra bica igual do lado esquerdo, que terá entretanto desaparecido. A água corre para um tanque de grandes lajes de pedra em forma rectangular, assente num embasamento de alvenaria. Por detrás deste tem um soco pintado a azul. Contíguo ao soco no lado direito desenvolve-se, perpendicularmente ao espaldar, um banco de alvenaria rebocado e pintado de amarelo, com remate curvo.

6174 – Lavadouro da Charneca

Largo dos Tanques, Charneca

Lavadouro convencional de planta rectangular, segmentado em três depósitos distintos e intercomunicantes. Os muros do tanque são de alvenaria e têm o capeamento característico de lajes regulares e inclinadas para o interior. O tanque está sob um telheiro moderno de betão armado com vãos abertos para todos os lados, excepto um.

6178 – Portal da vivenda João Luís

Largo do Chafariz/Tv.do Chafariz, Charneca

Portal tradicional inserido em muro de alvenaria de pedra, rebocado e caiado, composto por moldura de cantarias lisas de secção quadrangular; lintel, duas ombreiras. Nas ombreiras ainda se conservam as aldravas, uma de cada lado. Sobre o pórtico apresenta um frontão popular interrompido, coroadado por um elemento cilíndrico de alvenaria, com a face emoldurada a enquadrar a data de “15/8/1898”, inscrita em relevo, pintados a ocre. Sob este e ao centro, encontra-se um elemento decorativo, composto por molduras concêntricas também pintadas a ocre. O portão é recente de chapa metálico pintado de verde.

6176 – Placa Toponímica A.C.P.

Av. Da Charneca, Charneca

Placa toponímica do Automóvel Club de Portugal, em azulejo, com o topónimo "CHARNECA" composto por: oito azulejos avulsos (um por cada letra), distribuídos numa só linha; um outro azulejo em cartela arredondada como o monograma do "ACP", centrado no topo. Os azulejos têm fundo branco, moldura em azul e letras, em falso relevo, pintadas a azul e amarelo.

5814 – Fonte Velha da Charneca

Estr. da Fonte Velha, Charneca

Fonte de chafurdo composta por um poço de planta quadrangular escavado no subsolo e por acesso enquadrado num muro de espaldar coroado com frontão irregular, arredondado ao centro, de alvenaria rebocada. A zona de chafurdo tem uma soleira monolítica e uma laje a sustentar a cobertura. O vão de acesso tem um lintel feito a partir de uma laje toscamente aparelhada. No tardo sobe o lado esquerdo tem dois muretes de alvenaria de pedra para sustentar as terras, formando pequenos patamares em socalco. Na frente da fonte abre-se um recinto lajeado, de planta subretangular, delimitado à direita com blocos de pedra seca. Sensivelmente ao centro do recinto tem uma caixa de decantação paralelepípedica feita com lajes de pedra, sem tampa. À esquerda desta encontra-se deposta no lajeado uma pia monolítica de planta retangular.

A água excedente da fonte corre por um canal de pedra, à direita do recinto, inicialmente aberto e depois em aqueduto subterrâneo por baixo da estrada, também de pedra com cobertura de lajetas de duas águas. Depois da estrada, o canal desemboca no muro da quinta da Fonte Azul, através de uma grelha de pilaretes de pedra.

6173 – Forno de pão e chaminé

Beco do Passo Mau, nº 26, Charneca

Forno de pão pertencente a casa tradicional. Trata-se de um forno que apresenta a tradicional planta semicircular, assente e resguardado por estrutura de alvenaria, coberta com telhado de uma água. A chaminé foi reformulada segundo um programa com alguma erudição arquitetónica e apresenta um conjunto de pormenores decorativos, abertos a branco sobre fundo vermelho: soco, cunhais alternados nas arestas e oculo emoldurado no primeiro tramo; cornija emoldurada na transição para o segundo tramo, de platibanda simples; nova cornija emoldurada na transição para o terceiro tramo, também de platibanda mas ornamentada com óculos.

6177 – Portal

Trav. Das Lapas/Beco das Lapas nº 80, Charneca

Portal inserido em muro de alvenaria de pedra, rebocado e caiado de amarelo, rematado com frisos contracurvados e volutas nas extremidades, na zona de coroamento; pilastras nos remates laterais e soco, todos caiados de branco. Conserva em ambos os lados, duas aldravas de ferro chumbadas em pedras de secção circular, bem como alguns elementos (sineta e nº de porta em azulejo) recentes e de pouco interesse. O portal é composto por duas ombreiras prismáticas de pedra bujardada, de secção quadrangular, com plintos de base separados, tal como os elementos de coroamento. Estes ostentam cornijas emolduradas, pintadas de branco, coroadas com elementos cónicos.

6181 – Portal

Av. da Charneca nº 590, Charneca

Portal de alvenaria de pedra, rebocado e caiado, com vão enquadrado por moldura de cantarias simples, bujardadas de secção quadrangular, composta por lintel e duas ombreiras. Em torno das cantarias desenvolve-se um portal decorado com: Duas pilastras caiadas a ocre vermelho sobre fundo branco, com cartela rebaixada caiada em azul, junto ao topo; No enfiamento destas tem falsos capitéis salientes da cornija caiados de branco; a restante cornija emoldurada é caiada de ocre vermelho; Sobre esta apresenta um frontão aberto caiado a

branco, com friso a azul contornado a ocre vermelho, e rematado com volutas nas extremidades laterais, no eixo central apresenta um óculo emoldurado com uma estrela de oito pontas pintada a azul no seu centro, e acima deste tem uma cartela oval em ocre vermelho que circunscreve a data de “1860” em relevo pintada a azul. O acrotério está decorado com dois fogaréus de pira prismática, pintada de azul e branco, com cordões azuis e vermelhos, nas laterais. Ao centro a coroar todo o conjunto tem um elemento composto por volumes ovalizados que se desenvolvem sobre uma coluna cilíndrica, pintada de branco com frisos azuis.

6183 – Relógio de Sol da Casa do Relógio

Largo do Chafariz, nº 51, Charneca

Relógio de Sol embutido em parede de fachada voltada a sul, de moradia. Tem a forma ovalizada circunscrita por elementos decorativos em relevo que lhe servem de cercadura, designadamente dois dragões na parte inferior, cujas caudas se prolongam até à parte superior que é arrematada por quatro equídeos alados, dois de cada lado do gnómon. Este é de metal e está inserido numa cartela circular saliente do mostrador. No mostrador as linhas das horas são incisas e confinam em numeração romana saliente.

6182 – Portal da Quinta da Fonte Velha

(Imóvel-Pai 5254, Rua do Cardeal, nº, Charneca

Portal construído na viragem do séc. XIX para o XX de linhas e desenho de influência Barroca, pertencente à casa da Quinta. Está inserido no muro de alvenaria rebocada e pintado, contíguo à esquina nordeste da casa. É composto por moldura de cantarias lisas de secção quadrangular: lintel; duas ombreiras, decoradas com quatro (...) metálicos; respetivos plintos de base e soleira saliente. No enquadramento do vão em torno das cantarias, apresenta um programa decorativo composto por: uma moldura de tabernáculo, com volutas na base e remate com retorno na confluência com o friso; este é composto por uma susceção de cinco tríglifos intercalados com métopas simples e lisas, alternadas a branco e amarelo. Sobre o friso tem uma cornija emoldurada, saliente segundo dois planos. Acima da cornija apresenta uma coroa de porta com volutas afrontadas que enquadram um nicho ao centro (que alberga uma imagem de Santo António com o menino ao colo, muito tosca, de granito), sobre o qual se desenvolve um acrotério com volutas convergentes coroadas por uma flecha piramidal e esferas no topo. Duas flechas idênticas estão dispostas lateralmente na base do frontão. Todo o conjunto de elementos decorativos faz-se mediante alternância de frisos brancos sobre fundo amarelo.

6184 – Relógio de Sol de Casa

R: das Lapas/Serradinho da Eira, Charneca

Relógio de sol fixado em parede de moradia. Não foi possível tirar fotografias.

6175 – Muro e Portal da Quinta da Fonte Azul

Estrada da Fonte Velha, Charneca

Portal tradicional inserido em muro de alvenaria de pedra, rebocado e outrora caiado, composto por moldura de cantarias bujardadas de secção quadrangular; lintel e duas ombreiras. O vão foi aparentemente alargado, reutilizando as mesmas cantarias com o acrescento no lintel, e introduzindo algumas modificações ao nível dos revestimentos, nomeadamente na supressão das pilastras, das quais ainda subsiste a cornija. Sobre o pórtico apresenta um frontão em falso “pescoço de ganço”, coroado com friso liso com volutas nos remates, afrontadas ao centro. Ao centro tem um painel de seis azulejos (duas fiadas de três), aparentemente posterior, com o topónimo “QUINTA/DA/FONTE AZUL” escrito a azul enquadrado

por um friso da mesma cor sobre fundo branco. A soleira não é visível porque foi elevada com betão devido à subida da cota da estrada. O muro da propriedade é contíguo ao portal e bastante longo, circunscrevendo a propriedade, tem o topo arredondado e é feito de alvenaria de pedra, aparentemente seca, mas emboçado na face exterior.

6179 – Portão da Quinta da Fonte Velha Estrada da Fonte Velha, Charneca(Imóvel-Pai 5254)

Portal de propriedade, composto por duas ombreiras de pedra de acabamento escassilhado de secção quadrangular. As ombreiras têm cornija emoldurada e coroamento piramidal. Portão de ferro.

6172 – Forno de Cal

Rua do Forno/R: do Bocal, Charneca

Trata-se de um forno de cal tradicional, característico da região, composto por estrutura de combustão cilíndrica, aberta, adossada ao declive natural do solo, parcialmente destruída. Atualmente encontra-se subterrado até ao topo da boca da fornalha, sendo contudo ainda visível duas sucessões de arcos do vão da boca; um triangular no exterior e outro de aduelas no interior. Em torno desta conserva a parte superior das paredes, de alvenaria de pedra e cal, muito tosca. No lado direito da boca da fornalha ainda se pode observar um fragmento de parede de alvenaria pertencente à estrutura de contrafortagem.

6170 – Calçada da Charneca

R: do Passo Mau, Charneca

Calçada de pedra em paralelepípedos de calcário. Construção recente, provavelmente em substituição de outra mais antiga.

6005 – Portão da Vivenda Perpétua

Estrada de Alvide, nº 34, Alvide

Portão composto por dois pilares de pedra lisa, de secção quadrangular, e topo arredondado. No pilar do lado esquerdo tem a inscrição incisa de “J. M. M./M. C./30-12-925”. Apresenta ainda a soleira composta por um só bloco de pedra e um degrau exterior também de pedra. O portal é aparentemente mais recente e de chapa metálica pintada de “verde garrafa”.

6117 – Muro de pedra seca.

Rua de S. José, Areia

Muro de pedra seca que delimita propriedade, que serve de parede a alguns dos anexos, e com portal rústico com laje a fazer de lintel. Ainda conserva os encaixes do prumo no lintel e na soleira.

6124 – Muro de pedra seca.

Rua da Areia, Areia

Muro de pedra seca, razoavelmente bem aparelhada que delimita terreno, paralelo à estrada e no topo poente inflete para dentro com estrada de terra terminando com um pequeno portão de madeira.

6125 – Muro de pedra seca.

Rua de S. Brás, Areia

O muro de pedra seca foi destruído. No seu lugar foi construído um muro de pedra e argamassa, com portão de chapa metálica.

6126 – Muro de pedra seca.

Rua de S. José, Areia

Muro de pedra seca rústico, com portão pequeno a sul. A Norte, portal com Laje, a fazer de lintel, e já alterado e reduzido para porta em alvenaria e tijolo, e azulejos.

Estado: Em algumas partes em mau estado devido a árvores e plantas.

6127 – Muro de pedra seca.

Beco perpendicular à rua de S. José, Areia

Muro de pedra seca já alterado, com portão de madeira, a delimitar antigo casal saloio composto de casa torreada com loja e duas arribanas, e portal a separa-los.

6128 – Muro de pedra seca.

Rua de S. José, Areia

Muro de pedra seca a delimitar antigo terreno agrícola com casas e portão já alterado.

6129 – Muro de pedra.

Rua de S. José / S. João, Areia

Muro de pedra seca que delimita terreno com casa, já reconstruído na sua totalidade. No lado Norte tem portão simples com laje a fazer de lintel.

6144 – Forno de Cal

Rua N^a. S^a. Dos Navegantes, Cascais

Não encontrado. Estrutura aterrada ou soterrada.

Freguesia de Alcabideche

6043 – Reservatório de água

Caminho dos Fetos s/ n^o , Malveira da Serra

Depósito de água contemporâneo de secção cilíndrica e abobadado construído em betão.

6046 – Eira

R: da Rocha/ Caminho da fonte nova Casa Sol de Abril

Almoínhas Velhas

Eira de formato circular, incorporada em propriedade particular e assente em terreno em declive que obrigou a muro de pedra para contenção. Ainda apresenta delimitação em pedra seca. (Não foi possível tirar fotografias dentro da propriedade)

6049 – Cruzeiro de Janes,

Vale de Cavalos, Janes

Cruz latina simples, em calcário, sobre base piramidal em alvenaria de pedra seca, não aparelhada.

5877 – Mina de água e reservatório,

R: dos Eucaliptos, Janes

Mina de água situada na encosta da serra. A entrada no topo de uma trincheira escavada ao nível do solo, com o acesso e galeria em alvenaria de pedra seca, coberta por lajes dispostas em duas águas. No extremo sul encontrasse um tanque em alvenaria de pedra, adossado a um muro de pedra seca para retenção de terras.

6088 – Muro de pedra seca **R: 1º de Maio, Ribeira de Penha Longa, Penha longa**

Muro que delimitava terreno com casa e logradouro mas que já foi deitado abaixo, não existindo nada que o identifique.

6089 – Muro de pedra seca **R: 1º de Maio, Ribeira de Penha Longa, Penha Longa**

Muro de alvenaria de pedra, que delimita logradouro de casa. Apresenta partes de conservação e outras de construção recente.

5976 – Muro de pedra **R: da Fonte, Cabreiro, Alcabideche**

Segmento de muro de pedra seca que delimita propriedade. Os seus topos encontram-se um pouco danificados, sendo o do sul o pior com falta de pedra e com materiais modernos.

5979 – Cruzeiro de Alquerubim **Farta Pão - Estrada da Malveira, Malveira da Serra**

Não encontrado ou já inexistente, existe foto antiga

5968 – Muros **Estrada da Malveira – Alcorvim de Cima**

Muro de pedra que delimita um logradouro de construção entretanto substituída por edifício mais recente. É composto por alvenaria de pedra, assente com argamassa Cal e areia, bem embrechado e rebocado pelo exterior. Apresenta vestígios de coroamento de lajes de pedra aparelhada no sector poente. Os restantes segmentos de muro encontram-se mais degradados estando o lado nascente praticamente destruído.

6039 – Ponte da Malveira **Av. Nº Senhora da Assunção, Malveira da Serra**

Ponte composta por um arco de volta perfeita, de aduela de pedra regular, e impostas salientes aos pilares. A restante construção é de alvenaria ciclópica, tanto na zona do tabuleiro como nas guardas laterais. Entre as empenas e as guardas tem uma linha de cordão, de cantaria boleada. Os muros de guarda são capeados com lajes de pedra bem aparelhadas. Nos quatro vértices das guardas existem marcos de pedra, com secção quadrangular, com plinto saliente e coroamento de quatro águas. Apresenta panos de alvenaria a conter as margens da ribeira tanto a nascente como a jusante.

6028 – Eira **Rua do Rio da Bica, Malveira da Serra**

Eira de planta quadrangular, com um dos lados encostado a casa de habitação, e outros dois lados limitada com muro de alvenaria de pedra com argamassa de cal e areia. No lado Sul não se encontram vestígios do muro. No vértice Nordeste ainda conserva um pilar de pedra. Atualmente o chão encontra-se integralmente revestido com cimento, não deixando ver o lajeado original. A Eira encontra-se implantada num plano superior e paralelo à rua do Rio da Bica.

6029 – Eira e muro-Travessa do Lavadouro/R: Prof. Francisco Correia Nunes, Malveira da Serra

Eira de formato aparentemente circular, implantada em terreno circunscrito com muro de pedra seca. Ambos os elementos encontram-se muito danificados e cobertos com muita vegetação, não permitindo uma leitura e descrição mais detalhada. Podendo ver-se ainda um pilar de pedra no terreno.

6055 – Eira **Estrada da Serra nº ..., Malveira da Serra**

Eira de planta circular, com aproximadamente 8 metros de diâmetro, muito alterada em época recente, quando o chão foi integralmente revestido com argamassa cimentícia. Contudo ainda conserva quatro pilares de pedra originais a circundar a eira. Não se encontram vestígios de outros elementos originais, como por exemplo o muro periférico.

6035 – Muro de pedra seca **R: Outeiro dos Moinhos, Malveira da Serra**

O muro de pedra seca foi destruído e, à data da observação (Fevereiro de 2012), encontrava-se a ser construída no seu lugar um muro de alvenaria de pedra argamassado.

6024 – Carranca em pedra **R: do Cancelo junto da Associação de Janes, Malveira da Serra**

Carranca em pedra de granito, feita a partir de um só bloco, retratando um rosto humano a partir dos traços mais elementares: olhos, nariz e boca. A ausência de representação de outros elementos sugerem tratar-se de uma peça para encastrar numa parede. Atualmente encontra-se descontextualizada. (tirar medidas)

6010 – Muro de pedra seca **R: do Vale, Almoinhas Velhas, Malveira da Serra**

Muro de pedra seca a delimitar terreno, aproveitando por vezes rochas e pedras com alguma dimensão.

6045 – Eira **R: de Santa Rita, Almoinhas Velhas, Malveira da Serra**

Eira de planta circular com aproximadamente 14,50 metros de diâmetro, rodeada por muro baixo de pedra seca, já bastante danificado mas conservando ainda três pilares de pedra com 1,80 m de altura, conservando ainda os encaixes nos topos. O chão é composto por lajes de pedra de tamanhos diversificados e com argamassa nas juntas.

6044 – Muro de pedra seca **R: do Arneiro, Malveira da Serra**

Antigo muro de pedra seca de granito, que apresenta reparações recentes ao nível do encasque. É composto por grandes blocos na base cuja dimensão vai decrescendo na relação inversa do aumento da cota. As fiadas superiores são assim compostas por blocos mais pequenos, dispostos irregularmente em intervenções aparentemente mais recentes.

6047 – Nascente **Rua de Santa Rita, Almoinhas Velhas**

Nascente natural entre afloramento rochoso ao nível do solo. O acesso encontra-se protegido com um nicho rústico de pedra seca, edificado junto a um muro de pedra seca de propriedade.

6030 – Forno de Cal

Estr. Nac. 247 – Guincho, Malveira da Serra

Forno de cal em bom estado de conservação. Trata-se de um tipo de forno tradicional, característico da região, composto por estrutura de combustão cilíndrica, aberta, adossada ao declive natural do solo. O forno encontra-se ao nível térreo, com paredes de alvenaria de pedra e cal a revestir o interior. As paredes exteriores na boa da fornalha são reforçadas com dois gigantes que se prolongam em muros para formar um recinto de acesso a esta. O acesso à boca da fornalha, ainda bem conservado, é composto por uma abóbada cónica, no primeiro vão, e uma porta de falso arco em balanço de blocos aparelhados.

6000 – Ponte do Guincho

Estr. Nac. 247 – Guincho - Malveira da Serra

Ponte de arcos. Composta por três arcos abatidos, de aduelas de pedra irregular, assentes em quatro pilares, mais largos que as impostas. A restante construção é de alvenaria ciclópica, tanto na zona do tabuleiro como nas guardas laterais. Entre as empenas e as guardas tem uma linha de cordão, de cantaria boleada. Os muros de guarda são capeados com lajes de pedra bem aparelhadas. Nos quatro vértices das guardas existem marcos de pedra, com secção quadrangular, com plinto saliente e coroamento de quatro águas. Apresenta a particularidade de ter o leito da ribeira revestido com alvenaria, idêntica às empenas, sob o vão dos três arcos.

6094 – Ponte sobre a Ribeira da Penha Longa

Pequeno Portão da Quinta da Teixeira

(Tirar mais fotos com mais pormenores, antes da sua descrição)

6008 – Placa toponímica

Rua Carlos Anjos junto do Chafariz, Amoreira

Placa toponímica da Freguesia de Acabideche . É composta por um painel de 12 azulejos policromos, com o brasão de armas da freguesia e o topónimo “Al – QABDAQ”, com cercadura em azul. Assinado com data de 85.

6009 – Muro de pedra seca

Rua do Pinheiro Manso, Amoreira

Muro de pedra seca rústico a delimitar terreno, com portão recente a Norte, com partes bastante danificadas a meio e no seu término a Sul já sem pedra.

5769 – Chafariz de Bicesse

Bicesse

Chafariz de planta em forma de “U”, composto por espaldar de alvenaria rebocada, com frontão contracurvado caiado de branco e decorado com frisos, moldura, pilastras e soco em azul. Sobre o frontão apresenta três plintos de pedra, tendo o central o arranque de um elemento perdido (provavelmente um brasão de armas). Em ambos os lados do espaldar tem fixado uma pequena placa de pedra com a seguinte inscrição “CMC / 1931”. Do lado frontal apresenta uma bica de pedra em forma de peixe vertendo água para tanque quadrangular ladeado por bancos de pedra. No tardo existe um bebedor de pedra retangular.

5971 – Portal da “Vivenda Galinha”

Trvs. Do Portão / R: Frei Inácio Roquete, Bicesse

Portal tradicional inserido em muro de alvenaria de pedra, rebocado e caiado, composto por moldura de cantarias lisas de secção quadrangular; lintel, duas ombreiras e respetivos plintos de base. Sobre o pórtico apresenta um frontão em “pescoço de ganço” coroadado por cruzeiro

de pedra com a data "1786" inscrita na base. Os braços da cruz estão partidos e os plintos da base foram desbastados provavelmente na alteração das lajes da soleira.

5972 – Reservatório de Bicesse

Praceta dos Castanheiros, Bicesse

Depósito de água contemporâneo de secção cilíndrica apoiado em torre de betão de planta quadrangular. Nos vértices dos alçados apresenta pilares revestidos de pedra e nas paredes frestas de iluminação.

6013 – Mina de água

R: da Escola Nova, Bicesse

Mina de água com estrutura de acesso superficial de planta quadrangular e cobertura de duas águas. Tem um postigo metálico de acesso pintado de azul.

6014 – Portal e muro de pedra seca

Trvs. Cerrado da Pia / R: das Alfarrobeiras, Bicesse

Casal rural - Alterar para Portal. Único elemento com possível interesse. Portal de casal soloio composto por soleira e ombreiras de pedra lisa.

6015 – Muro de pedra seca

R: Principal / Beco das Mimosas, Bicesse

Já não existe. Possivelmente deitado abaixo e em sua substituição construído muro de tijolo e reboco pintado.

6016 – Portal

R: Frei Inácio Roquete / Trav. Da Fazenda, Bicesse

Portal de antiga propriedade que foi entretanto urbanizada, composto por duas ombreiras de pedra bojardada de secção quadrangular, apresentando ainda os furos dos chumbos do portão. As ombreiras são coroadas com bases de colunas cilíndricas emolduradas e dispostas ao contrário, estando a do lado direito partida intencionalmente.

6017 – Placa "ACP" Bicesse

R: Principal / Prcta D. António Castelo Branco, Bicesse

Placa toponímica do Automóvel Club de Portugal, em azulejo, com o topónimo "BICESSE" composto por: sete azulejos avulsos (um por cada letra), distribuídos numa só linha; mais um com o monograma do "ACP", centrado no topo e arredondado. Os azulejos têm fundo branco, moldura em azul e letras, em falso relevo, pintadas a azul e amarelo.

6018 – Muro de pedra seca

R: da Escola Velha / R: do Norte, Bicesse

Muro de pedra seca, a delimitar terreno. Para sua conservação foi muito alterado com pedra nova e de texturas diferentes e restos de alvenaria de tijolo.

6019 - Muro de pedra seca

R: da Escola Nova / Estr. Das Neves, Bicesse

Muro de pedra seca, a delimitar terreno. Do lado sul coberta na sua maioria por vasta vegetação, (canas, arvoredos e catos), e recomposto recentemente na sua esquina sul. Do lado Norte destruído em dois locais, e recomposto na parte central.

6020 - Muro de pedra seca

R: da Eira / R: , Bicesse

Muro de pedra seca a delimitar terreno de antigo casal saloio, seccionando-o a meio. Parte do muro é feita com recurso a lajes de grandes dimensões e com pedra seca nos seus intervalos. Atualmente encontra-se muito alterado e destruído no sector poente.

6021 - Muro de pedra seca

R: Frei Inácio Roquete, Bicesse

Muro de pedra seca a delimitar terreno com casas arruinadas, assente em rocha elevada ao nível da estrada. Alterado e muito destruído na sua maioria.

6075 – Muro de pedra seca

R: Júlio Dinis, nº 155 Viv. Felicidade, Murches

Muro de pedra seca que delimitava o terreno. Já não existe, provavelmente destruído para construção de moradia recente.

6078 – Portal

Largo Gil Vicente, nº 2, Murches

Portal inserido em muro de alvenaria de pedra, rebocado e caiado de ocre vermelho, com capeamento rematado em “pescoço de cavalo”, orlado com frisos lisos. Na base do muro tem um soco, parcialmente subterrado, alinhado pelos plintos de base das ombreiras. Estas são de pedra bujardada, de secção quadrangular, com cornijas emolduradas e provavelmente coroadas com elementos prismáticos, atualmente em falta. Em ambos extremos laterais ao muro, tem duas pilastras de argamassa, com uma cartela que enquadra um monograma “D”, e coroada com um elemento prismático irregular de moldura saliente com seis lados côncavos, um convexo e um direito, com dentículos na base, que circunscreve o número “24/4”. A do lado direito ainda conserva a forma mas encontra-se parcialmente destruída.

6081 – Muros de Pedra

R: Prof. Francisco Gentil, Murches

Muro de alvenaria de pedra rebocado com argamassa cal e areia a delimitar terreno com casas. Encontra-se em bom estado em toda a sua extensão.

6082 – Muros de contenção da ribeira

Lago Gil Vicente/ R: Júlio Diniz, Murches

Muro de pedra seca que serve para contenção de ribeira na sua margem direita. Encontra-se em bom estado e bem aparelhada.

6022 – Conjunto de Vestígios de Aqueduto das Azenhas em 4 partes, Malveira da Serra

Conjunto de fragmentos de aquedutos pertencentes ao sistema hidráulico de abastecimento das azenhas da margem esquerda da ribeira de Alcorvim. Atualmente subsistem quatro segmentos desconexos e um tanque de retenção, no terreno ou adjacentes às ruínas das antigas azenhas. Destas pouco resta para além de alguns muros e mós dispersas pelas imediações. O percurso do aqueduto fazia-se a partir de um desvio do braço esquerdo da ribeira a montante. O aqueduto é essencialmente composto por uma estrutura de alvenaria de pedra, assente com argamassa cal e areia, coroada com um caneiro, que na sua maior extensão está embutido na alvenaria (eventualmente revestido de telha de meia cana) e é de peças de cantaria nas extremidades de queda para as noras. O primeiro sector encontra-se adossado a um conjunto de habitações situadas na "calçada da Rampa" e corresponde a um ponto de queda para a nora e respetiva azenha. O segundo sector compreende um troço de

levada de alvenaria adossada à margem esquerda da ribeira que confina com outro ponto de queda para a nora e respetiva azenha. O terceiro sector corresponde a um troço de levada, praticamente destruído, e um tanque de retenção de água, de forma irregular, atualmente muito descaracterizado, situados entre o casario da rua da "Escola Velha". O quarto sector subsistente consiste num troço de levada sobre muro que corre paralelamente a calçada de acesso a moradia situada a sul da estrada principal.

Freguesia de S. Domingos de Rana

6575 – Ponte de Lajes -Rua do Forno da Cal / S. Domingos de Rana, Bairro Mata da Torre

Descrição: Ponte de Lajes com passagem de águas numa única via, com 7 lajes centrais, uma na margem esquerda partida e outra na margem direita e ainda algumas tapadas por restos de betuminoso e betão. Lajes assentes em muros de pedra solta para contenção das margens, algumas com uma certa dimensão.

Estado: Já intervencionada e descaracterizada com saídas de rede pluviais. Pontos de erosão na margem esquerda devido à força das águas quando a ribeira atinge picos de corrente e cheias.

5835 - Fonte da Sabelha Travessa da Fonte/Rua Azinhaga da Fonte, Caparide

Antiga fonte de chafurdo inserida em recinto sub-quadrangular murado, desnivelada face à cota do pavimento. O acesso à fonte primitiva faz-se a partir de uma escada de cantaria que confina num tanque de chafurdo que ocupa o perímetro inferior do recinto. O tanque é orlado por um soco de cantarias onde está inserida a bica da água na parede oposta à escada. Acima desta tem embutido na parede uma pequena lápide com a seguinte inscrição " ...". À superfície, o muro de alvenaria enquadra um chafariz de construção aparentemente mais recente, cuja torneira descarrega água para uma pia de pedra monolítica quadrangular, e contígua a esta, no lado esquerdo, uma outra idêntica mas de menor dimensão, embutidas num pequeno banco de alvenaria.

6239 – Aeromotor Av. Júlio Dantas, n.º 1010 e 1010ª, Caparide

Aeromotor de vento inserido em antigo terreno rural, composto por: Torre metálica de suporte em forma cónica, tendo no topo um varandim de manutenção e uma roda de pás tradicional com paleta orientadora do vento, um elemento de transmissão e o veio motriz. Não foi possível verificar o mecanismo de bombeamento da base.

6240 – Aeromotor Calçada 1 de Dezembro, n.º 317, Caparide

Não encontrado, provavelmente destruído

6243 - Portal da casa de Sto. António Calçada 1 de Dezembro, n.º , Caparide

Portal inserido em muro de alvenaria rebocado, pintado de amarelo e capeado com lajes de pedra escassilhadas. É composto por duas ombreiras iguais de pedra de secção quadrangular, com acabamento almofadado em três faces. As ombreiras são divididas em três tramos

almofadas, assentes numa soleira, e são coroadas com elementos prismáticos piramidais sobre um estrangulamento.

6245 - Bomba de água de Caparide = ao 5820 Já tem descrição

6244 – Portal de 1901 ou 1909, Largo da Bela Vista/ R: Vinte e três de Abril 1054 e 1054ª, Caparide

Portal composto por duas ombreiras de pedra idênticas tendo a do lado esquerdo a data de “1909”. As ombreiras apresentam um espessamento na base, fuste bojardado e chanfrado, coroados por elementos compostos por dois prismas triangulares que se intersectam em cruz, com as faces emolduradas.

6247 – Muro de pedra e placa toponímica Travessa da Beneficência, Caparide

Muro que circunscreve propriedade adossado a casa tradicional. É de alvenaria rebocada no logradouro e de pedra seca no quintal. No alçado nascente tem uma placa toponímica de pedra com a inscrição “ Travessa da Beneficência “.

6273 – Muro de pedra seca Tires

Segmento de muro de pedra seca que delimita propriedade composta por lajes de calcário toscamente aparelhada de pequenas dimensões. Encontram-se partes alteradas e outras com elevado número de vegetação.

6274 - Muro de pedra seca Rua Artur Moreira Sabido, Tires

Três segmentos de muro de pedra seca, dispostos entre as construções (casa e anexos) de propriedade agrícola. Encontra-se em diferentes estados de conservação, tendo sido o segmento Norte capeado com cimento.

6275 - Muro de pedra seca Tires

Fragmento de muro de pedra seca que delimitava o logradouro de casa rural.

6283 – Muro de pedra Rua de Matarraque no Zambujal

Muro de alvenaria de pedra com argamassa de cal e areia que delimita logradouro do casal tradicional. Ainda apresenta alguns vestígios de encasque e reboco. Conserva um cunhal feito com grandes blocos de pedra bem aparelhados. Foi reparado e reconstruído mais tarde com pedra seca especialmente no lado poente.

6285 – Muro de pedra seca Beco da Cidade da Guarda, Zambujal

Pequeno muro de alvenaria de pedra. Em algumas partes já foi reparado com pedra seca e noutros sítios com materiais modernos. Conserva ainda um olhal para as águas.

6286 – Muro de pedra seca Rua da Cidade de Lisboa/ Travessa Nova do Zambujal

Já não existe. Possivelmente destruído, pois no terreno não foi possível apurar a sua localização uma vez que neste local se encontra um edifício renovado recentemente.

Descrição antiga: possivelmente outro local ao lado

Muros de pedra seca pertencentes a logradouro de casa tradicional. Aparentemente segmentavam este espaço em dois compartimentos distintos. Encontram-se muito alterados e danificados.

6287 – Muro de Pedra **Rua do Zambujal/ Rua da Cidade de Lisboa, Zambujal**

Muro de pedra que resultou de um processo de ruína de casa tradicional. Os paramentos são feitos com alvenaria de pedra rebocada com cal e areia. Ainda conservam as cantarias de três vãos, duas portas e uma janela, atualmente entaipadas, bem como três aldravas.

6290 – Muro de pedra seca **Rua Cidade de Lisboa, Zambujal**

Muro de pedra seca a delimitar terreno, já em muito mau estado com bastante falta de pedra nas suas extremidades.

6265 – Ponte da Ribeira de Lage - Estrada de Talaíde na separação dos Concelhos, Talaíde

Ponte sobre a ribeira de Lage entretanto alterada com alargamento e em betão armado.

6269 – Portão de casa **Praceta da Fé nº 8 a, Talaíde**

Portão de propriedade composto por moldura de cantarias lisas de secção quadrangular; lintel e duas ombreiras. Sobre o pórtico apresenta um frontão em forma de “pescoço de ganço”. Conserva a soleira com batente.

6270 – Placa Toponímica “Praceta Fernando Sabido” **Talaíde**

Placa Toponímica “Praceta/Fernando/Sabido” feita de pedra com letras incisas pintadas de preto e fixa em parede de habitação com quatro parafusos metálicos.

6271 - Placas Toponímicas “Bairro Fernando Sabido” e inscrição no pavimento em calçada

Duas placas Toponímicas idênticas com inscrição “Bairro/Fernando Sabido” feitas de pedra com letras incisas pintadas de preto e fixas com quatro parafusos nas paredes do edifício de habitação. Na praceta contigua encontra-se no pavimento em calçada portuguesa a inscrição “F S” com as letras em pedra azul sobre fundo de pedra branca.

6257 – Poço público, **Polima**

Antigo Poço público com características de difícil descrição porque se encontra atualmente entulhado.

6237/6238 – Mina de água e aqueduto **Rua de Santo António, Arneiro**

Mina de água e aqueduto que está todo enterrado (não se sabendo de que material é composto) e entronca no aqueduto principal vindo do Torreão de mãe de água identificado com o nº 4170 do Património Arquitetónico. Tem a meio do seu percurso um respirador que se encontra junto à ribeira, de forma quadrangular de alvenaria de pedra assente com argamassa Cal e areia, com uma altura aproximada de 2 m, e paredes de 1,50 m. A mina de água

encontra-se totalmente coberta por vegetação e um canavial, não podendo ver-se a sua estrutura.

5833 – Chafariz das três bicas,

Sassoeiros, Arneiro

Chafariz moderno constituído por uma grande parede de linhas direitas pintado de amarelo aonde estão inseridas três bicas de pedra que vertem água para um tanque rectangular também forrado a tijoleira vermelho escuro. No espaldar tem uma inscrição no canto superior esquerdo com letras metálicas de “CMC/1978”. O chafariz insere-se numa planta rectangular com bancos em forma de “L” nos topos laterais, feitos com materiais iguais aos da fonte. O do lado esquerdo é contínuo ao chafariz e o do lado direito está no canto diametralmente oposto. O piso é composto por calçada de pedra.

6259 – Banco de pedra, portal e muro

R: Ema Pereira nº 44, Rana

Banco de pedra aproveitado de um lintel ou verga de antigo portal ainda com inscrição incisa de provável nº 438 de porta. Portal composto de ombreiras e lintel de secção quadrangular. Conserva ainda a soleira. O muro encontra-se rebocado e pintado de branco com banda inferior pintado a cinza.

6261 – Muro de pedra seca

R: José Freire/Travessa José Freire/Rua Ema Pereira, Rana

Muro a circundar propriedade com casa, feito de pedra seca bem aparelhada e bem conservada.

5870 – Chafariz de Santo António

Rua Gil Vicente/Estrada de Sassoeiros, Sassoeiros

Chafariz adossado a parede de edifício. Composto espaldar de alvenaria rebocada e caiado de branco, é rematado no topo com frisos evolutas contracurvadas pintadas a amarelo. Ao centro a coroar o conjunto encontra-se um nicho. No seu interior tem uma imagem de Santo António com menino ao colo, ladeado por três vasos com flores, encerrado com uma porta em vidro recortado. Na caixilharia da porta estão incluídas as iniciais “C F S” em ferro. No topo sobre o nicho tem um cântaro em barro. No espaldar ao centro por cima do tanque tem uma lápide recortada a enquadrar a torneira de água e onde se encontra a inscrição “C.M.C./1979”. A água corre para um tanque de pedra em forma quadrangular enquadrada lateralmente com duas lajes, assente numa base de alvenaria rebocada e caiada a branco. Por baixo do tanque encontra-se uma lápide de pedra hexagonal com a seguinte inscrição: “C.M.C. / 1930”. Dos lados do tanque possui dois bancos adossados ao espaldar com lambril de azulejos vegetalistas no encosto e lápides de pedra no assento. A rematar o conjunto nos topos laterais encontram-se dois muretes de alvenaria coroados com lajetas de pedra.

Freguesia da Parede

6220 – Eira

Av. Infante D. Henrique, Murtal

Eira tradicional, que se encontra muito descaracterizada mas podendo ver-se a sua forma sub-retangular, o muro de pedra seca que a delimitava e três pilares de pedra.

6221 – Muro de pedra e Portão

R: Almirante Gago Coutinho nº 19/21, Murtal

Muro de alvenaria de pedra rebocado com argamassa cal e areia, coroado em toda a sua extensão com blocos de pedra irregular. O portão de ferro é mais recente e encontra-se bastante danificado.

6225 – Banco e placa com inscrição

Av. Infante D. Henrique, Murtal

Banco longitudinal encostado a parede de habitação, de construção moderna, feito de alvenaria e cimento. Tem uma placa de vidro colocada na parede com uma inscrição pintada a preto, “Dois Amigos Do Murtal/Este Banco Construíram/Para Os Novos E Idosos/Deste Sonho Genial/Que Realizado Viram/Hão-de Sentir-se Orgulhosos”

Por baixo pode ler-se ainda a seguinte inscrição em letras mais pequenas: “Carlos Marques dos Santos: IDEALIZOU/Alberto Pereira da Silva: CONSTRUIU/Câmara Municipal de Cascais: PATROCINOU/O Povo do Murtal: UM MELHORAMENTO VIU”.

6226 - Muro de pedra e Portão

Av. Infante D. Henrique, Murtal

O Muro já foi rebocado com argamassa, restando o Portão composto por ombreiras de pedra lisa de secção quadrangular. O pilar é rematado com duas águas de tamanho igual e coroados no vértice por um prisma cilíndrico com cavidade nos topos. Tem um portão de ferro em cantoneira. No seguimento do muro para o lado Sul encontram-se dois portões com as mesmas características mas mais baixos e mais estreitos fazendo crer que fariam parte do conjunto. São compostos por três ombreiras e respectivos portões de ferro.

Freguesia de Carcavelos

5865 – Chafariz

Rua Dr.º José Joaquim de Almeida, Carcavelos

Em forma de Alvéolo com abside. A face frontal do seu interior está revestida com azulejos com o símbolo de s. Jorge lutando contra o dragão. Azulejos da “ F.ca St.ª ANNA Lisboa”. Tem uma bica de pedra que deita água em pedra para um tanque quadrangular assente no chão. Por baixo da bica fazendo parte ainda do painel de azulejos tem uma inscrição “ESTE CHAFARIZ/É/PROPRIEDADE DA JUNTA/ DA FREGUESIA DE CARCAVELOS/RECONSTRUIDO POR/D. CORDEIRO EM 28-5-1955/A COMISSÃO ADMINISTRATIVA” decorada com ramagens.

6108 – Portal

Rua Dr.º José Joaquim de Almeida nº 633, Carcavelos

Portal composto por cantarias almofadadas decoradas com trifólios, seis nas almofadas grandes e quatro nas pequenas. As ombreiras são compostas por base, fuste e uma imposta, onde o elemento da base apresenta um alargamento para o interior na união com a soleira.

Tem duas impostas separadas do fuste nas quais assenta um arco abatido. O arco é composto por três peças, dois segmentos de arco e uma pedra de fecho saliente. A cota do pavimento exterior foi elevada posteriormente ocultando parte da soleira e das pedras de base. O portão

é aparentemente recente e pintado de azul. O portal está inserido em muro de alvenaria com uma floreira de pedra do lado esquerdo e remate em pescoço de cavalo no lado oposto.

Freguesia do Estoril

6207 - Relógio de sol da Casa da Casa de S. Roque, Estoril

Proprietário informou que na realidade já existiu em tempos um relógio de sol mas que se partiu e foi retirado.

5828 - Chafariz da Praia da Poça

S. JOÃO DO ESTORIL

Chafariz de coluna, de pedra, composto por uma coluna prismática rectangular, de secção quadrada, com plinto de base mais largo que a coluna e coroamento piramidal antecedido por friso simples decorado com incisões quadrangulares, quatro por cada lado. Entre a bica e o coroamento tem gravado "C.M.C / 1955". A bica corria para um lava-pés circular, de pedra, disposto na base em torno da coluna. Atualmente não se sabe do paradeiro do lava-pés, uma vez que a base encontra-se revestida por um deck.

5821 - Chafariz do Bairro do Fim do Mundo, S. JOÃO DO ESTORIL

Este chafariz já não existe. Provavelmente retirado com a construção recente da Igreja e paróquia.

6218 - Relógio de sol do paredão entre a Poça e o Estoril

S. João do Estoril

Relógio de sol contemporâneo feito em parede de betão, ligeiramente côncava, que serve de contenção de terras da falésia sobre o paredão fronteiro ao mar. As horas são indicadas em numeração romana a partir de linhas direitas, pintadas a vermelho, divergentes do gnômon, que é de metal pintado de branco. O mostrador é decorado com linhas assimétricas e grosseiramente concêntricas e pintadas numa escala de cinzas. No lado esquerdo do mostrador tem uma circunferência, pintada de vermelho, secante à linha das sete horas. No canto inferior direito tem um carimbo relevado, a assinatura "M(...) Russo" do autor e a data de "2001" pintadas.

6208 – Painéis de azulejo do Túnel da praia da Poça

S. João do Estoril

Painel de azulejos realizado pelos alunos do Clube de Azulejaria da Escola Básica 2.3 da Galiza, que representa uma cena marinha fantástica. (faltam descrever mais painéis)

5826 - Jardim Carlos Anjos conjunto de fonte e lago

Monte Estoril

Conjunto de dois elementos desconexos e diferentes: uma fonte adossada ao edifício de apoio ao jardim situado no extremo norte deste; um lago no centro do jardim. O lago aparenta ser mais antigo que a fonte, tem planta quadrangular com os cantos cortados em meio arco, circunscrito por um canteiro de planta quadrangular de cantos arredondados. A fonte faz parte do programa arquitetónico do edifício e tem um desenho característico do estilo "português suave". A fonte está adossada uma parede curva e abre-se em meio arco para o jardim, a sul, formando um recinto centrado por tanque semicircular e ladeado por bancos.

Todos estes elementos são de pedra (azulino de Cascais), nivelados pela mesma cota, e apresentam um rebordo saliente. A forma dos bancos prolonga-se para o interior do tanque, servindo de apoio às bicas. Estas são duas, de forma prismática quadrangular, capeadas com lajes de desenho simples. Tanto os bancos como as bicas estão encostados a um soco do mesmo tipo de pedra, que se estende ao longo de toda a parede. Ao centro tem três colunas prismáticas, à meia esquadria, encostadas entre si e capeadas com lajes simples.

Sobre estas, ao centro, tem afixado na parede do edifício o nome "JARDIM CARLOS ANJOS" e uma placa com o brasão de (...) e "COMISSÃO de INICIATIVA / eTURISMO do CONCELHO / de CASCAIS", de bronze.

6202 - Relógio de sol da Casa do Cruzeiro

Rua de Olivença, Estoril

Relógio de Sol de moradia particular embutido na empena sul do imóvel. É de pedra lioz rosado, composto por dois elementos justapostos: o relógio de forma quadrangular na base; e uma cruz a coroa-lo. O relógio é mais saliente que a cruz, onde o mostrador é enquadrado por uma moldura chanfrada. No mostrador encontram-se duas estrelas de seis pontas, em baixo relevo, situadas nos cantos superiores; e dois círculos concêntricos, ao centro sobre o Gnómon, como elementos decorativos. O Gnómon é de metal e projeta a sombra num conjunto de linhas incisas e radiantes para a numeração. Esta está marcada em árabe, e as meias horas em pontas de seta, enquadradas por uma cercadura de topo arredondado. A cruz latina tem as hastes arredondadas e linhas incisas a acompanhar o limite do corredor exterior, na base, de plinto de falsa moldura, tem a data de "1820", enquadrada numa cartela rectangular coroada por elemento semicircular, todos incisos.

5829 - Fonte da Praia da Poça

S. João do Estoril

Nascente natural de águas termais, subterrânea, existente no paredão junto à praia da Poça. À superfície são visíveis alguns muros recentes, um dos quais incorpora uma cantaria mais antiga, e uma laje de cobertura. Sobre esta existe uma lápide de pedra com a seguinte inscrição: "BANHOS DA MISERICORDIA/DE CASCAES/NO ANNO DE 1861 SENDO PROVIDOR F. N. FERR/TEVE COMEÇO ESTA OBRA/FOI ULTIMADA EM 1862 SENDO PROVIDOR/O GENERAL C. MENDES". O acesso à fonte primitiva faz-se a partir de uma escada de cantaria que confina com um corredor vedado com uma porta de grades metálica. No interior encontra-se a nascente cujo acesso se faz a partir de uma janela enquadrada por cantarias simples. Sobre esta tem uma Lápide com a seguinte inscrição: "AGUAS TERMAIS/CLORETADAS/ANTIGOS BANHOS/DA POÇA".

5830 - Chafariz do Vale de Santa Rita

S. João do Estoril

Chafariz de coluna ferro fundido, decorada com caneluras no fuste e motivos fitomórficos na base, incluindo dois florões (um dos quais desaparecido). É coroada com uma sequência de molduras circulares concêntricas, no primeiro terço superior tem uma torneira descaracterizada, e entre esta e o topo, uma placa de latão oval com a seguinte inscrição: "CMC". Na base uma pia quadrangular, de cimento, implantada ao nível do solo, que ainda conserva a moldura de suporte de uma grelha (supostamente metálica, atualmente desaparecida).

6216 - Muros e Torreões da Quinta de Santa Rita

S. João do Estoril

Muros e torreões de alvenaria ciclópica de pedra e juntas salientes de argamassa, que delimitavam uma propriedade de grande dimensão. O portal virado a sul composto por dois torreões cilíndricos, ameados. Abaixo das ameias, em cada uma das torres, encontram-se duas lápides em pedra polida, tendo a da esquerda a inscrição “QUINTA/DE/S. JOÃO” e a da direita “VILLA/PALMIRA”. Abaixo das lápidas existem duas frechas entaipadas. O portal confinava a propriedade a Sul com a linha do comboio, onde há poucos anos existia uma passagem pedonal que dava acesso à Marginal e praia.

6214 - Tanque da Quinta da Carreira

R: Bordalo Pinheiro, S. João do Estoril

Tanque de grandes dimensões, de alvenaria de pedra e cal, com planta retangular. As paredes, excetuando o lado norte, apresentam um espessamento característico de forma convexa, em direção à base e era capeado por lajes de pedra. No lado norte a parede é direita e confina com uma esplanada no topo, que era lajeada e ainda conserva um canal de cantaris para a água que abastecia o tanque. Na ligação com o lado nascente ainda conserva uma escada de pedra com três degraus. No lado Nascente onde o terreno é mais elevado, tem acima da estrutura do tanque um muro de contenção de terras, que se prolonga em parte do lado Sul. Sensivelmente a meio do lado sul, tem à superfície exterior uma caixa de pedra, para escoamento e decantação, e no lado oposto na parede interior, tem um bocal de escoamento correspondente, de secção circular. A parede poente tem cota positiva e na ligação á parede norte tem adossada uma escada com oito degraus de acesso ao interior. O fundo é argamassado.

6204 – Marco dos correios

R: D. Afonso Henriques / R: de Timor, Alto Estoril

Já não existe. Retirado

Estado indeterminado

6210 – Forno de cal

Rotunda do cemitério do Estoril

Não encontrado. Estrutura destruída ou soterrada, pelas obras ali realizadas para a saída da Autoestrada.

The screenshot displays the 'In Patrimonium' software interface, specifically the 'Ficha de Elemento Singular de Interesse Relevante' (Form for Relevant Singular Element). The interface is organized into several panels:

- Top Panel:** Contains a search bar, a list of tasks (e.g., 'Inventário', 'Fichas Auxiliares', 'Outros Objetos'), and a search field.
- Left Panel:** Shows a list of tasks and a search bar.
- Main Form:**
 - Identification:** Fields for 'Nº Invenção' (5927), 'Designação' (Conjunto de dois elementos decorativos e diferentes: uma fonte abocada ao edifício de apoio ao jardim abutido no exterior norte deste, um lago no centro do jardim. O lago apresenta-se mais enfiado que a fonte, tem planta quadrangular com os cantos arredondados e o lago é rodeado por um muro de pedra com o nome 'Lago do Jardim Carlos Anjos' gravado na pedra), and 'Descrição' (Contorno de dois elementos decorativos e diferentes: uma fonte abocada ao edifício de apoio ao jardim abutido no exterior norte deste; um lago no centro do jardim. O lago apresenta-se mais enfiado que a fonte, tem planta quadrangular com os cantos arredondados e o lago é rodeado por um muro de pedra com o nome 'Lago do Jardim Carlos Anjos' gravado na pedra. Este elemento decorativo encontra-se no jardim, a sul, formando um recinto cercado por um muro de pedra com o nome 'Lago do Jardim Carlos Anjos' gravado na pedra. Todos estes elementos são de origem senhalesa e datados por brasones. Todos estes elementos são de origem senhalesa e datados por brasones. Todos estes elementos são de origem senhalesa e datados por brasones).
 - Location:** Fields for 'Localidade' (Portugal/Liboa...), 'Topónimo' (Monte Estrela), 'Morada' (Jardim Carlos Anjos (jardim das passadeiras), Av. Saldia), and 'Data' (2012/07/11).
 - Administrative:** Fields for 'Local admin.' (Portugal/Liboa...), 'Morada' (Jardim Carlos Anjos), and 'Data' (2012/07/11).
 - Table:** A table with columns for 'Local admin.', 'Topónimo', 'Morada', and 'Data'. It contains one entry: 'Portugal/Liboa... / Monte Estrela / Jardim Carlos Anjos (jardim das passadeiras), Av. Saldia / 2012/07/11'.
 - Metadata:** Fields for 'Nº registo' (5926), 'Criado por' (Impoleção), 'em' (26-06-2009), 'Alterado por' (Mário Lisboa), 'em' (11-07-2012), and 'Contar registos' (Desligar impressões e registos em GEDS/Inventário?).
 - Right Panel:** Contains a 'Fichas Auxiliares' section with a photo and a 'Propriedades do ficheiro' section with a file icon.
 - Bottom Panel:** Contains a 'Pesquisar' (Search) section with a search bar and a 'Localizar informação' (Find information) section with a search bar.

Print Screen da ficha da base de dados "In Patrimonium"

Página Câmara Municipal de Cascais - SIGWeb 2.0e

1 de 1

visibilidade - Vista Intermediária baixa

Logon

CASCAIS

Definições Detalhes do Objeto Trilho
 Impressão Temas Exportação

Localidade(1)

Alcabideche
 Alcabideche
 Sede de freguesia
 Alcabideche

Localidade: 1 de 1

Nome *
 Nome de freguesia

Tipo *
 Observações

Geometrias e Dados Associados

Ruas Relatubonshij(30)
 Localização Sim
 Anotação Sim
 Limite Sim
 Freguesia Alcabideche

Empacotamento Vista Urbana Vista de Rua
 Perfil Legendas

Nome de freguesia Tipo Observações Ruas Transition History Localização Anotação Limite
 Alcabideche Alcabideche Sede de freguesia Alcabideche Relatubonshij(30) Relatubonshij(30) Sim Sim Sim

Pesquisas Explorador

Roteiro

Freguesia: Alcabideche

Localidade: Alcabideche

Rua:

Ponte:

Limpar Pesquisar

http://sig2.cm-cascais.pt/WebClient2/

23-10-2012

SigWeb - Página tirada do site da Câmara Municipal de Cascais

Neste exemplo do SigWeb o local escolhido é de Alcabideche ampliado de modo a ver-se os pontos onde estão ESIRs referenciados, podendo depois ser ampliado ao pormenor e escolher um os elementos a estudar

Nº Imóvel	6030
Tipo imóvel	Elemento singular de Interesse relevante
Designação	Forno de Cal do Guincho
Imóvel-pal	
Descrição	Forno de cal em bom estado de conservação. Trata-se de um tipo de forno tradicional, característico da região, composto por estrutura de combustão cilíndrica, aberta, adossada ao declive natural do solo. O forno encontra-se ao nível térreo, com paredes de alvenaria de pedra e cal a revestir o Interior. As paredes exteriores na boa da fornalha são reforçadas com dois gigantes que se prolongam em muros para formar um recinto de acesso a esta. O acesso à boca da fornalha, ainda bem conservado, é composto por uma abóbada cónica, no primeiro vão, e uma porta de falso arco em balanço de blocos aparelhados.



Informação específica

Estados					
Estado	Parte descrita	Descrição	Cond. especiais	Data estado	Data revisão
Regular				2012-03-12	

Localizações												
Local administ.	Topónimo	Morada	Data	Geo Datum	Tipo Localiz.	Cód. SIG	Coord. Geo. X	Coord. Geo. Y	Coord. Plana X	Coord. Plana Y	Coord. Plana Z	Ambiente
Portugal\Lisboa e Vale do Tejo\Grande Lisboa\Cascais\Alcabideche	Malveira da Serra	Estrada Nacional, 247	2012-03-12									

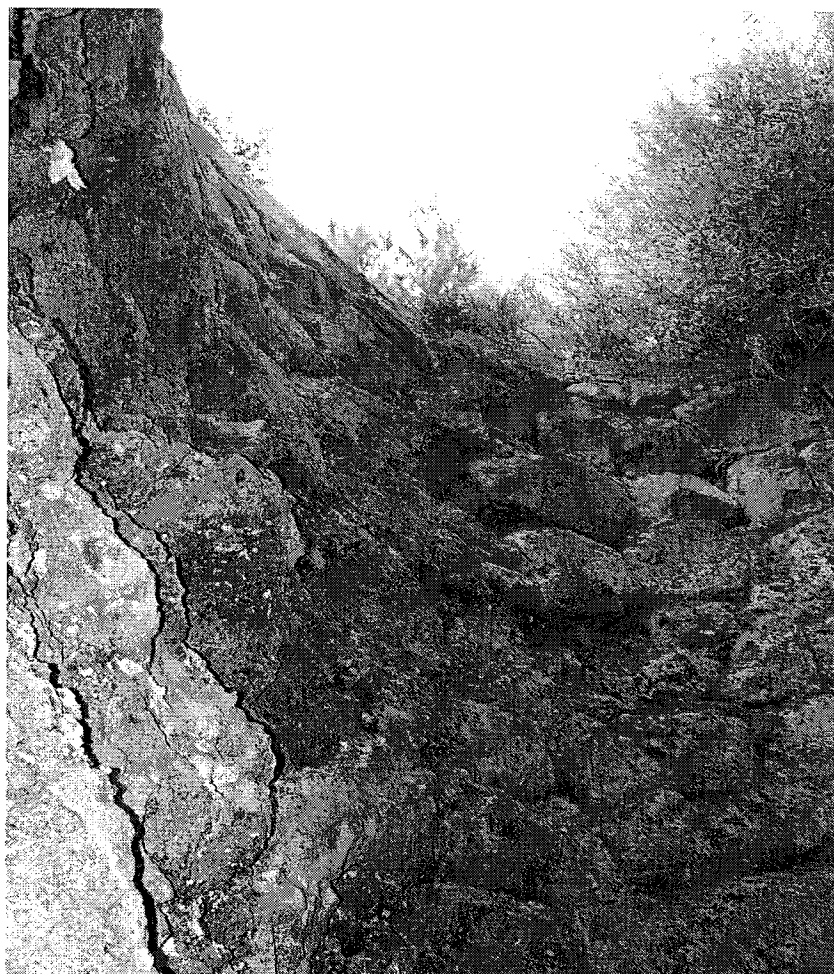
Tipologias	
Tipologia	Justificação
Instalação agrícola ou industrial\forno	

Informação relacionada genérica

- Ficheiros**
- 6030-002;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Alcabideche\6030\6030-002.JPG;
 - 6030-004;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Alcabideche\6030\6030-004.JPG;
 - 6030-005;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Alcabideche\6030\6030-005.JPG;
 - 6030-009;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Alcabideche\6030\6030-009.JPG;
 - 6030-012;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Alcabideche\6030\6030-012.JPG;



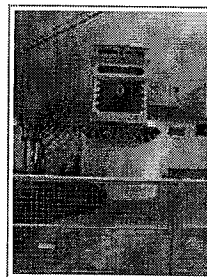
Forno de Cal, Guincho, Cascais



Boca da fornalha e estrutura de combustão cilíndrica

Nº imóvel	6173
Tipo imóvel	Elemento singular de Interesse relevante
Designação	Forno de pão e chaminé de uma casa salaia
Imóvel-pai	

Descrição
Forno de pão pertencente a casa tradicional. Trata-se de um forno que apresenta a tradicional planta semicircular, assente e resguardado por estrutura de alvenaria, coberta com telhado de uma água. A chaminé foi reformulada segundo um programa com alguma erudição arquitetónica e apresenta um conjunto de pormenores decorativos, abertos a branco sobre fundo vermelho: soco, cunhais alternados nas arestas e oculo emoldurado no primeiro tramo; cornija emoldurada na transição para o segundo tramo, de platibanda simples; nova cornija emoldurada na transição para o terceiro tramo, também de platibanda mas ornamentada com óculos.



Informação específica

Estados					
Estado	Parte descrita	Descrição	Cond. especiais	Data estado	Data revisão
Bom				2012-04-10	

Localizações													
Local administ.	Topónimo	Morada	Data	Geo Datum	Tipo Localiz.	Códi SIG	Coord. Geo. X	Coord. Geo. Y	Coord. Plana X	Coord. Plana Y	Coord. Plana Z	Ambiente	
Portugal\Lisboa e Vale do Tejo\Grande Lisboa\Cascais\Cascais	Charneca	Beco do Passo Mau, n.º 26	2012-04-10										

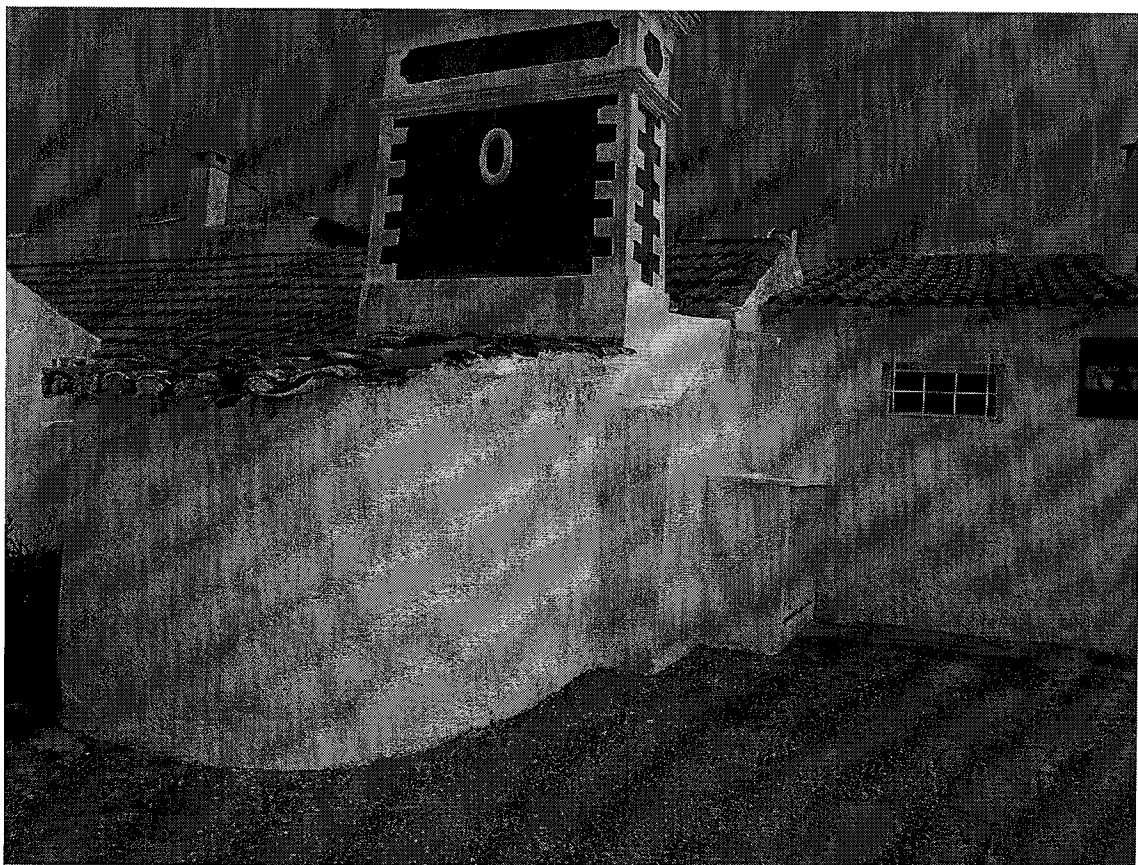
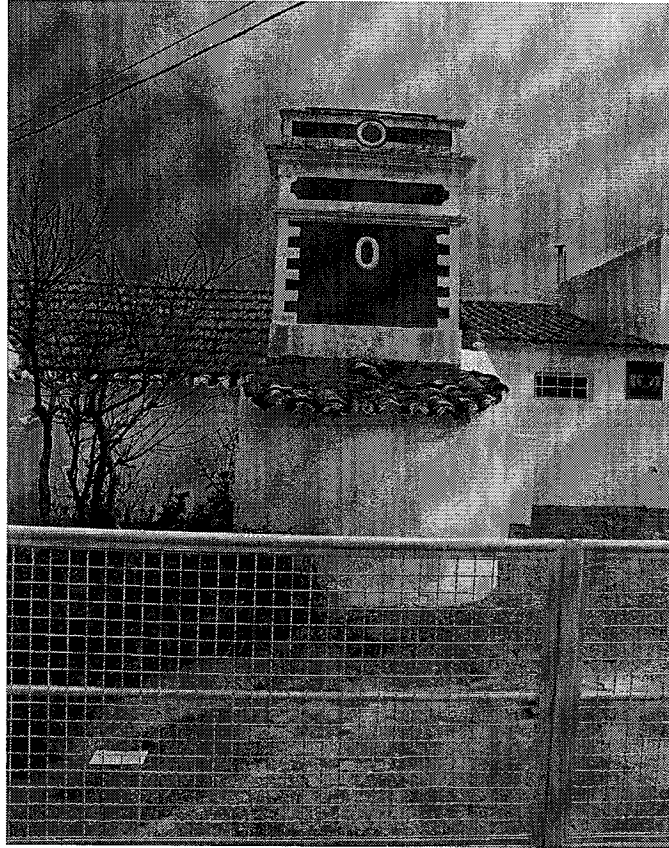
Tipologias	
Tipologia	Justificação
Instalação agrícola ou industrial\forno\pão	

Informação relacionada genérica

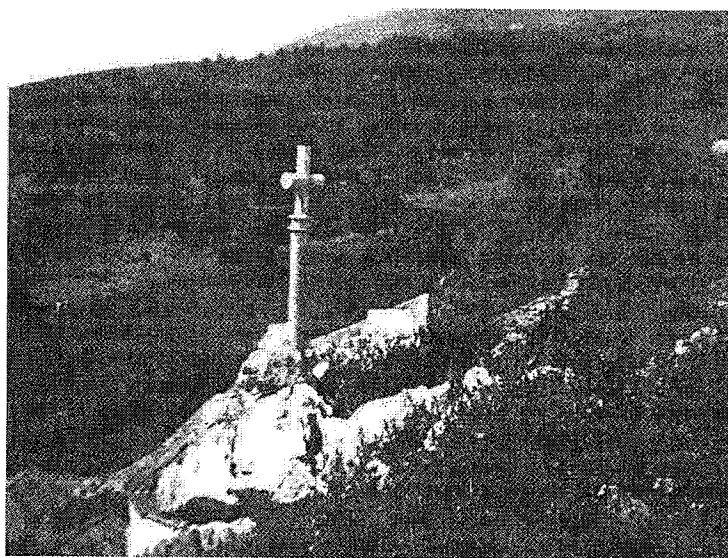
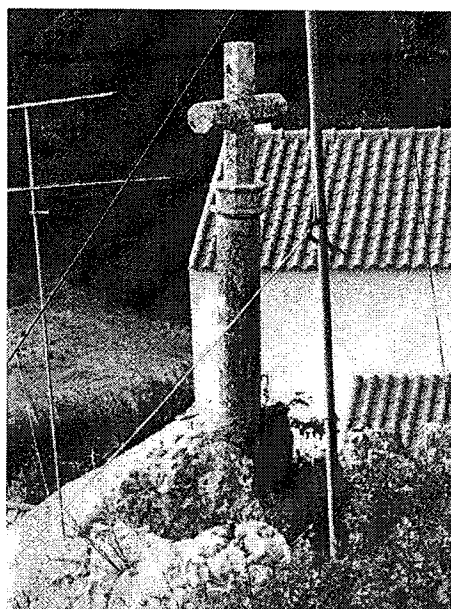
Ficheiros
6173-001;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Cascais\6173\6173-001.JPG;
6173-002;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Cascais\6173\6173-002.JPG;
6173-003;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Cascais\6173\6173-003.JPG;

Antigo Forno de pão inserido em habitação tradicional. Charneca, Cascais

A chaminé foi reformulada segundo um programa com alguma erudição arquitetónica



Exemplo de ESIR desaparecido



Fotografia de 1941 - Antigo cruzeiro de Alquerubim de Baixo, Malveira da Serra, Cascais

Nº imóvel	5010
Tipo imóvel	Elemento singular de interesse relevante
Designação	Chafariz de Bicesse
Imóvel-pai	
Descrição	Chafariz de planta em forma de "U", composto por espaldar de alvenaria rebocada, com frontão contracurvado calado de branco e decorado com frisos, moldura, pilastras e soco em azul. Sobre o frontão apresenta três plintos de pedra, tendo o central o arranque de um elemento perdido (provavelmente um brasão de armas). Em ambos os lados do espaldar tem fixado uma pequena placa de pedra com a seguinte inscrição "CMC / 1931". Do lado frontal apresenta uma bica de pedra em forma de peixe vertendo água para tanque quadrangular ladeado por bancos de pedra. No tardoz existe um bebedor de pedra retangular.



Informação específica

Cronologia					
Data inicial	Data final	Época	Data textual	Parte descrita	Justificação
1931-00-05					

Estados					
Estado	Parte descrita	Descrição	Cond. especiais	Data estado	Data revisão
Bom				2012-01-13	

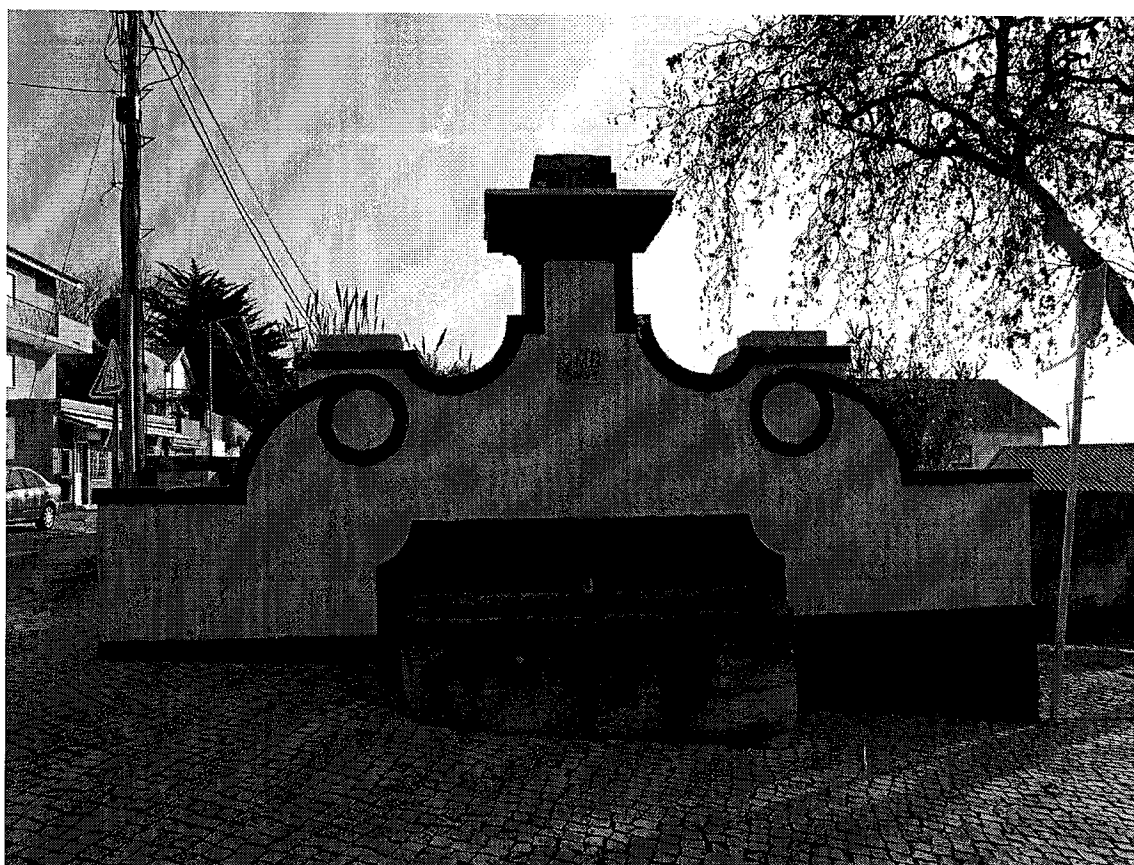
Localizações												
Local administ.	Topónimo	Morada	Data	Geo Datum	Tipo Localiz.	Códi SIG	Coord. Geo. X	Coord. Geo. Y	Coord. Plana X	Coord. Plana Y	Coord. Plana Z	Ambiente
Portugal\Lisboa e Vale do Tejo\Grande Lisboa\Cascais\Alcabideche	Bicesse	Largo do Chafariz	2012-01-13									

Tipologias	
Tipologia	Justificação
Aproveitamento hidráulico	

Informação relacionada genérica

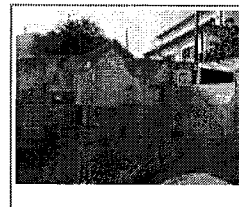
Ficheiros

- 5769-001;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Alcabideche\5769\5769-001.JPG;
- 5769-002;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Alcabideche\5769\5769-002.JPG;
- 5769-003;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Alcabideche\5769\5769-003.JPG;
- 5769-004;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Alcabideche\5769\5769-004.JPG;
- 5769-005;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Alcabideche\5769\5769-005.JPG;
- 5769-006;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Alcabideche\5769\5769-006.JPG;
- 5769-007;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Alcabideche\5769\5769-007.JPG;
- 5769-008;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Alcabideche\5769\5769-008.JPG;



Nº imóvel	5054
Tipo imóvel	Elemento singular de interesse relevante
Designação	Chafariz da Charneca
Imóvel-pal	

Descrição
Chafariz com planta em "L", composto por espaldar, tanque e banco de espera. O espaldar é de alvenaria rebocada e caiado de amarelo, é rematado no topo com frisos pintados a azul. O friso do espaldar é composto por duas volutas contra curvadas, que convergem para um frontão triangular emoldurado, a coroar o topo. Abaixo e ao centro do frontão tem uma pequena lápide em pedra, com letras incisas pintadas de preto, com a seguinte inscrição: "C.M.C/23-11-1913". Do lado direito, tem uma bica de pedra almofadada, descentrada em relação ao eixo do espaldar, fazendo supor a existência de uma outra bica igual do lado esquerdo, que terá entretanto desaparecido. A água corre para um tanque de grandes lajes de pedra em forma rectangular, assente num embasamento de alvenaria. Por detrás deste tem um soco pintado a azul. Contíguo ao soco no lado direito desenvolve-se, perpendicularmente ao espaldar, um banco de alvenaria rebocado e pintado de amarelo, com remate curvo.



Informação específica

Cronologia					
Data inicial	Data final	Época	Data textual	Parte descrita	Justificação
1913					

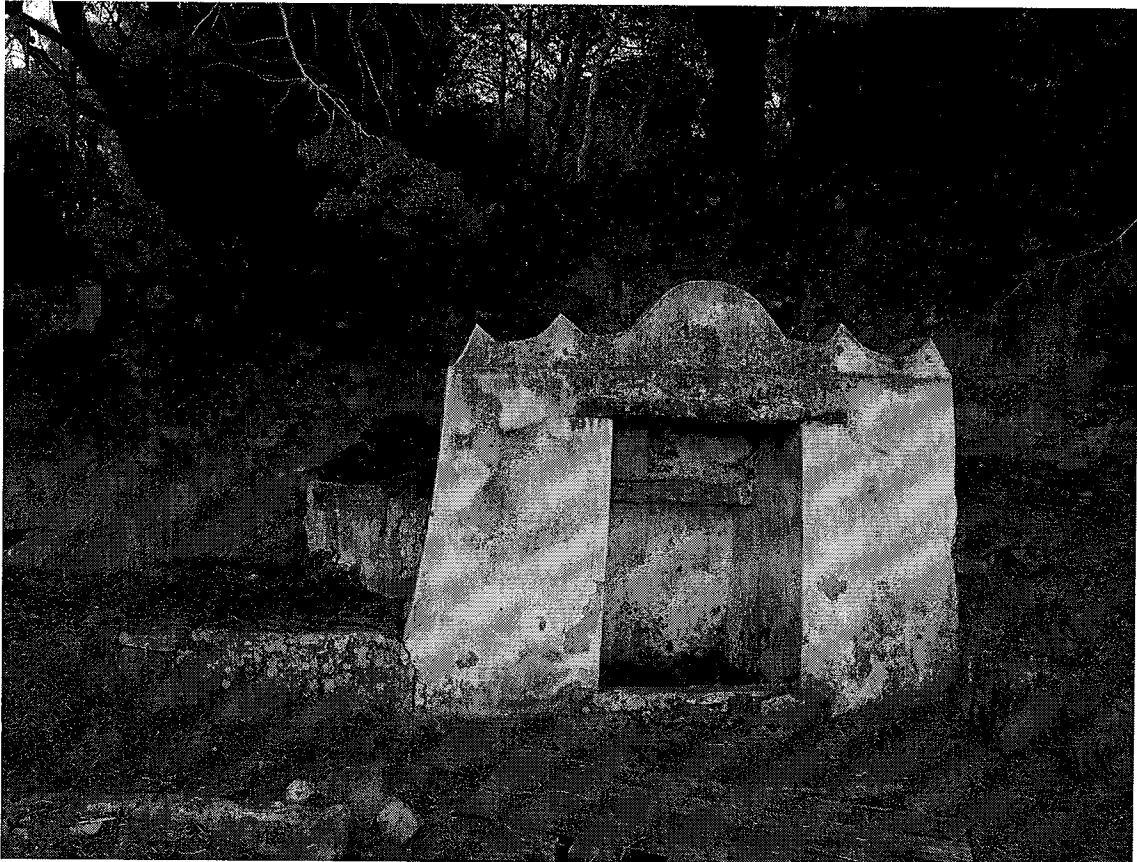
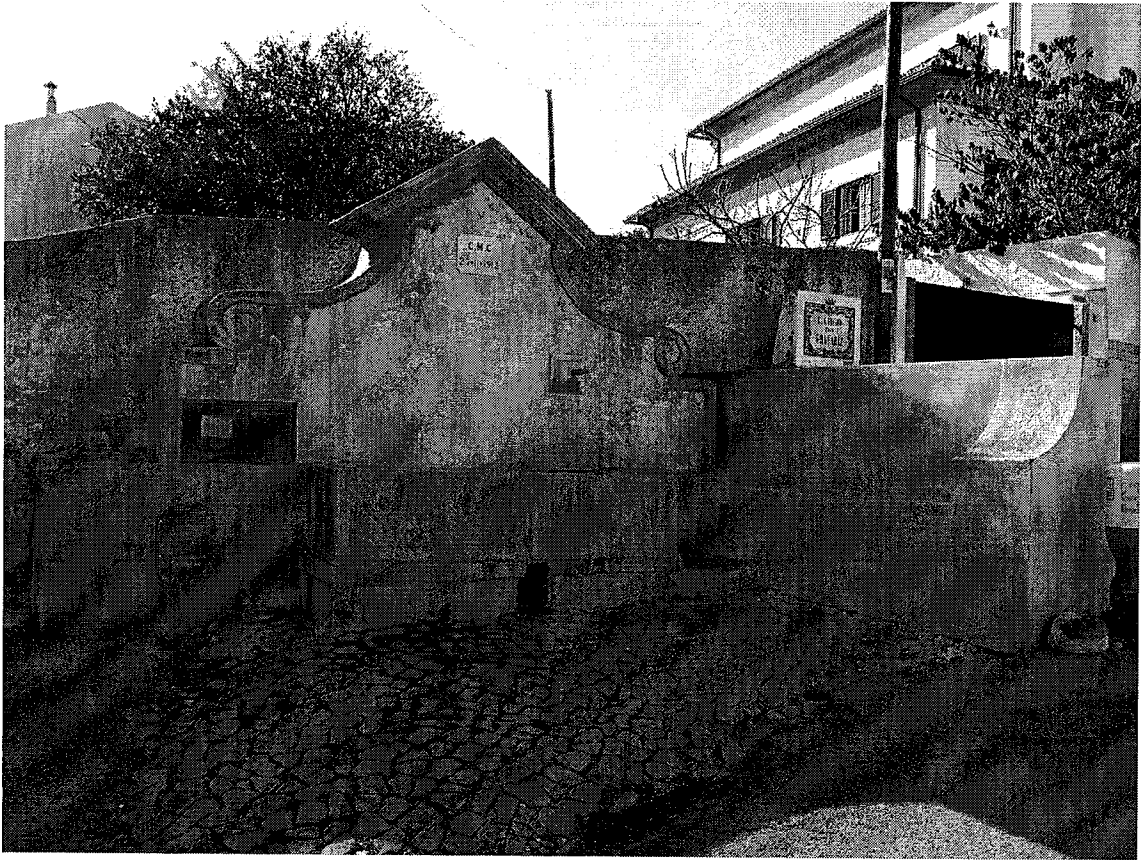
Estados					
Estado	Parte descrita	Descrição	Cond. especiais	Data estado	Data revisão
bom				2012-03-12	

Localizações												
Local administ.	Topónimo	Morada	Data	Geo Datum	Tipo Localiz.	Códi SIG	Coord. Geo. X	Coord. Geo. Y	Coord. Plana X	Coord. Plana Y	Coord. Plana Z	Ambiente
Portugal\Lisboa e Vale do Tejo\Grande Lisboa\Cascais\Cascais	Charneca	Largo do Chafariz	2012-03-12									

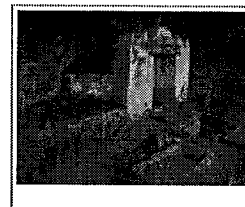
Tipologias	
Tipologia	Justificação
Aproveitamento hidráulico	

Informação relacionada genérica

Ficheiros
5813-001;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Alcabideche\5813\5813-001.JPG;
5813-002;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Alcabideche\5813\5813-002.JPG;
5813-003;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Alcabideche\5813\5813-003.JPG;



Nº imóvel	5055
Tipo imóvel	Elemento singular de interesse relevante
Designação	Fonte Velha da Charneca
Imóvel-pal	
Descrição	<p>Fonte de chafurdo composta por um poço de planta quadrangular escavado no subsolo cujo acesso está enquadrado num muro de espaldar coroado com frontão irregular, arredondado ao centro, de alvenaria rebocada. A zona de chafurdo tem uma soleira monolítica e uma laje a sustentar a cobertura. O vão de acesso tem um lintel feito a partir de uma laje toscamente aparelhada. No tardo sobe o lado esquerdo tem dois muretes de alvenaria de pedra para sustentar as terras, formando pequenos patamares em socalco. Na frente da fonte abre-se um recinto lajeado, de planta subretangular, delimitado à direita com blocos de pedra seca. Sensivelmente ao centro do recinto tem uma caixa de decantação paralelepípedica feita com lajes de pedra, sem tampa. À esquerda desta encontra-se deposta no lajeado uma pia monolítica de planta retangular.</p> <p>A água excedente da fonte corre por um canal de pedra, à direita do recinto, inicialmente aberto e depois em aqueduto subterrâneo por baixo da estrada, também de pedra com cobertura de lajetas de duas águas. Depois da estrada, o canal desemboca no muro da quinta da Fonte Azul, através de uma grelha de pilaretes de pedra.</p>



Informação específica

Estados					
Estado	Parte descrita	Descrição	Cond. especiais	Data estado	Data revisão
Deficiente				2012-04-10	

Notas: Estrutura idêntica à primitiva da Crismina, só lhe foi acrescentado um frontão de alvenaria por cima da arca de água

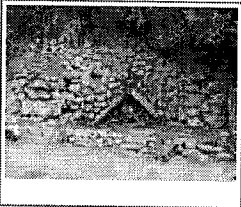
Localizações													
Local administ.	Topónimo	Morada	Data	Geo Datum	Tipo Localiz.	Códi SIG	Coord. Geo. X	Coord. Geo. Y	Coord. Plana X	Coord. Plana Y	Coord. Plana Z	Ambiente	
Portugal\Lisboa e Vale do Tejo\Grande Lisboa\Cascais\Cascais	Charneca	Estrada da Fonte Velha	2012-04-10										

Tipologias	
Tipologia	Justificação
Aproveitamento hidráulico	

Informação relacionada genérica

Ficheiros
5814-003;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Cascais\5814\5814-003.JPG;
5814-007;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Cascais\5814\5814-007.JPG;
5814-006;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Cascais\5814\5814-006.JPG;
5814-010;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Cascais\5814\5814-010.JPG;
5814-001;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Cascais\5814\5814-001.JPG;

Nº imóvel	6172
Tipo Imóvel	Elemento singular de interesse relevante
Designação	Forno de Cal
Imóvel-pai	
Descrição	Trata-se de um forno de cal tradicional, característico da região, composto por estrutura de combustão cilíndrica, aberta, adossada ao declive natural do solo, parcialmente destruída. Atualmente encontra-se subterrado até ao topo da boca da fornalha, sendo contudo ainda visível duas sucessões de arcos do vão da boca; um triangular no exterior e outro de aduelas no interior. Em torno desta conserva a parte superior das paredes, de alvenaria de pedra e cal, muito tosca. No lado direito da boca da fornalha ainda se pode observar um fragmento de parede de alvenaria pertencente à estrutura de contrafortagem.



Informação específica

Localizações												
Local administ.	Topónimo	Morada	Data	Geo Datum	Tipo Localiz.	Códi SIG	Coord. Geo. X	Coord. Geo. Y	Coord. Plana X	Coord. Plana Y	Coord. Plana Z	Ambiente
Portugal\Lisboa e Vale do Tejo\Grande Lisboa\Cascais\Cascais	Charneca	Rua do Forno com a rua do Bocal	2012-04-17									

Tipologias	
Tipologia	Justificação
Instalação agrícola ou industrial\forno	

Informação relacionada genérica

Ficheiros
DSC00041- Rua do Forno- Forno de Cal;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Cascais\6171\DSC00041- Rua do Forno- Forno de Cal.JPG;
DSC00042- Rua do Forno- Forno de Cal;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Cascais\6171\DSC00042- Rua do Forno- Forno de Cal.JPG;
6172-011;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Cascais\6171\6172-011.JPG;
6172-012;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Cascais\6171\6172-012.JPG;
6172-016;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Cascais\6171\6172-016.JPG;
6172-003;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Cascais\6171\6172-003.JPG;
6172-013;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Cascais\6171\6172-013.JPG;



Nº Imóvel	6182
Tipo imóvel	Elemento singular de Interesse relevante
Designação	Portal na Quinta da Fonte Velha
Imóvel-pal	

Descrição

Portal construído na viragem do séc. XIX para o XX de linhas e desenho de influência Barroca, pertencente à casa da Quinta. Está inserido no muro de alvenaria rebocada e pintado, contíguo à esquina nordeste da casa. É composto por moldura de cantarias lisas de secção quadrangular: lintel; duas ombreiras, decoradas com quatro (...) metálicos; respetivos pintos de base e soleira saliente. No enquadramento do vão em torno das cantarias, apresenta um programa decorativo composto por: uma moldura de tabernáculo, com volutas na base e remate com retorno na confluência com o friso; este é composto por uma susceção de cinco tríglifos intercalados com métopas simples e lisas, alternadas a branco e amarelo. Sobre o friso tem uma cornija emoldurada, saliente segundo dois planos. Acima da cornija apresenta uma coroa de porta com volutas afrontadas que enquadram um nicho ao centro (que alberga uma imagem de Santo António com o menino ao colo, muito tosca, de granito), sobre o qual se desenvolve um acrotério com volutas convergentes coroadas por uma flecha piramidal e esferas no topo. Duas flechas idênticas estão dispostas lateralmente na base do frontão. Todo o conjunto de elementos decorativos faz-se mediante alternância de frisos brancos sobre fundo amarelo.



Informação específica

Estados

Estado	Parte descrita	Descrição	Cond. especiais	Data estado	Data revisão
Bom				2012-05-29	

Localizações

Local administ.	Topónimo	Morada	Data	Geo Datum	Tipo Localiz.	Códi SIG	Coord. Geo. X	Coord. Geo. Y	Coord. Plana X	Coord. Plana Y	Coord. Plana Z	Ambiente
Portugal\Lisboa e Vale do Tejo\Grande Lisboa\Cascais\Cascais	Charneca	Rua do Cardeal, Quinta da Fonte Velha	2012-05-29									

Tipologias

Tipologia	Justificação
Arquitetura\civil\popular\portal	

Informação relacionada genérica

Ficheiros

6182-001;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Cascais\6182\6182-001.JPG;

6182-002;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Cascais\6182\6182-002.JPG;

6182-003;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Cascais\6182\6182-003.JPG;

6182-004;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Cascais\6182\6182-004.JPG;

6182-005;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Cascais\6182\6182-005.JPG;



Nº Imovel	6183
Tipo Imóvel	Elemento singular de Interesse relevante
Designação	Relógio de Sol da Casa do Relógio
Imóvel-pai	
Descrição	Relógio de Sol embutido em parede de fachada voltada a sul, de moradia. Tem a forma ovalizada circunscrita por elementos decorativos em relevo que lhe servem de cercadura, designadamente dois dragões na parte inferior, cujas caudas se prolongam até à parte superior que é arrematada por quatro equídeos alados, dois de cada lado do gnómon. Este é de metal e está inserido numa cartela circular saliente do mostrador. No mostrador as linhas das horas são incisas e confinam em numeração romana saliente.



Informação específica

Estados					
Estado	Parte descrita	Descrição	Cond. especiais	Data estado	Data revisão
Bom				2012-04-13	

Localizações												
Local administ.	Topónimo	Morada	Data	Geo Datum	Tipo Localiz.	Códi SIG	Coord. Geo. X	Coord. Geo. Y	Coord. Plana X	Coord. Plana Y	Coord. Plana Z	Ambiente
Portugal\Lisboa e Vale do Tejo\Grande Lisboa\Cascais\Cascais	Charneca	Largo do Chafariz, nº 51	2012-04-13									

Tipologias	
Tipologia	Justificação

Informação relacionada genérica

Ficheiros
6183-001;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Cascais\6183\6183-001.JPG;
6183-002;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Cascais\6183\6183-002.JPG;

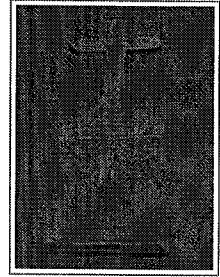
Nº imóvel 6202

Tipo imóvel Elemento singular de interesse relevante

Designação Relógio de Sol da Casa do Cruzeiro

Imóvel-pai

Descrição Relógio de Sol de moradia particular embutido na empena sul do imóvel. É de pedra lioz rosado, composto por dois elementos justapostos: o relógio de forma quadrangular na base; e uma cruz a coroá-lo. O relógio é mais saliente que a cruz, onde o mostrador é enquadrado por uma moldura chanfrada. No mostrador encontram-se duas estrelas de seis pontas, em baixo relevo, situadas nos cantos superiores; e dois círculos concêntricos, ao centro sobre o Gnómon, como elementos decorativos. O Gnómon é de metal e projeta a sombra num conjunto de linhas incisas e radiantes para a numeração. Esta está marcada em árabe, e as meias horas em pontas de seta, enquadradas por uma cercadura de topo arredondado. A cruz latina tem as hastes arredondadas e linhas incisas a acompanhar o limite do corredor exterior, na base, de plinto de falsa moldura, tem a data de "1820", enquadrada numa cartela rectangular coroada por elemento semicircular, todos incisos.



Informação específica

Estados

Estado	Parte descrita	Descrição	Cond. especiais	Data estado	Data revisão
Bom				2012-05-22	

Localizações

Local administ.	Topónimo	Morada	Data	Geo Datum	Tipo Localiz.	Códi SIG	Coord. Geo. X	Coord. Geo. Y	Coord. Plana X	Coord. Plana Y	Coord. Plana Z	Ambiente
Portugal\Lisboa e Vale do Tejo\Grande Lisboa\Cascais\Estoril	Estoril	Rua de Olivença n.º5	2012-05-22									

Tipologias

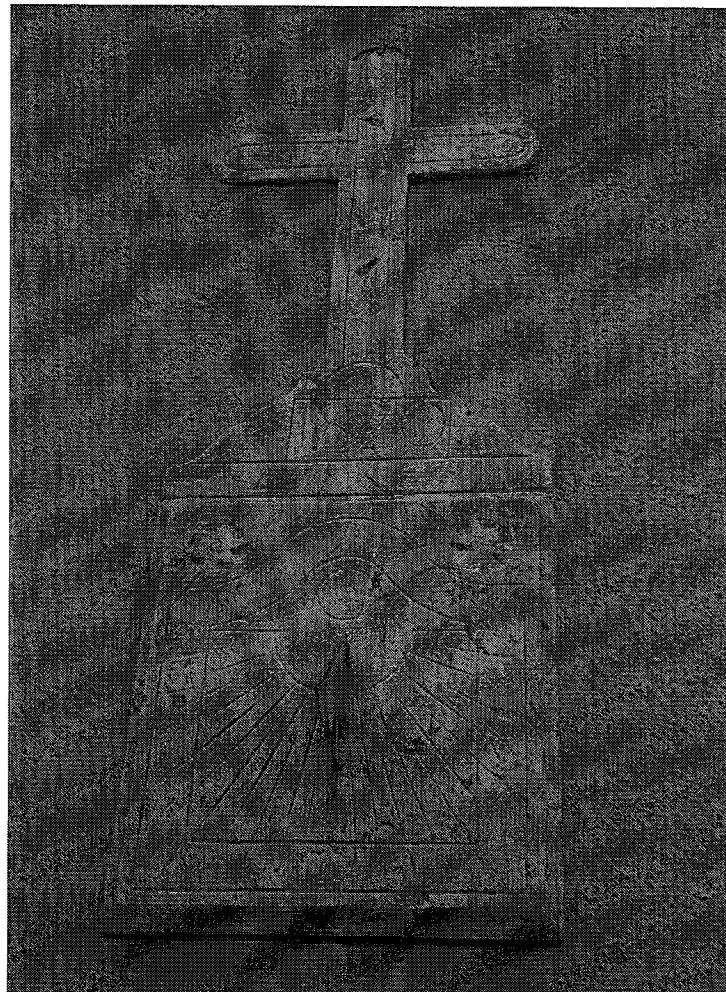
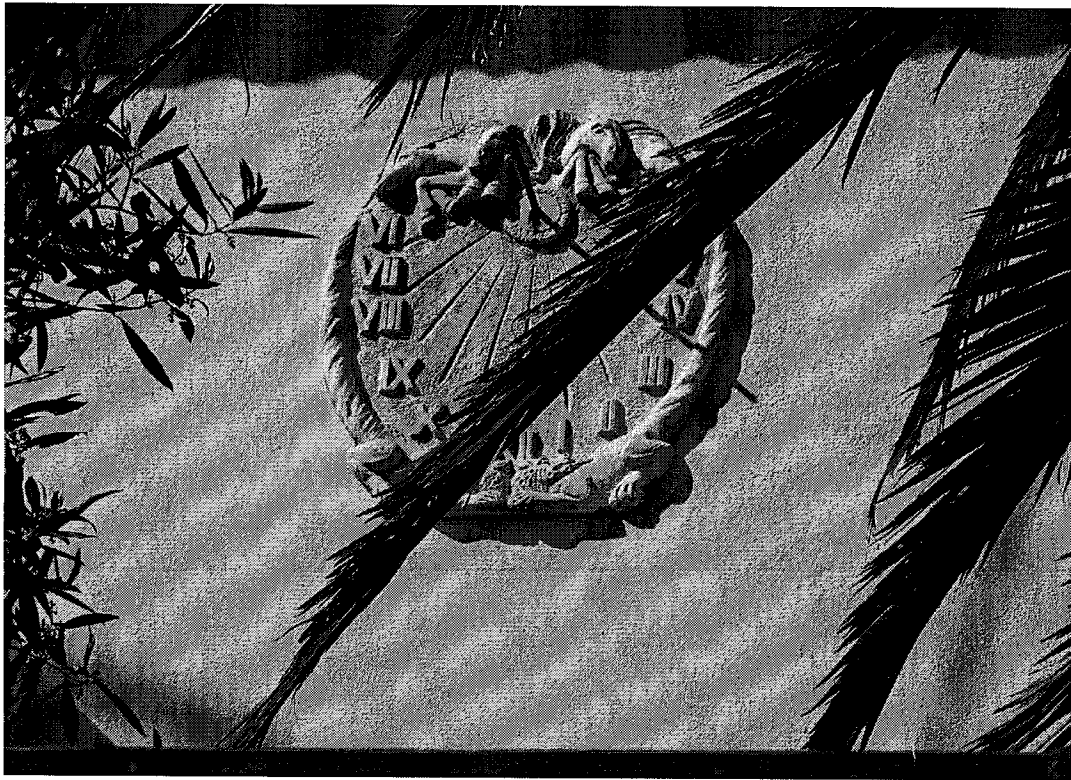
Tipologia	Justificação

Informação relacionada genérica

Ficheiros

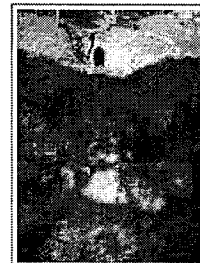
6202-001;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\Inv\Imoveis\Estoril\6202\6202-001.JPG;

6202-002;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\Inv\Imoveis\Estoril\6202\6202-002.JPG;



23-11-2012
C M Cascais
Mário Lisboa

Nº Imovel	5118
Tipo imóvel	Elemento Singular de Interesse relevante
Designação	Mina de água de Janes
Imóvel-pai	
Descrição	Mina de água situada na encosta da serra. A entrada no topo de uma trincheira escavada ao nível do solo, com o acesso e galeria em alvenaria de pedra seca, coberta por lajes dispostas em duas águas. No extremo sul encontra-se um tanque em alvenaria de pedra, adossado a um muro de pedra seca para retenção de terras.



Informação específica

Estados					
Estado	Parte descrita	Descrição	Cond. especiais	Data estado	Data revisão
Bom				2012-05-16	

Localizações												
Local administr.	Topónimo	Morada	Data	Geo Datum	Tipo Localiz.	Códi SIG	Coord. Geo. X	Coord. Geo. Y	Coord. Plana X	Coord. Plana Y	Coord. Plana Z	Ambiente
Portugal\Lisboa e Vale do Tejo\Grande Lisboa\Cascais\Alcabideche	Malveira da Serra/Janes	Rua dos Eucaliptos	2012-05-16									

Tipologias	
Tipologia	Justificação
Elemento ou ocupação ritual ou religiosa\cruzeiro	

Informação relacionada genérica

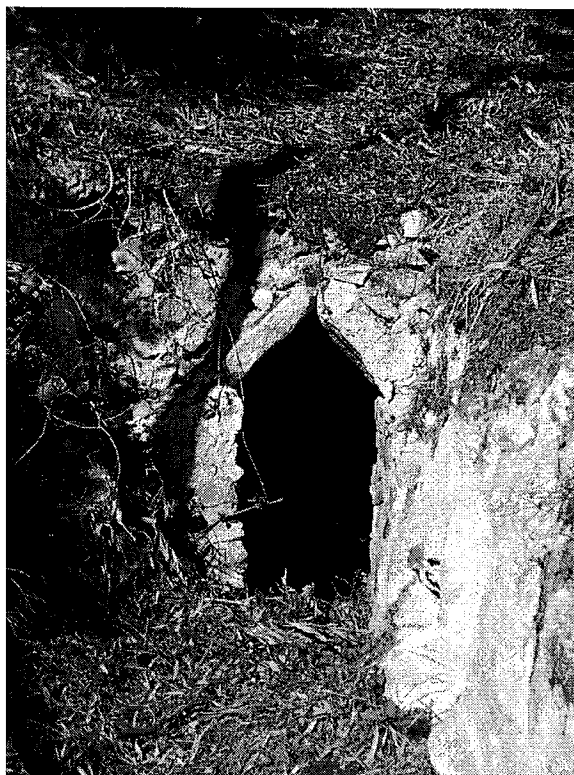
Ficheiros

5877-001;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\Imoveis\Alcabideche\5877\5877-001.JPG;

5877-002;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\Imoveis\Alcabideche\5877\5877-002.JPG;

5877-003;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\Imoveis\Alcabideche\5877\5877-003.JPG;

5877-004;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\Imoveis\Alcabideche\5877\5877-004.JPG;



Nº Imóvel	6049
Tipo Imóvel	Elemento singular de Interesse relevante
Designação	Cruzelro
Imóvel-pai	
Descrição	Cruz latina simples, em calcário, sobre base piramidal em alvenaria de pedra seca, não aparelhada.



Informação específica

Estados					
Estado	Parte descrita	Descrição	Cond. especiais	Data estado	Data revisão
Bom				2012-05-16	

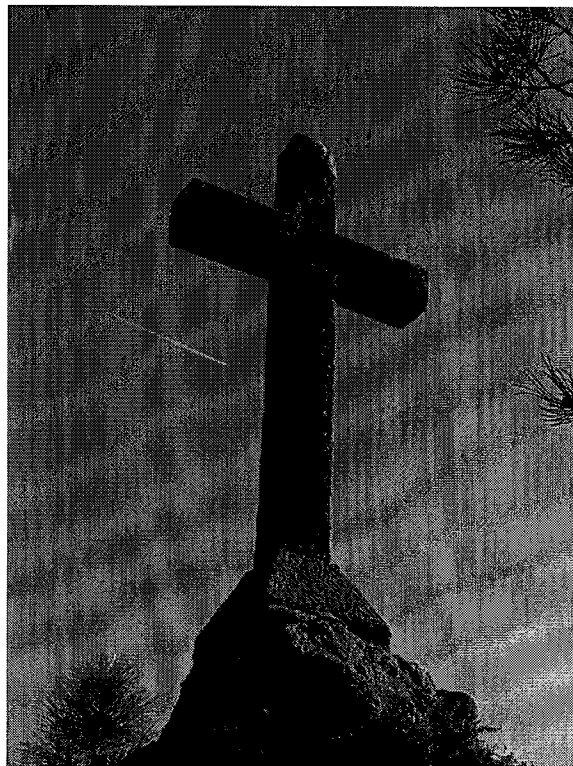
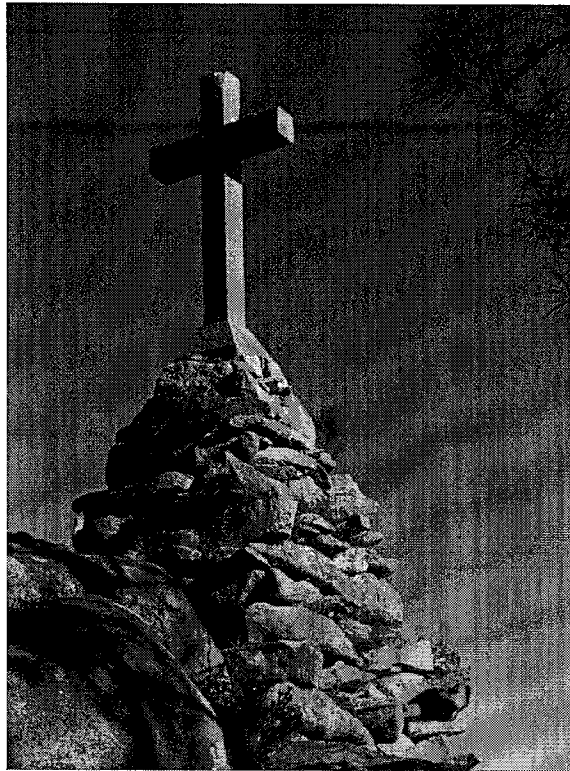
Localizações												
Local administ.	Topónimo	Morada	Data	Geo Datum	Tipo Localiz.	Códi SIG	Coord. Geo. X	Coord. Geo. Y	Coord. Plana X	Coord. Plana Y	Coord. Plana Z	Ambiente
Portugal\Lisboa e Vale do Tejo\Grande Lisboa\Cascais\Alcabideche	Malveira da Serra / Janes		2012-05-16									

Notas: A norte da Quinta de Vale de Cavalos

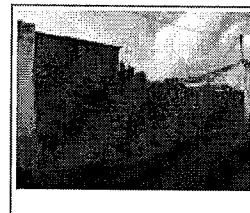
Tipologias	
Tipologia	Justificação
Elemento ou ocupação ritual ou religiosa\cruzelro	

Informação relacionada genérica

Ficheiros
Vale de Cavalos_Cat_12;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Alcabideche\6049\Vale de Cavalos_Cat_12.JPG;
Vale de Cavalos_Cat_17A;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Alcabideche\6049\Vale de Cavalos_Cat_17A.jpg;



Nº imóvel	6274
Tipo imóvel	Elemento singular de Interesse relevante
Designação	Muro de pedra seca
Imóvel-pai	
Descrição	Três segmentos de muro de pedra seca, dispostos entre as construções (casa e anexos) de propriedade agrícola. Encontra-se em diferentes estados de conservação, tendo sido o segmento Norte capeado com cimento.



Informação específica

Estados

Estado	Parte descrita	Descrição	Cond. especiais	Data estado	Data revisão
Regular				2012-01-13	

Localizações

Local administr.	Topónimo	Morada	Data	Geo Datum	Tipo Localiz.	Códi SIG	Coord. Geo. X	Coord. Geo. Y	Coord. Plana X	Coord. Plana Y	Coord. Plana Z	Ambiente
Portugal\Lisboa e Vale do Tejo\Grande Lisboa\Cascais\São Domingos de Rana	Tires	Rua Artur Moreira Sabido sem n.º	2012-01-13									

Tipologias

Tipologia	Justificação
Arquitectura\civil\popular	

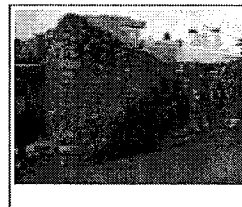
Informação relacionada genérica

Ficheiros

- 6274-001;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\S.Dom Rana\6274\6274-001.JPG;
- 6274-002;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\S.Dom Rana\6274\6274-002.JPG;
- 6274-003;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\S.Dom Rana\6274\6274-003.JPG;
- 6274-004;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\S.Dom Rana\6274\6274-004.JPG;
- 6274-006;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\S.Dom Rana\6274\6274-006.JPG;
- 6274-007;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\S.Dom Rana\6274\6274-007.JPG;
- 6274-008;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\S.Dom Rana\6274\6274-008.JPG;
- 6274-010;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\S.Dom Rana\6274\6274-010.JPG;
- 6274-011;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\S.Dom Rana\6274\6274-011.JPG;
- 6274-012;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\S.Dom Rana\6274\6274-012.JPG;
- 6274-013;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\S.Dom Rana\6274\6274-013.JPG;



Nº Imovel	6117
Tipo Imóvel	Elemento singular de interesse relevante
Designação	Muro de pedra
Imóvel-pai	
Descrição	Muro de pedra seca que delimita propriedade, que serve de parede a alguns dos anexos, e com portal rústico com laje a fazer de lintel. Ainda conserva os encaixes do prumo no lintel e na soleira.



Informação específica

Disposições legais		
Dispos. legal	Documento	Data
PP/PNSC/Areia	Resolução do Conselho de Ministros n.º 1-A/2004	DR 6 SÉRIE I-B 1º SUPLEMENTO de 2004-01-08

Notas: artigos n.º 28 e 29

Estados					
Estado	Parte descrita	Descrição	Cond. especiais	Data estado	Data revisão
Regular				2011-12-14	

Localizações												
Local administ.	Topónimo	Morada	Data	Geo Datum	Tipo Localiz.	Códi SIG	Coord. Geo. X	Coord. Geo. Y	Coord. Plana X	Coord. Plana Y	Coord. Plana Z	Ambiente
Portugal\Lisboa e Vale do Tejo\Grande Lisboa\Cascais\Cascais	Areia	Rua de São José										

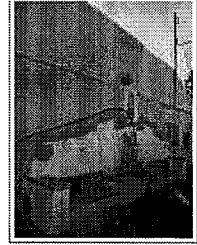
Tipologias	
Tipologia	Justificação
Arquitectura\civil\popular	

Informação relacionada genérica

Ficheiros
6117-003;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Cascais\6117\6117-003.JPG;
6117-005;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Cascais\6117\6117-005.JPG;
6117-002;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Cascais\6117\6117-002.JPG;



Nº imóvel	5111
Tipo Imóvel	Elemento singular de interesse relevante
Designação	Chafariz de S. António
Imóvel-pai	
Descrição	Chafariz adossado a parede de edifício. Composto por espaldar de alvenaria rebocada e caiado de branco. É rematado no topo com frisos evolutas contracurvadas pintadas a amarelo. Ao centro a coroar o conjunto encontra-se um nicho. No seu interior tem uma imagem de Santo António com menino ao colo, ladeado por três vasos com flores, encerrado com uma porta em vidro recortado. Na caixilharia da porta estão incluídas as iniciais "C F S" em ferro. No topo sobre o nicho tem um cântaro em barro. No espaldar ao centro por cima do tanque tem uma lápide recortada a enquadrar a torneira de água e onde se encontra a inscrição "C.M.C./1979". A água corre para um tanque de pedra em forma quadrangular enquadrada lateralmente com duas lajes, assente numa base de alvenaria rebocada e caiada a branco. Por baixo do tanque encontra-se uma lápide de pedra hexagonal com a seguinte inscrição: "C.M.C. / 1930". Dos lados do tanque possui dois bancos adossados ao espaldar com lambril de azulejos vegetalistas no encosto e lápides de pedra no assento. A rematar o conjunto nos topos laterais encontram-se dois muretes de alvenaria coroados com lajetas de pedra.



Informação específica

Cronologia						
Data inicial	Data final	Época	Data textual	Parte descrita	Justificação	
1930						

Estados					
Estado	Parte descrita	Descrição	Cond. especiais	Data estado	Data revisão
bom				2012-01-26	

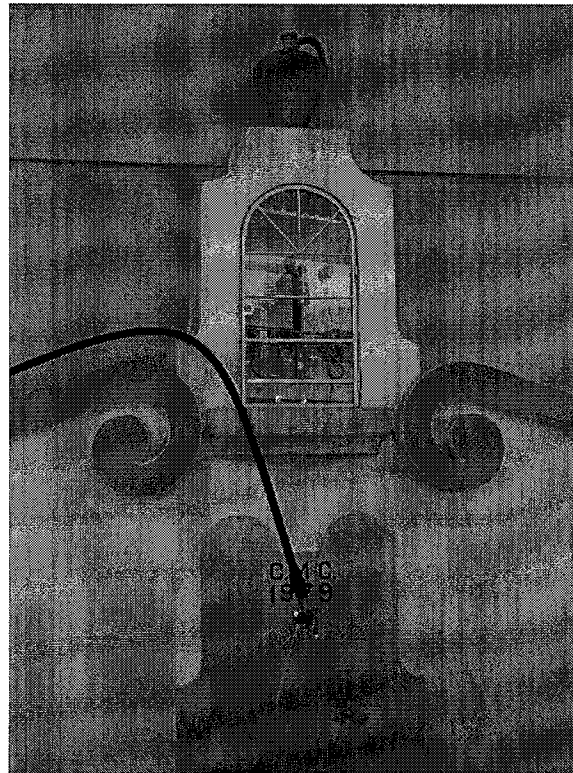
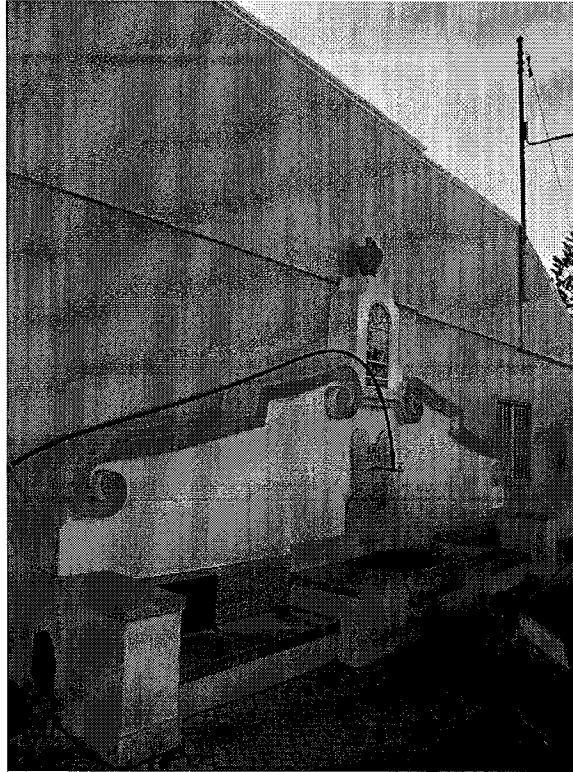
Localizações												
Local administ.	Topónimo	Morada	Data	Geo Datum	Tipo Localiz.	Códi SIG	Coord. Geo. X	Coord. Geo. Y	Coord. Plana X	Coord. Plana Y	Coord. Plana Z	Ambiente
Portugal\Lisboa e Vale do Tejo\Grande Lisboa\Cascais\Carcavelos	Sassoeiros	Rua Gil Vicente	2012-01-26									
Portugal\Lisboa e Vale do Tejo\Grande Lisboa\Cascais\Carcavelos	Sassoeiros											

Notas: Largo Vasco D'Orey / Estrada do Arneiro

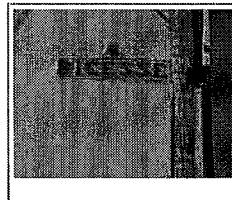
Tipologias	
Tipologia	Justificação
Aproveitamento hidráulico	

Informação relacionada genérica

Ficheiros
5870-001;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Carcavelos\5870\5870-001.JPG;
5870-002;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Carcavelos\5870\5870-002.JPG;
5870-003;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Carcavelos\5870\5870-003.JPG;
5870-004;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Carcavelos\5870\5870-004.JPG;
5870-005;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Carcavelos\5870\5870-005.JPG;
5870-006;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Carcavelos\5870\5870-006.JPG;
5870-007;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Carcavelos\5870\5870-007.JPG;
5870-008;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Carcavelos\5870\5870-008.JPG;
5870-009;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Carcavelos\5870\5870-009.JPG;



Nº Imóvel	6017
Tipo imóvel	Elemento singular de interesse relevante
Designação	Placa toponímica A. C. P. Bicesse
Imóvel-pai	
Descrição	Placa toponímica do Automóvel Club de Portugal, em azulejo, com o topónimo "BICESSE" composto por: sete azulejos avulsos (um por cada letra), distribuídos numa só linha; mais um com o monograma do "ACP", centrado no topo e arredondado. Os azulejos têm fundo branco, moldura em azul e letras, em falso relevo, pintadas a azul e amarelo.



Informação específica

Estados					
Estado	Parte descrita	Descrição	Cond. especiais	Data estado	Data revisão
Bom				2012-01-09	

Localizações												
Local administ.	Topónimo	Morada	Data	Geo Datum	Tipo Localiz.	Códi SIG	Coord. Geo. X	Coord. Geo. Y	Coord. Plana X	Coord. Plana Y	Coord. Plana Z	Ambiente
Portugal\Lisboa e Vale do Tejo\Grande Lisboa\Cascais\Alcabideche	Bicesse	Rua Principal	2012-01-09									

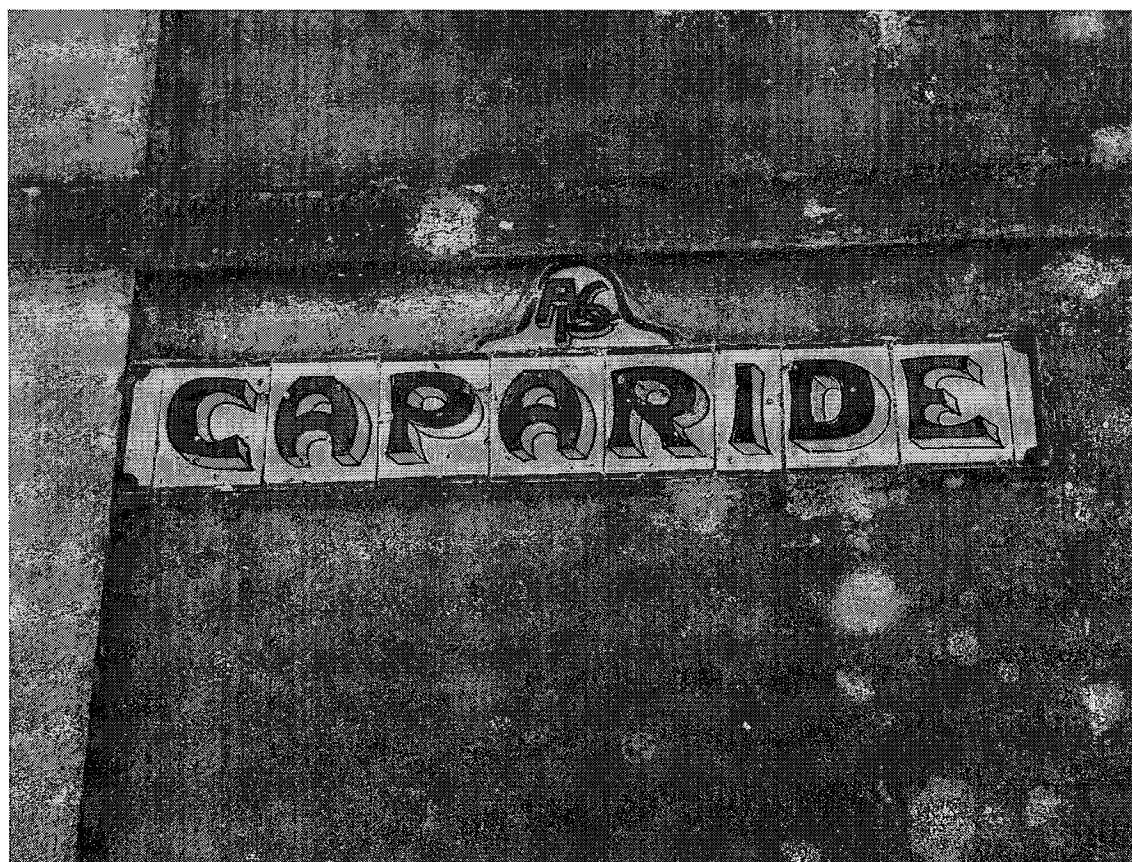
Notas: Cruzamento da Rua Principal com a Rua Ernesto Elisário Antunes

Tipologias	
Tipologia	Justificação
Elemento comemorativo ou delimitador	

Informação relacionada genérica

Ficheiros

6017-001;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Alcabideche\6017\6017-001.JPG;



Nº Imóvel	5690
Tipo Imóvel	Elemento singular de interesse relevante
Designação	Conjunto de vestígios de Aqueduto das azenhas
Imóvel-pai	ID424 - Malveira da Serra
Descrição	Conjunto de fragmentos de aquedutos pertencentes ao sistema hidráulico de abastecimento das azenhas da margem esquerda da ribeira de Alcorvfm. Atualmente subsistem quatro segmentos desconexos e um tanque de retenção, no terreno ou adjacentes às ruínas das antigas azenhas. Destas pouco resta para além de alguns muros e mós dispersas pelas imediações. O percurso do aqueduto fazia-se a partir de um desvio do braço esquerdo da ribeira a montante. O aqueduto é essencialmente composto por uma estrutura de alvenaria de pedra, assente com argamassa cal e areia, coroada com um caneiro, que na sua maior extensão está embudido na alvenaria (eventualmente revestido de telha de meia cana) e é de peças de cantaria nas extremidades de queda para as noras. O primeiro sector encontra-se adossado a um conjunto de habitações situadas na "calçada da Rampa" e corresponde a um ponto de queda para a nora e respetiva azenha. O segundo sector compreende um troço de levada de alvenaria adossada à margem esquerda da ribeira que confina com outro ponto de queda para a nora e respetiva azenha. O tercelro sector corresponde a um troço de levada, praticamente destruído, e um tanque de retenção de água, de forma irregular, atualmente muito descaracterizado, situados entre o casarão da rua da "Escola Velha". O quarto sector subsistente consiste num troço de levada sobre muro que corre paralelamente a calçada de acesso a moradia situada a sul da estrada principal.



Informação específica

Disposições legais		
Dispos. legal	Documento	Data
PP\PNSC\Malveira e Janes	Resolução do Conselho de Ministros n.º 1-A/2004	DR 6 SÉRIE I-B 1º SUPLEMENTO de 2004-01-08

Notas: artigos n.º 28 e 29 área limítrofe + área do plano

Estados					
Estado	Parte descrita	Descrição	Cond. especiais	Data estado	Data revisão
Deficiente				2012-05-29	

Inventariantes	
Inventariante	Data
Maria José de Almeida	2011-03-01

Localizações												
Local administ.	Topónimo	Morada	Data	Geo Datum	Tipo Localiz.	Códi SIG	Coord. Geo. X	Coord. Geo. Y	Coord. Plana X	Coord. Plana Y	Coord. Plana Z	Ambiente
Portugal\Lisboa e Vale do Tejo\Grande Lisboa\Cascais\Alcabideche	Malveira da Serra	Calçada da Rampa, Rua da Escola Velha, Av. Nº 5ª da Assunção	2012-05-29									

Tipologias	
Tipologia	Justificação
Aproveitamento hidráulico\aqueduto	

Informação relacionada genérica

Ficheiros
6022-1-001;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Alcabideche\6022\6022-1-001.JPG;
6022-4-003;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Alcabideche\6022\6022-4-003.JPG;
6022-1-002;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Alcabideche\6022\6022-1-002.JPG;
6022-1-003;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Alcabideche\6022\6022-1-003.JPG;

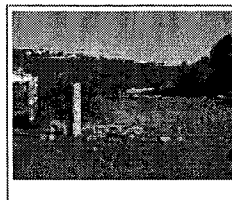


23-11-2012

C M Cascais

Mário Lisboa

Nº imóvel	6045
Tipo imóvel	Elemento singular de interesse relevante
Designação	Eira
Imóvel-pai	
Descrição	Eira de planta circular com aproximadamente 14,50 metros de diâmetro, rodeada por muro baixo de pedra seca, já bastante danificado mas conservando ainda três pilares de pedra com 1,80 m de altura, conservando ainda os encaixes nos topos. O chão é composto por lajes de pedra de tamanhos diversificados e com argamassa nas juntas.



Informação específica

Disposições legais		
Dispos. legal	Documento	Data
PP\PNSC\Malveira e Janes\envolvente	Resolução do Conselho de Ministros n.º 1-A/2004	DR 6 SÉRIE I-B 1º SUPLEMENTO de 2004-01-08

Notas: artigos n.º 28 e 29

Estados					
Estado	Parte descrita	Descrição	Cond. especiais	Data estado	Data revisão
Regular				2012-02-24	

Inventariantes	
Inventariante	Data
Mário Pires Eurico Lisboa	2009-11-16

Localizações												
Local administ.	Topónimo	Morada	Data	Geo Datum	Tipo Localiz.	Códi SIG	Coord. Geo. X	Coord. Geo. Y	Coord. Plana X	Coord. Plana Y	Coord. Plana Z	Ambiente
Portugal\Lisboa e Vale do Tejo\Grande Lisboa\Cascais\Alcabideche	Malveira da Serra - Almoínhas Velhas	Rua de Santa Rita	2012-02-24									

Tipologias	
Tipologia	Justificação
Instalação agrícola ou industrial	

Informação relacionada genérica

Ficheiros

6045-001;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Alcabideche\6045\6045-001.JPG;

6045-002;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Alcabideche\6045\6045-002.JPG;

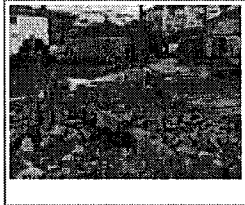
6045-004;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Alcabideche\6045\6045-004.JPG;

6045-007;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Alcabideche\6045\6045-007.JPG;

Informação relacionada específica

Inventariantes	
Todas Entidades	
Mário Pires Eurico Lisboa	

Nº imóvel	6220
Tipo imóvel	Elemento singular de interesse relevante
Designação	Eira
Imóvel-pai	
Descrição	Eira tradicional, que se encontra muito descaracterizada mas podendo ver-se a sua forma sub-retângular, o muro de pedra seca que a delimitava e três pilares de pedra.



Informação específica

Estados					
Estado	Parte descrita	Descrição	Cond. especiais	Data estado	Data revisão
Deficiente				2012-02-06	

Localizações												
Local administ.	Topónimo	Morada	Data	Geo Datum	Tipo Localiz.	Códi SIG	Coord. Geo. X	Coord. Geo. Y	Coord. Plana X	Coord. Plana Y	Coord. Plana Z	Ambiente
Portugal\Lisboa e Vale do Tejo\Grande Lisboa\Cascais\Parede	Murtal	Av. Infante D. Henrique sem n.º	2012-02-06									

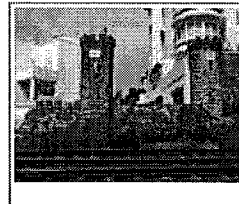
Tipologias	
Tipologia	Justificação
Instalação agrícola ou industrial	

Informação relacionada genérica

Ficheiros
6220-001;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\Imoveis\Parede\6220\6220-001.JPG;
6220-002;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\Imoveis\Parede\6220\6220-002.JPG;



Nº Imóvel	6216
Tipo Imóvel	Elemento singular de interesse relevante
Designação	Muros e Torreões da Quinta de Santa Rita
Imóvel-pai	
Descrição	Muros e torreões de alvenaria ciclópica de pedra e juntas salientes de argamassa, que delimitavam uma propriedade de grande dimensão. O portal virado a sul composto por dois torreões cilíndricos, ameados. Abaixo das ameias, em cada uma das torres, encontram-se duas lápides em pedra polida, tendo a da esquerda a inscrição "QUINTA/DE/S. JOÃO" e a da direita "VILLA/PALMIRA". Abaixo das lápides existem duas frechas entaipadas. O portal confinava a propriedade a Sul com a linha do comboio, onde há poucos anos existia uma passagem pedonal que dava acesso à Marginal e praia.



Informação específica

Estados					
Estado	Parte descrita	Descrição	Cond. especiais	Data estado	Data revisão
Regular				2012-05-16	

Localizações													
Local administ.	Topónimo	Morada	Data	Geo Datum	Tipo Localiz.	Códi SIG	Coord. Geo. X	Coord. Geo. Y	Coord. Plana X	Coord. Plana Y	Coord. Plana Z	Ambiente	
Portugal\Lisboa e Vale do Tejo\Grande Lisboa\Cascais\Estoril	São João do Estoril	Rua das escadinhas de Santa Rita, Quinta de Santa Rita, junto à linha de caminho de ferro	2012-05-17										

Tipologias	
Tipologia	Justificação
Arquitectura\civil\popular	

Informação relacionada genérica

Ficheiros
6216-001;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Estoril\6216\6216-001.JPG;
6216-002;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Estoril\6216\6216-002.JPG;
6216-003;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Estoril\6216\6216-003.JPG;
6216-004;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\Estoril\6216\6216-004.JPG;



Nº imóvel	6239
Tipo imóvel	Elemento singular de interesse relevante
Designação	Aeromotor
Imóvel-pai	
Descrição	Aeromotor de vento inserido em antigo terreno rural, composto por: Torre metálica de suporte em forma cónica, tendo no topo um varandim de manutenção e uma roda de pás tradicional com paleta orientadora do vento, um elemento de transmissão e o veio motriz. Não foi possível verificar o mecanismo de bombeamento da base.



Informação específica

Estados					
Estado	Parte descrita	Descrição	Cond. especiais	Data estado	Data revisão
Regular				2012-05-17	

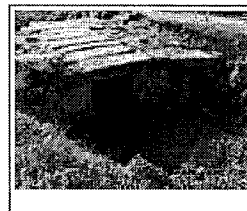
Localizações												
Local administ.	Topónimo	Morada	Data	Geo Datum	Tipo Localiz.	Códi SIG	Coord. Geo. X	Coord. Geo. Y	Coord. Plana X	Coord. Plana Y	Coord. Plana Z	Ambiente
Portugal\Lisboa e Vale do Tejo\Grande Lisboa\Cascais\São Domingos de Rana	Caparide	Av. Júlio Dantas, n.º 1010 e 1010A	2012-05-17									

Tipologias	
Tipologia	Justificação

Informação relacionada genérica

Ficheiros
6239-001;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\Imovels\S.Dom Rana\6239\6239-001.JPG;

Nº imóvel	ID6575
Tipo imóvel	Elemento singular de interesse relevante
Designação	Ponte de lajes
Imóvel-pai	
Descrição	<p>Ponte rústica, com cerca de cinco metros de largura, de sete lajes paralelas sensivelmente com 1,5m de comprimento e largura variada.</p> <p>Algumas das lajes foram "gateadas", mantendo-se um "gato" de ferro.</p> <p>A ponte atualmente representa apenas metade da original. Houve um desmoronamento que atulhou metade do curso de água e apenas deixou visíveis duas lajes, uma delas partida.</p> <p>A meio da ponte original está um pilar longitudinal, de grandes blocos grosseiros e resistentes, em que as duas primeiras pedras, a montante, foram trabalhadas em "talha-mar" denunciando ser esse um pilar central e não uma parede lateral. Assim; esta ponte teria dois vãos para a passagem de água e mantém o leito lajeado, a nascente do referido pilar.</p>



Informação específica

Estados

Estado	Parte descrita	Descrição	Cond. especiais	Data estado	Data revisão
Deficiente		Já intervencionada e descaracterizada com saídas de rede pluviais. Pontos de erosão na margem esquerda devido à força das águas quando a ribeira atinge picos de corrente e cheias.			

Localizações

Local administ.	Topónimo	Morada	Data	Geo Datum	Tipo Localiz.	Códi SIG	Coord. Geo. X	Coord. Geo. Y	Coord. Plana X	Coord. Plana Y	Coord. Plana Z	Ambiente
Portugal\Lisboa e Vale do Tejo\Grande Lisboa\Cascais\São Domingos de Rana		Rua do Forno da Cal	2012-01-06									

Notas: Bairro Mata da Torre Ribeira de Sassoelros

Informação relacionada genérica

Ficheiros

DSC00021;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\S.Dom Rana\6575\DSC00021.JPG;

DSC00003;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\S.Dom Rana\6575\DSC00003.JPG;

DSC00014;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\S.Dom Rana\6575\DSC00014.JPG;

DSC00022;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\S.Dom Rana\6575\DSC00022.JPG;

DSC00041;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\S.Dom Rana\6575\DSC00041.JPG;

DSC00040;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\S.Dom Rana\6575\DSC00040.JPG;

DSC00007;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\S.Dom Rana\6575\DSC00007.JPG;



Nº Imovel	6247
Tipo Imóvel	Elemento singular de interesse relevante
Designação	Muro de pedra seca
Imóvel-pai	
Descrição	Muro que circunscreve propriedade adossado a casa tradicional. É de alvenaria rebocada no logradouro e de pedra seca no quintal. No alçado nascente tem uma placa toponímica de pedra com a inscrição " Travessa da Beneficência ".



Informação específica

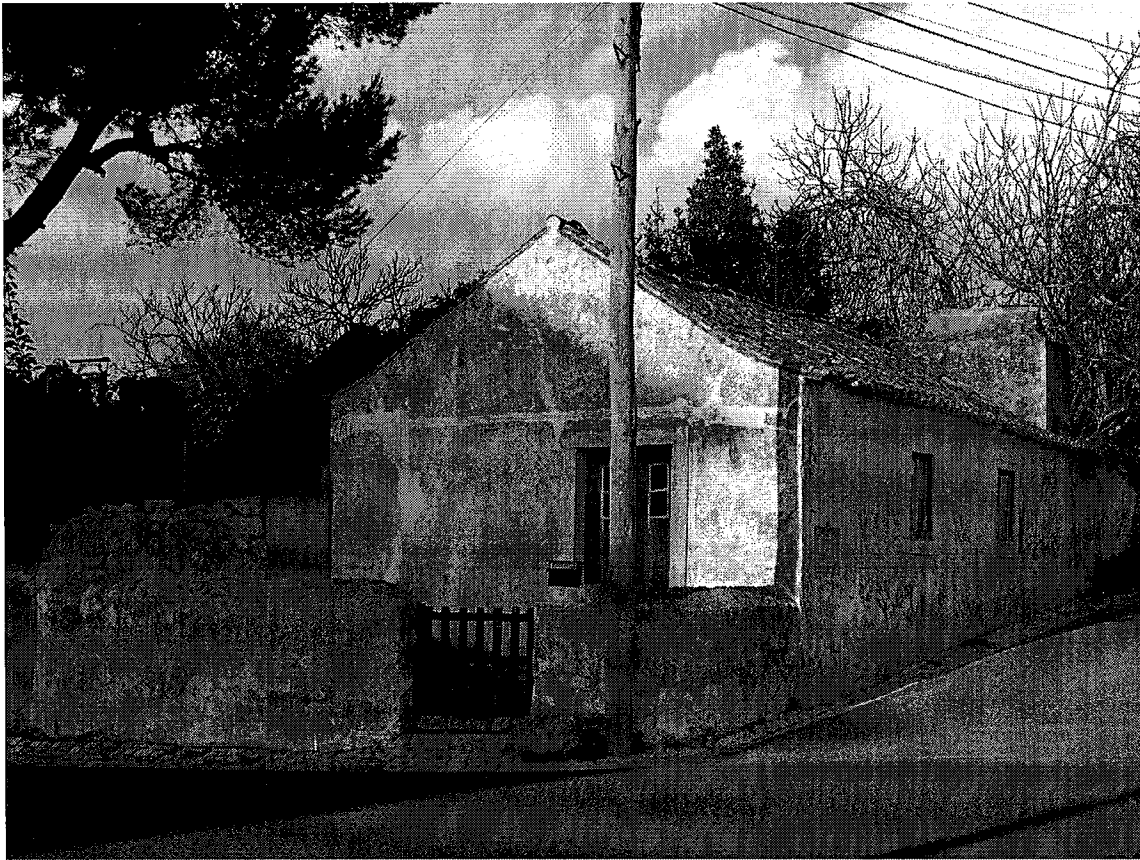
Estados					
Estado	Parte descrita	Descrição	Cond. especiais	Data estado	Data revisão
Regular				2012-01-13	

Localizações													
Local administ.	Topónimo	Morada	Data	Geo Datum	Tipo Localiz.	Códi SIG	Coord. Geo. X	Coord. Geo. Y	Coord. Plana X	Coord. Plana Y	Coord. Plana Z	Ambiente	
Portugal\Lisboa e Vale do Tejo\Grande Lisboa\Cascais\São Domingos de Rana	Caparide	Rua de São Pedro/ Travessa da Beneficência	2012-01-13										

Tipologias	
Tipologia	Justificação
Arquitectura\civil\popular	

Informação relacionada genérica

Ficheiros
6247-001;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\S.Dom Rana\6247\6247-001.JPG;
6247-002;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\S.Dom Rana\6247\6247-002.JPG;
6247-003;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\S.Dom Rana\6247\6247-003.JPG;
6247-004;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\S.Dom Rana\6247\6247-004.JPG;
6247-005;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\S.Dom Rana\6247\6247-005.JPG;
6247-006;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\S.Dom Rana\6247\6247-006.JPG;
6247-007;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\S.Dom Rana\6247\6247-007.JPG;
6247-008;W:\CMC\INPATRIMONIUM\MMA\inv\imoveis\S.Dom Rana\6247\6247-008.JPG;



Reprodução e Encadernação



Colibri – Soc. de Artes Gráficas, Lda.
Faculdade de Letras de Lisboa
Alameda da Universidade
1600-214 Lisboa
Tel/Fax: 21 796 40 38
colibri@edi-colibri.pt